

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

GUILHERME GOMES FERREIRA

**TRAVESTIS E PRISÕES:  
A EXPERIÊNCIA SOCIAL E A MATERIALIDADE DO SEXO E DO GÊNERO SOB  
O LUSCO-FUSCO DO CÁRCERE**

Porto Alegre  
2014

GUILHERME GOMES FERREIRA

**TRAVESTIS E PRISÕES:  
A EXPERIÊNCIA SOCIAL E A MATERIALIDADE DO SEXO E DO GÊNERO SOB  
O LUSCO-FUSCO DO CÁRCERE**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aginsky

Porto Alegre  
2014

F383t Ferreira, Guilherme Gomes

Travestis e prisões : a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere / Guilherme Gomes Ferreira. – Porto Alegre, 2014.

144 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

Orientador: Beatriz Gershenson Aginsky.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Travestilidades 2. Prisões 3. Direitos humanos I. Aginsky, Beatriz Gershenson. III. Título.

CDD 306.778

GUILHERME GOMES FERREIRA

**TRAVESTIS E PRISÕES:  
A EXPERIÊNCIA SOCIAL E A MATERIALIDADE DO SEXO E DO GÊNERO SOB  
O LUSCO-FUSCO DO CÁRCERE**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 10 de janeiro de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aginsky - Orientadora

---

Profa. Dra. Jane Cruz Prates - PPGSS/PUCRS

---

Profa. Dra. Rosimeri Aquino da Silva - FACED/UFRGS

Porto Alegre  
2014

Dedico este trabalho às pessoas presas com quem convivi. Travestis e homens que tem a força, mesmo derrotados. Que tem a consciência de saber que existem. Que mesmo perdidos no centro da tempestade, inventam entre os dentes a contramola que resiste.

## AGRADECIMENTOS

Repetindo o mesmo que eu já disse há dois anos, quando da escrita do trabalho de conclusão de curso (algumas coisas não mudam!), este trabalho não seria o mesmo nem teria a mesma intensidade se não fosse a contribuição e a paixão de muitas pessoas que passaram e se mantiveram na minha vida, no meio da travessia desses anos atuando teórica e politicamente sobre sexualidade; tarefa que segue desde a graduação e, como não dizer, desde que a diversidade sexual e de gênero se tornou pauta na minha vida.

Agradeço profundamente aos meus pais, que enfrentaram muitos caminhos e transpuseram ideologias cristalizadas, sempre desejando meu bem-estar e minha felicidade. À minha mãe pela coragem, pela força e pela resistência com que vive e sempre se supera, pela educação respeitosa que me ofereceu, pelo amor e por todas as vezes em que precisei do seu colo nos tempos de tempestade. Ao meu pai pela presença carinhosa, pelos abraços açucarados e pelos cafés nas primeiras horas das manhãs, partilhando comigo pequenos momentos silenciosos e cheios de afeto.

À minha irmã Fabiana por ter me amado incondicionalmente desde o primeiro momento e sem a qual eu não seria o mesmo. Por ter me ensinado que liberdade é pra ser vivida, pelas nossas trocas afetivas e teóricas sobre desejo, corpo e sexualidade. Pelo nosso amor trocado entre olhos japoneses, por ser minha “kitchuki” e eu seu *bebeğim*.

Ao Caio, quero agradecer *por ter chegado sem dizer que vinha* e por ter, desde então, me ensinado a viver o que a gente estuda. Agradeço por esse amor que é imenso, pela generosidade com que tem feito meus dias sempre melhores, pelas incursões teóricas sempre acaloradas sobre modernidade e pós-modernidade, pelos revezamentos do computador e por ter ajudado tanto com as transcrições das entrevistas e debates que só aprimoraram essa dissertação.

Agradeço à minha (des)orientadora Beatriz Gershenson Aginsky por ter sido tão generosa em aceitar debater comigo um assunto que não era seu a princípio, e por ter tomado ele por inteiro, sem medo de se jogar! Obrigado pelos nossos olhares que entendem tudo sem dizer nada, pelas loucuras em alto-mar achando sempre que estava tudo dominado, por me ensinar, todos os dias, a ser ético e a respeitar todas as vidas. Obrigado pela cumplicidade.

Também à Maria Isabel Barros Bellini quero agradecer por ter me adotado um pouco e me oferecido a bolsa CAPES do Projeto Pró-Ensino na Saúde no período de 2012-2014 que eu precisava pra concluir esses estudos. Por ter me oferecido outras referências teóricas e pelos abraços carinhosos mostrando sempre contentamento em me ver.

Às queridas secretárias da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social por aturarem minhas chatices, ligações e pedidos intermináveis. Por estarem sempre presentes me ajudando com presteza, atenção e queridice: Patrícia Fochezatto, Nazira Azevedo, Darling Menezes, e, em especial à Andrea Küttner e Juliana Helmann.

Agradeço às professoras da banca, pela acolhida e por terem aceitado meu convite assim que as chamei para fazer parte dessa construção tão solitária e ao mesmo tempo coletiva que é a dissertação. À Rosimeri Aquino da Silva, obrigado pela delicadeza, humildade e generosidade com que tratou o meu texto, sempre doce e ao mesmo tempo incidindo de forma tão profundamente transformadora. À Jane Cruz Prates, agradeço por ter me fortalecido nos estudos do método marxiano e por sempre apostar em mim e naquilo que eu acredito. Tenho certeza que nosso carinho não é de hoje, mas é fruto de muita admiração e contentamento em tê-la por perto.

Às integrantes do GEPEDH, em especial às minhas divas de lá: Marcelli Cipriani minha querida pupila e com quem compartilhei muita vida desde as entrevistas que fizemos juntos até nossos artigos escritos nas madrugadas. Ana Caroline Jardim e Joana Flores, minhas *monas*, por nossas incursões nos estudos de gênero e sexualidade e por sempre acharem engraçadas as minhas tentativas de falar o *pajubá*! E ainda um abraço especial para o João Lunardi e para a Lisarb D'Oco, meus companheiros de Projeto Diálogos em Rede, pela presença em outros momentos, com direito a risos e ciladas! Também às minhas amigas e companheiras do GEPESI, Tiana Brum de Jesus e Patrícia Scherer, pela delicadeza e amizade sincera, que fala sem precisar dizer. Pelo companheirismo de todas as horas e pelo conforto que só suas presenças já traziam. Tamojunto sem caô! 99 não é 100! O caminho é longo, mas a vitória é certa!

Também fazem parte dessa trupe as queridas Elisa Abreu, Thiana Orth, Evelize Lazzari, Tatiane Ventura, Patrícia Reis, Lúcia Silveira, Larissa Ramalho, Vanessa Azevedo, Jacqueline Carbonari, Inez Rocha, Betina Graeff, Liana Bolzan e Graziela Rosário, minhas fofoletes, pessoas amadas que admiro e que me acompanharam nos anos do mestrado e com quem pude trocar carinhos e confidências na grama, nos bares e nos eventos científicos – em especial à Aline Aiko Galvão, que além de tudo isso foi tão generosa em me ajudar com o *Abstract*. Obrigado por terem vindo e ficado! Ao querido amigo Flávio Fidelis (*in memoriam*), não tenho como me lembrar sem vir de imediato o nó na garganta. Obrigado por ter me presenteado com a tua finesse, por ter me mostrado que *viver é melhor que sonhar* e, por ter sonhado, viveu.

E tem gente que não cabe aqui de tanto que preciso agradecer, porque embora não façam parte da minha vida acadêmica, me ajudaram a seguir esses dois anos de uma maneira muito mais feliz e prazerosa. Às minhas amigas e amigos que estão longe ou perto, obrigado por fazerem parte da minha vida: Mônica Menguer, Uriel Ricachenevsky, Jéssica Pedrotti, Loui Dornelles, Claudia de Quadro e Nilton Gaffree Jr. Vocês são insubstituíveis.

Preciso agradecer também a todas as pessoas que, de algum modo, deixaram um pouco de si nesse trabalho mesmo não sabendo. Ao Luiz Felipe Zago e Camila Guaranha, pessoas que sempre admirei por tudo que sabem e tudo que transbordam. À Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Kaas, pelos ensinamentos sobre transfeminismo e à Hailey especialmente pela contribuição também na revisão do texto final. Aos colegas de profissão que, mesmo longe, se tornaram companheiros através de trabalho na Universidade e fora dela e que mostraram ser possível um debate muito bonito sobre diversidade de gênero/sexual e Serviço Social: Cecília Froemming, Bruna Irineu, Guilherme Silva de Almeida, Marco José Duarte e Kleber Navas. Ao pessoal todo do SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade, pessoas que me ajudaram a construir as bases teóricas com as quais discuto criticamente os temas de gênero e diversidade sexual: Sandro Ka, Claudia Penalvo, Ariane Laubin, Bernardo Amorim, Alexandre Böer, Gabriel Galli, Rodrigo Schames, Bruna Cabrera, Patricia Becker, Camila Barreto, Daniel Kveller e Maurício Nardi. Ao Silvero Pereira, agradeço por tudo que se propôs a fazer no Presídio Central com as travestis e os seus companheiros no período em que estivemos juntos lá. São trabalhos como o dele que me fazem querer ser sempre melhor! À Deyse-linda Barcellos, agradeço também por nossas trocas e caminhos desde muito antes, e que se cruzam sempre com muito amor e riso.

Quero agradecer muito também a todos da Superintendência de Serviços Penitenciários que me ajudaram a realizar esse intento. À Christyanne Alves da Escola de Serviço Penitenciário que avaliou a pesquisa pelo Comitê de Ética da instituição. Aos agentes da segurança e da área administrativa do Presídio Central de Porto Alegre, por serem sempre muito atenciosos com a pesquisa – em especial às técnicas; em nome do Capitão Daniel Marobin, do Tenente Norberto Guerin e do Tenente Nilton Tavares, obrigado. E o mais importante: agradeço em especial a todas as travestis, companheiros e homens gays privados de liberdade que aceitaram me conceder narrativas sobre suas experiências; e também àquelas travestis que não estão na prisão mas já experimentaram na carne os dispositivos penais: esse trabalho é de/para vocês. Em nome da Marcelly Malta e Clô, da Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, estendo meus agradecimentos a todas vocês cujas vidas foram incorporadas nesse texto. Obrigado pela parceria.

Ao longo do tempo a gente viu que nós, travestis, nos imbuindo pra falar por nós mesmas, nós teríamos mais visibilidade. Porque sempre foi um técnico que falava por nós, era o psicólogo, era o assistente social, era o pastor da igreja, o padre. Eram outras pessoas [...]. E a gente não queria, a gente queria que nós mesmas falássemos das nossas necessidades. (TL01).

Eu não mostro muito o meu rosto, se tiver que dar um depoimento, eu dou um depoimento, sabe? Só que uma coisa que eu peço, né, pra nossa história sempre ser reconhecida por todos lá na rua e que eles nunca se esqueçam da gente aqui dentro. (TP06).

A Igreja diz: O corpo é uma culpa.  
A ciência diz: O corpo é uma máquina.  
A publicidade diz: O corpo é um negócio.  
O corpo diz: Eu sou uma festa. (GALEANO, 2007, p. 138).

Descobre, desvenda. Há sempre mais por trás. Que não te baste nunca uma aparência do real. (ABREU, 2011, p. 23)

## RESUMO

O presente texto versa sobre as experiências sociais de travestis com o cárcere, tendo como cenário o Presídio Central de Porto Alegre (PCPA). A análise presente se utilizou dos fundamentos do materialista-histórico e dialético e dos fundamentos feministas (especialmente do feminismo interseccional), da teoria *queer* e da criminologia crítica, em direção a uma perspectiva *queer* marxista. Estudar as experiências sociais da população de travestis na prisão implica reconhecer a presença de direitos negados e de necessidades não respondidas, pois é sabido que as identidades de gênero diferentes das reconhecidas como coerentes de acordo com um sistema binário de sexo/gênero são historicamente reprimidas e perscrutadas pelos aparelhos ideológicos do Estado, especialmente os ligados ao sistema penal. Como metodologia de natureza qualitativa, se utilizou de pesquisa bibliográfica e documental para realização do estudo teórico sobre o tema, de entrevistas não estruturadas através da técnica de história oral com os sujeitos e observação participante com recurso ao diário de campo. Foram entrevistadas em grupo focal doze travestis presas e dois homens companheiros de travestis; individualmente foram entrevistados um homem homossexual preso, três travestis que já passaram pela experiência social da prisão e quatro técnicos, totalizando 22 sujeitos da pesquisa. A história oral aparece como técnica nas entrevistas individuais não estruturadas e grupo focal através de um roteiro de tópicos guia. Já para a observação participante, foi elaborado um roteiro que consubstanciou em diário de campo. A interpretação dos dados foi realizada por meio da análise textual discursiva. Foi possível considerar que a captura das travestis pela prisão lhes confere padrões distintos de controle sobre os corpos, até então não experimentados, nos quais a experiência prisional se torna instrumento de aprofundamento da violência sofrida no cotidiano. Isso acontece porque suas próprias seleções ao sistema penal consideram marcadores sociais de raça/etnia e classe social, quer dizer, determinações que já as colocam anteriormente vulneráveis socialmente. A criação de uma ala específica, assim, é um modo de enfrentamento organizado coletivamente por elas de acordo com os seus interesses de maior proteção institucional. Por outro lado, esse mesmo modo de funcionamento que protege também oprime de formas mais perversas as travestis através do não acesso à educação e ao trabalho dentro do cárcere; na relação com os outros presos e na transfobia institucional; nos modelos de comportamento ditados; no acesso precário à saúde; no abandono familiar; no aumento de controle penal.

**Palavras-chave:** Travestilidades. Prisões. Direitos Humanos. Experiências Sociais.

## ABSTRACT

The present text discusses about the social experiences of the travestis in prison, having as background the Central Prison of Porto Alegre. This analysis used the fundamentals of the dialectical materialism and feminist grounds (especially the intersectional one), queer theory and critical criminology, toward a marxist queer perspective. Studying the social experiences of the travesti population in prison implies to recognize the presence of denied rights and non-responded needs, since it is known that the gender identities, which are different from the ones recognized as consistent with a sex/gender binary system, are historically repressed and scrutinized by the ideological apparatuses of the State, especially the ones attached to the criminal justice system. It was used, as a qualitative nature methodology, the bibliographic and document research used to accomplish the theoretical study of the theme, the non-structured interviews through oral history technique applied to subjects and participant observation using a field diary. The interviews were performed with a focal group of twelve prisoner travestis and two male partners of theirs; individual interviews with one prisoner homosexual man, three travestis who have experienced prison and four prison employees, totalizing 22 investigation subjects. The oral history appears as technique in the non-structured interviews and focal group through a script of guided topics. As for the participant observation, the script developed embodied the field diary. The interpretation of the data was attained by discursive textual analysis. It was possible to consider that the arrest of the travestis give the prison distinct patterns of control over bodies, not experienced so far, which the prison experience become an instrument for deepening of the violence suffered in daily life. It occurs due to the criminal justice selective system consider as social markers race/ethnicity and social class, or in other words, determinations that put them previously socially vulnerable. The creation of a specific room, thus, is a way of confronting collectively organized by the travestis according to their interests for more institutional protection. On the other hand, this same kind of protection also oppresses the travestis in the most perverse ways, such as the non-access to education and work inside the prison system; their relationships with other prisoners and the institutional transphobia; the determined behavior patterns; the poor access to health; the family abandonment; the criminal control.

**Keywords:** Travestilidades. Prisons. Human Rights. Social Experiences.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ilustração feita por um dos homens homossexuais presos, como produto da oficina sobre gênero.....	32
Figura 2 – Estatísticas de presos no Brasil considerando idade e raça .....	83
Figura 3 – Quadro exemplificativo da análise textual discursiva empregada na dissertação, segundo o recorte “gênero/sexualidade” .....	88

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trabalhos do Banco de Dados da CAPES cujos temas são Gênero e Serviço Social até 2012 .....	47
Tabela 2 – Diferenças esquemáticas de concepção sobre gênero na perspectiva moderna e pós-moderna.....	54
Tabela 3 – Aproximações entre teoria marxiana e teoria queer.....	66
Tabela 4 – Exemplo de categorização do texto .....	87

## LISTA DE SIGLAS

AIDS	Acquired immunodeficiency syndrome
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRVV	Centro de Referência às Vítimas de Violência
DSTs	Doenças sexualmente transmissíveis
FBI	Federal Bureau of Investigation
HCPA	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
HIV	Human immunodeficiency virus
ILGA	Internacional Lesbian, Gay, Bissexual, Trans and Intersex Association
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
NPPLOS	Núcleo de Políticas Públicas para a Livre Orientação Sexual
NSOPR	National Sex Offender Public Registry
ONG	Organização não governamental
PAC	Protocolo de Ação Conjunta
PCPA	Presídio Central de Porto Alegre
PROTIG	Programa de Transtorno de Identidade de Gênero
SMDHSU	Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSEPE	Superintendência de Serviços Penitenciários
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO: FEITAS DE CARNE, OSSO E GÊNERO</b> .....	15
<b>2. GÊNERO, CORPO, SEXO E SEXUALIDADE</b> .....	25
2.1 Feminismos e teses sobre gênero entre o essencialismo e o construtivismo .....	26
2.2 Travestilidades, identidades e produção social do gênero e do sexo.....	34
2.3 Pobreza, vidas precárias, subalternidade e cultura .....	40
2.4 Uma tese: por uma interpretação <i>queer</i> marxista .....	46
<b>3. PRISÕES</b> .....	68
3.1 Prisão, controle e dominação corporal: a matéria sobranete .....	69
3.2 O sujeito preso: sujeição, seletividade e vulnerabilidade penal.....	72
3.3 Ética na pesquisa: a prisão, as identidades e a validade social do estudo.....	77
3.4 Uma história sobre as travestis na prisão, algumas possíveis antíteses .....	82
<b>4. TRAVESTIS E PRISÃO: EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS SOCIAIS</b> .....	86
4.1 Contextualizando o cenário .....	89
4.2 Sobre direitos negados e necessidades não respondidas.....	92
4.2.1 “Um país que é teu em que tu é oprimida”: movimento social e protagonismo .....	92
4.2.2 “Bonequinhas do Paraguai”: polícia, técnicos e outros presos .....	96
4.2.3 “Duplo cárcere”: relações afetivas e a produção do gênero na prisão .....	99
4.2.4 “O alicerce da vida de qualquer ser humano”: relações familiares.....	101
4.2.5 “Vou inventando coisas pra fazer”: educação, trabalho e geração de renda.....	103
4.2.6 “Bem-vindo à realidade da vida”: os processos de saúde e doença na prisão .....	104
4.3 Em nome do bem: proteção, visibilidade perversa, isolamentos e margens.....	112
<b>5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O LUSCO-FUSCO E VIDAS (HIPER)PRECÁRIAS: ALGUMAS POSSÍVEIS SÍNTESES</b> .....	115
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	123
<b>APÊNDICES</b> .....	134
APÊNDICE A - TCLE - Travestis e outros apenados em cumprimento de pena privativa de liberdade no Presídio Central de Porto Alegre/RS .....	134
APÊNDICE B - TCLE - Travestis que já passaram pela experiência social na prisão .....	136
APÊNDICE C - TCLE - Gestores e técnicos(as) do Sistema Prisional e Sistema de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.....	138
APÊNDICE D - Autorização institucional para realização da pesquisa.....	140
APÊNDICE E - Roteiro de tópicos guia para as entrevistas com travestis privadas de liberdade e que já passaram pela experiência social da prisão .....	141
APÊNDICE F - Roteiro de formulário para as entrevistas com familiares de travestis .....	142
APÊNDICE G - Roteiro de formulário para as entrevistas com gestores e técnicos .....	143

## INTRODUÇÃO: FEITAS DE CARNE, OSSO E GÊNERO

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. (BOFF, 1997, p. 3).

O interesse em pesquisar a sociabilidade das travestis e as refrações da questão social a que estão submetidas na sociedade brasileira data de uma experiência de estágio não obrigatório já nos idos de 2009<sup>1</sup>. Trabalhando no atendimento direto da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) vítima de violência, na organização junto ao movimento social da Parada Livre de Porto Alegre e na elaboração de projetos sociais para financiamento de ações em direitos humanos direcionadas a essa população, foi possível conhecer mais sobre as histórias das travestis que, cotidianamente, sofriam a violência transfóbica em diferentes dimensões das suas vidas.

Muitas eram as situações de violência que as travestis denunciavam: violência doméstica e familiar, humilhação no restaurante e atendimento discriminatório, impedimento de usar o banheiro feminino no bar, violência institucional no trabalho, deboches em supermercados, agressão sofrida no serviço de albergagem, violência institucional na escola, confinamento doméstico por ser travesti. Contudo, se fosse possível eleger uma das violações relatadas repetidamente por elas como a mais problemática – porque dizia respeito à violência do Estado –, essa seria relativa ao tratamento oferecido às travestis pelo Sistema de Segurança Pública.

A partir do contato com o Sistema de Segurança Pública foi possível saber, ainda que com certo distanciamento, como as travestis eram atendidas nas delegacias de polícia, qual era a abordagem oferecida pela Guarda Municipal e como os agentes da segurança pública levavam em consideração suas requisições de acesso a direitos. Mas havia uma questão que permanecia incólume e até de certo ponto mistificada, e que se expressa no problema de pesquisa aqui proposto: como vem se constituindo as experiências sociais das travestis privadas de liberdade no Presídio Central de Porto Alegre? Era sabido que elas iam para os presídios masculinos,

---

<sup>1</sup> As atividades faziam parte do cotidiano de trabalho do Centro de Referência às Vítimas de Violência (CRVV) e do Núcleo de Políticas Públicas para a Livre Orientação Sexual (NPPLoS), ambos da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU) da cidade de Porto Alegre.

ainda que suas identidades de gênero fossem femininas<sup>2</sup>. Mas suas realidades dentro da prisão não eram desvendadas e no período dessa pesquisa não foi encontrado nenhum trabalho científico que tivesse se debruçado com centralidade sobre isso.

Assim se delineou esse intento<sup>3</sup>. É claro que existe também um comprometimento e afinidade pessoais com o tema sem os quais esse trabalho não seria realizado da mesma forma e que ajudaram a compreender um pouco melhor sobre as travestilidades<sup>4</sup>, e embora muitas questões de ordem antropológica sobre a experiência travesti tenham sido recuperadas, aqui a intenção não foi construir uma etnografia sobre suas vidas. Além disso, essa pesquisa foi realizada no âmbito de um Mestrado em Serviço Social, o que significa que os conceitos operados são próprios de uma categoria profissional que é formada para atuar, por excelência, na e com a *questão social*<sup>5</sup> e suas manifestações em processos de desigualdade e resistência que se estabelecem nas relações sociais. O interesse está, portanto, em entender as relações sociais que se constroem na prisão quando do ingresso de travestis, elaborando conexões entre os aspectos que as tornam vulneráveis e selecionáveis pelo sistema penal – sem deixar de considerar que apreender minimamente um inventário sobre suas construções de gênero seja pré-requisito para tanto. Assim, se buscou uma aproximação da realidade estudada na perspectiva do desvendamento da sua essência e, para isso, se delinearão as seguintes questões norteadoras: (i) como as travestis privadas de liberdade se organizam nos processos internos da prisão? (ii) como são reconhecidas suas demandas sociais e requisições por acesso a direitos? (iii) que significados são produzidos pelas travestis, suas famílias, técnicos penitenciários, gestores e outros presos a partir das experiências sociais na prisão? (iv) como esses sujeitos percebem a identidade de gênero feminina no contexto da prisão masculina? Em suma, *como*

---

<sup>2</sup> Também as mulheres transexuais não operadas, quer dizer, que não tenham se submetido à cirurgia de transgenitalização, vão para o presídio masculino em caso de aprisionamento. Há um entendimento (não legal, mas moral, por parte desse sistema de segurança pública) de que as transexuais que tenham passado por cirurgia de troca de sexo não precisariam ir para uma prisão masculina. No período da pesquisa, não foi feito contato nem se teve notícias de nenhuma mulher transexual presa no presídio feminino de Porto Alegre, enquanto que no Presídio Central, cenário da pesquisa, todas se identificaram como travestis.

<sup>3</sup> Essa pesquisa só foi possível em razão do financiamento público oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Edital 024/2010 – Pró-Ensino na Saúde.

<sup>4</sup> Há nesse trabalho o entendimento de que não existe uma única maneira de ser travesti e o processo de construção das travestilidades, como afirma Peres (2005), contém em si uma variedade de processos identitários pelos quais se produz o feminino.

<sup>5</sup> Da forma como é conceituada por Iamamoto (2008, p. 161), a questão social é a tensão constante decorrente da luta de classes antagônicas que vivem do trabalho. É, portanto, a “expressão das desigualdades inerentes ao processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras e sua organização”. As expressões de desigualdades e de resistências oriundas da tensão entre o capital e o trabalho e que estão no cerne da questão social são a matéria-prima, o objeto de trabalho das e dos assistentes sociais. Compreender a sexualidade e o gênero expressos no corpo como objeto de trabalho do Serviço Social significa entender que as violências cometidas contra os sujeitos que subvertem a norma da heterossexualidade ou do gênero pré-determinado e compulsório se mostram como motes de atuação da profissão frente à ideologia de normatização dos corpos, comportamentos e desejos.

*as travestis e as pessoas que se relacionam com elas no contexto prisional experimentam as travestilidades?*

É preciso também limpar o terreno de possíveis equívocos que o título e a condução sumária deste trabalho possam ter feito refletir. O primeiro deles é que, sendo este trabalho o fruto de uma pesquisa sobre travestis, não é sobre suas sexualidades que se centra a análise proposta. O segundo possível equívoco é que, para falar sobre sexualidade, será preciso também discorrer sobre gênero, e quem tiver menos intimidade com o debate entenderá em algum momento o motivo. Também é necessário dizer – e isso é bem importante de ser dito – que esses termos não serão analisados isoladamente ou no interior de si mesmos, mas sempre que possível, serão relacionados a determinantes sociais como classe social e raça/etnia, definindo assim um comprometimento político e teórico no interior do já *feminist standpoint*<sup>6</sup> aqui presente que diz respeito a entender as pessoas em suas totalidades concretas, através das interseccionalidades que essas determinações produzem na vida.

Esse compromisso alude a uma opção analítica de como trabalhar os temas propostos neste trabalho, tocando assim em questões de base teórica e epistemológica. Nenhuma experiência em pesquisa é neutra politicamente, e já na escolha das referências teóricas e no próprio uso ou renúncia de determinados autores se está atuando politicamente. Em outras palavras, é premissa que este estudo não compreenderá nada unicamente do ponto de vista abstrato, epistemologicamente descrito apenas, mas as análises serão feitas sobre a materialidade da vida<sup>7</sup> que determina a sociabilidade, e, portanto, o próprio real de carne e osso. É um compromisso, assim, recuperar o debate a partir do materialismo histórico e dialético no qual, como afirma Marx (1982), o concreto é a síntese de múltiplas determinações.

Não é apenas uma dívida teórica com o materialismo de Marx, mas uma dívida em retratar a vida das pessoas presas *como ela é*. No percurso da pesquisa, ficava cada vez mais latente a elaboração marxiana de que as pessoas só conseguem fazer história se tiverem suas necessidades primeiras saciadas, *sejam elas da barriga ou da fantasia* (MARX, 1988). Isto é, as travestis e seus companheiros não podem conseguir analisar suas construções de gênero e sexualidade sem antes terem resolvidas questões mais urgentes para elas e eles, como a falta de

---

<sup>6</sup> Embora a ideia de um ponto de vista feminista tenha surgido para dizer que o feminismo só poderia ser praticado (ou melhor praticado) pelas mulheres, o termo no contemporâneo deve ser ressignificado a partir do que defende Judith Butler (2012): não são apenas as mulheres “o sujeito” do feminismo, se é que existe um sujeito delimitado concretamente. Assim, o conceito diz respeito aqui a uma análise cujo ponto de partida são as experiências dos grupos oprimidos, entendendo que as pessoas ocupam autoridades distintas ao falarem sobre a realidade de acordo com as perspectivas daquilo que viveram.

<sup>7</sup> As categorias de gênero, sexualidade, raça/etnia, classe, etc., serão analisadas de acordo com o entendimento de que elas exprimem “formas de modo de ser, determinações da existência.” (MARX, 1982, p. 18).

uma geladeira para refrigerar seus alimentos no verão, ou o sabonete e a pasta de dente que não chegava a contento<sup>8</sup>. Por tudo isso, não é apenas sobre gênero e sexualidade, mas também sobre o corpo que trata esse trabalho: mas é o corpo revestido de muitos significados, território de muitas relações, que tem a terra sob si e que é feito de matéria, presente nas relações de poder, disciplinado pelas instituições e aparelhos ideológicos, controlado e perscrutado pelas áreas do conhecimento, supliciado direta e indiretamente e que, aliado a uma determinada classe social, raça/etnia, gênero, sexualidade, geração, estado de saúde/doença, estética e localização geográfica, determina a vida social dos sujeitos. A vida levada sob o sol do cotidiano, naquilo que brota do chão árido e de onde se tira o trigo do pão. O corpo que também fala através de si mesmo e que manifesta a própria questão social.

Por isso é preciso fazer uma confissão: partir do materialismo histórico e dialético e de categorias do método como historicidade, contradição, mediação, cotidiano e totalidade, significa admitir que muitas questões neste trabalho não serão resolvidas, tampouco suas presenças aqui são lineares ou compreensíveis; na arte, o *chiaroscuro* pintado por Caravaggio pode ser um recurso interessante para representar essa ideia, mas sobretudo na obra de Karel Kosík (1976) é que o claro-escuro ganha contornos materialista históricos. Desde o início dessa pesquisa no PCPA com as travestis que lá estavam, foi possível perceber que nem tudo que é dito ou feito pode ser considerado real, ainda que contextualizado. Dentro do cárcere o real é relativizado, assume conotações diferentes e muito próprias, e isso se deve à percepção do que as coisas representam e à posição de poder de quem está falando. O discurso oficial pode ser contradito pelo que conta uma travesti, a ideia de um técnico penitenciário sobre o funcionamento da prisão pode não ser a mesma do seu colega de trabalho e a observação participante do pesquisador pode tanto desanuviar quanto escurecer o que até então foi construído como verdade. Além de tudo isso, as narrativas nem sempre foram neutras do medo que gera a prisão sobre aquilo que pode ou não ser revelado, sobre os códigos e regras próprios da experiência carcerária.

O *lusco-fusco* do cárcere – que não se deve tanto à estrutura arquitetônica, mas principalmente às relações de poder que se constroem dentro da prisão – produz e reproduz contradições e equívocos, refletindo sobre as experiências sociais dos sujeitos e sobre os significados que os mesmos atribuem a tais experiências. Esses significados, longe de serem frutos de algo essencial ou apenas subjetivo, são dados da realidade concreta e também objetiva em relação aos processos sociais que os sujeitos experimentam. Porque é preciso perceber a

---

<sup>8</sup> Como disse uma delas certa vez: “Casamento aqui dentro, isso não interessa. A gente precisa falar sobre o que é importante, uma TV pra que essas bichas não se matem olhando uma pra cara da outra” (TP07).

dialética da objetividade/subjetividade e retirar do real a sua materialidade, a sua concretude. O lusco-fusco representa a ideia de que a realidade não se mostra claramente nem de pronto, e que ela pode, ao mesmo tempo, se revelar ou se ocultar de acordo com a posição que ocupa quem a olha. É por isso que para Kosík (1976, p. 16) a realidade, cujo caráter pseudoconcreto deve ser destruído pelo pensamento dialético, se apresenta como um *claro-escuro de verdade e engano* no qual “seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos”.

Don Kulick (2008) faz uma reflexão importante ao se perguntar até onde ele enquanto pesquisador cisgênero<sup>9</sup> pode conseguir chegar em uma entrevista com travestis e que características permitiram com que ele chegasse mais ou menos perto da experiência real de uma travesti. Até que ponto a homossexualidade de Kulick não contribuiu para que as próprias travestis construíssem maior afinidade e se expressassem melhor sobre aquilo que sentiam e experimentavam? Parafrazeando-o, é preciso ir além: até onde um pesquisador branco, cisgênero, que não passou pelas mesmas questões de classe e raça, e que não viveu a experiência dos interditos penais, consegue compreender e traduzir o real dessa pesquisa?<sup>10</sup>

O recurso à história oral temática como técnica de coleta de dados permite resolver um pouco essa questão. Com a ajuda de um gravador de som e por meio de um roteiro de tópicos guia<sup>11</sup>, foi possível ouvir as narrativas das travestis presas com o mínimo possível de interferências do pesquisador, cabendo a elas a decisão de contar sobre os fatos de suas

---

<sup>9</sup> “São conceituadas como ‘cisgêneros’ as pessoas cuja identidade de gênero está de acordo com o que socialmente se estabeleceu como o padrão para o seu sexo biológico” (JESUS, 2012, p. 15).

<sup>10</sup> É importante estar consciente de que a experiência do pesquisador não é a mesma das travestis com quem se teve contato e que, portanto, não se almeja protagonizar as lutas das travestis por direitos. Por outro lado, não significa que o ponto de vista do pesquisador não seja legítimo ou que ele não tenha com o que contribuir; nem significa que o pesquisador não deva elaborar criticamente aquilo que pesquisou, simplesmente porque não é travesti. Entender que as experiências são distintas não basta pra conferir legitimidade ou deslegitimidade às falas, pois, como afirmam Marx e Engels (2001), a consciência humana é sempre social e histórica e pode ser elaborada de forma alienada. Os sujeitos algumas vezes vivenciam violências e as naturalizam, ou experimentam processos de fetichização intensa como se fosse real. São processos que podem e devem ser desocultados por quem tiver interesse em identificá-los. A experiência, além disso, não pode ser tomada como única explicação do real – ela deve ser somada aos estudos de um contexto social maior, a informações secundárias e a leituras de realidade já produzidas na história.

<sup>11</sup> Os tópicos guia funcionam na técnica de história oral como um lembrete, “um sinal de que há uma agenda a ser seguida” (GASKELL, 2004, p. 66-67). A utilização da história oral de vida permite ao pesquisador valer-se de um instrumento de coleta de dados informal, com pouco ou nenhum planejamento prévio, e nesse caso foi feito recurso da entrevista não-estruturada do tipo focalizada, na qual é feito um roteiro de tópicos relacionados ao problema a ser estudado e o pesquisador possui a liberdade de ordenar as perguntas da maneira que quiser, não obedecendo uma estrutura formal (ANDER-EGG, 1995). Assim, os tópicos guia serviram como “um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir” (GASKELL, 2004, p. 73).

experiências com o cárcere (ROJAS, 1999). Em outras palavras, em vez de o pesquisador falar por elas, utilizou-se um recurso que contribui para elevar suas vozes.

Por outro lado, uma história contada é sempre uma representação da realidade, um filtro. O que se vê ou escuta não deixa de ser realidade, mas corresponde a um tempo e a diferentes circunstâncias que criam, selecionam, enfatizam e omitem o real. É preciso por isso assumir os riscos de haver omissões, delírios e distorções no processo da fala, justamente porque a história oral é fruto de narrativas “e estas dependem da memória, dos ajustes, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 35). Novamente a ideia do lusco-fusco se faz presente e é necessário reconhecê-lo como, a um só tempo, o reflexo dos significados atribuídos pelas pessoas de acordo com suas experiências (sendo por isso mais profundo); e também a expressão do improvável, do lapso, do inventado, da fantasia, como partes da vida social.

As narrativas orais, para além de expressões das experiências efetivamente vividas, também revelam os processos de alienação que constroem nos sujeitos consciências fragmentadas sobre o real e sobre si mesmos – alienação que se manifesta não só pela produção das mercadorias, como também por meio da fetichização cada vez mais intensa no tempo presente, naturalizando processos de violação de direitos, coisificação, reificação, etc. É por isso que as narrativas devem ser sempre coadunadas às análises de outros elementos do contexto. É por isso também que as premissas de que parte este trabalho “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência”. Não parte, assim, do que as pessoas

[...] dizem, imaginam e representam, tampouco do que [elas] são nas palavras, no pensamento, na imaginação dos outros, para depois se chegar [às pessoas] de carne e osso; mas partimos [das pessoas] em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais [...] (MARX; ENGELS, 2001, p. 10-19).

Mesmo assim a técnica de história oral foi a que pareceu mais alinhada aos interesses de uma pesquisa dessa natureza, mesmo porque a perspectiva do materialismo-histórico, na qual cada fragmento e particularidade se remetem à totalidade social, contribui para resolver um pouco essas questões. Utilizada principalmente no decorrer da fase de coleta de dados, a história oral foi precedida e acompanhada de uma análise documental de leis, decretos, e reportagens a respeito da ala das travestis do Presídio Central, de registros estatísticos sobre homo-lesbo-transfobia no Brasil e no mundo e dos níveis do encarceramento brasileiro, de relatórios e projetos acadêmicos sobre os temas em tela, além da revisão de literatura –

informações essas consideradas secundárias para o estudo, mas que tiveram importância significativa para a triangulação dos dados<sup>12</sup>. Além das doze travestis presas selecionadas para as entrevistas, utilizando como critério apenas os seus desejos de participação<sup>13</sup>, foram entrevistadas outras três travestis que já tiveram experiência com o cárcere e terminaram de cumprir suas penas e quatro técnicas penitenciárias (das áreas de Serviço Social, Psicologia e Enfermagem).

Houve previsão de contatar ainda familiares e amigos de travestis em cumprimento de pena privativa de liberdade, o que não foi possível diante das dificuldades que as travestis presas entrevistadas tinham de manter vínculos familiares. Por outro lado, os seus companheiros de cela – os “maridos” das travestis<sup>14</sup> – que no começo da pesquisa tinham uma presença secundária, receberam visibilidade ao se constatar que a violência que as travestis sofrem reflete neles e em suas sociabilidades de tal modo que suas narrativas se tornaram essenciais para compreender a totalidade da experiência travesti na prisão – dois deles, portanto, foram entrevistados. Também foi entrevistado um homem homossexual que, ao ingressar na prisão, teve o direito de permanecer na ala específica para travestis. A pesquisa teve um total de 22 sujeitos (entrevistados em grupo ou individualmente). As entrevistas com todos esses diferentes sujeitos, assim como a revisão documental e bibliográfica, a observação participante materializada pelo diário de campo dos encontros realizados com as travestis e o movimento social e a análise macroestrutural da sociedade coadunaram para o que Trivinõs (1987) chama de técnica de triangulação de dados, necessária em pesquisas cujo método de investigação é o marxiano por pretender “abarcar a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, exatamente porque reconhece a interconexão entre os fatos e a impossibilidade de apreendê-los de modo consistente quando isolados<sup>15</sup>” (PRATES, 2012, p. 125).

---

<sup>12</sup> A triangulação de dados nesta pesquisa não se refere só à diversidade de sujeitos contatados (travestis, companheiros, homossexuais e técnicos/gestores do sistema penitenciário), mas também aos tipos de fontes selecionadas para a análise. A percepção dos diferentes sujeitos foi triangulada com uma análise dos processos sociais originados pela estrutura socioeconômica e cultural, materializada, por exemplo, em índices de violência e de aprisionamento; e também com outros elementos produzidos do contexto analisado, como documentos, leis, decretos, reportagens e normativas; além da própria observação participante e revisão de literatura.

<sup>13</sup> Além do interesse em participar da entrevista foi dada prioridade àquelas travestis com maior tempo de apresentação pública como pessoa com identidade de gênero feminina e com maior tempo de experiência social na prisão. Mesmo assim, a intenção era entrevistar todo o universo de travestis presas no período da pesquisa, o que não aconteceu pelo caráter contingente e processual inerente ao cárcere: praticamente todos os meses o grupo modificava-se, saindo e entrando pessoas.

<sup>14</sup> Esses homens, que possuem a própria identidade de gênero masculina e orientação sexual heterossexual, mantêm relacionamentos afetivo-sexuais com as travestis e são reconhecidos dentro do Presídio como maridos das travestis. O ato do “casamento” é analisado no capítulo três deste trabalho.

<sup>15</sup> Essa intenção nada mais é do que dar vazão ao princípio da totalidade social, como um horizonte a ser seguido, mas não esquecendo que a realidade é síntese de diferentes teses, sempre provisórias, sempre inacabadas – o que

Assim como algumas técnicas e fontes de dados foram trianguladas, também diferentes disciplinas e teorias foram necessárias para compreensão das múltiplas determinações da realidade aqui apresentada. Assim, para uma análise sobre gênero, o *feminismo marxista* e *feminismo interseccional* foram revisitados, buscando neles não o clássico, mas aquilo que podia ser retirado para realizar uma crítica do conjunto das opressões a que está sujeitado o feminino na sociedade e das necessárias interseções de raça/etnia e classe social para compreensão contextual e interseccional das experiências de gênero. Aliando gênero com as análises de sexo e sexualidade, se partiu da *teoria queer* como conjunto de leis e axiomas que questionam e desestabilizam o lugar da norma heterossexual presente na história. Por último, as análises sobre as prisões foram construídas a partir da *criminologia crítica*, o que ajuda a obter uma visão radical da posição de poder das instituições carcerárias no Brasil e que se alia aos outros conjuntos teóricos apresentados – formando as vertentes da criminologia feminista (ESPINOZA, 2004) e criminologia *queer* (CARVALHO, 2012) – para produzir uma reflexão crítica sobre a seletividade penal.

No momento de analisar e interpretar os dados, as mais de sete horas de gravação foram transcritas de modo literal, novamente para que nada do que foi recriado nas narrativas se perdesse (MEIHY; HOLANDA, 2007). A técnica de análise textual discursiva de Moraes e Galiuzzi (2006) contribuiu para a apreensão multifacetada do objeto de estudo. Por fim, é preciso dizer que o projeto de pesquisa foi autorizado pela Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, como também pelo Comitê de Ética da Escola de Serviços Penitenciários da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE). Passar por esses departamentos de ética na pesquisa contribuiu para proteger tanto o próprio estudo como também os sujeitos dele participantes, já que sua revisão criteriosa barra os possíveis abusos e desrespeitos que a pesquisa com seres humanos pode acarretar.

Sobre os desafios éticos da pesquisa no cárcere, é preciso lembrar que todos os entrevistados tiveram que ser algemados enquanto concediam suas falas individuais ante a exigência de privacidade da pesquisa. Embora isso não justificasse o uso de algemas, e mesmo com a porta da sala estando sempre aberta, o uso ou não delas não estava em discussão. O modo da prisão, assim, invadiu o estudo e aprofundou constrangimentos já inerentes à própria atividade de pesquisa na prisão. O principal desafio ético em realizar um estudo com travestis privadas de liberdade esteve, portanto, em fazer com que esta investigação não fosse vista como

---

significa dizer que não é possível compreender todas as coisas, sobretudo quando esse retrato se refere à identidades que escorregam, que não são fixas, que acompanham a processualidade do real e as relações sociais.

mais uma forma de coação dentre tantas outras presentes na realidade prisional, nem que fosse apresentada de modo arbitrário, imposto e mediado pelo cárcere como instituição reguladora (BOURDIEU, 2003).

Estar consciente desse processo de violência que pode se manifestar na pesquisa e cujos efeitos estão, sobretudo, na entrevista, implicou no dever de reduzir no que fosse possível a violência simbólica (BOURDIEU, 2003). Por isso, nenhuma travesti ou companheiro de travesti que tivessem desejo de participar da pesquisa foram excluídos, uma vez que isso poderia trazer consequências negativas no cotidiano daqueles que poderiam se sentir alijados do processo. É preciso também deixar uma inquietude em relação aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pois embora tenham sido redigidos com o máximo possível de clareza, lidos em voz alta antes de serem entregues e esclarecidos quanto aos seus objetivos, no caso das travestis e seus companheiros é possível que tenham causado mais constrangimento que esclarecimento – como dizia Pelúcio (2006). Isso se deve ao próprio caráter desse documento que transborda dissimetria social pela posição superior que ocupa o pesquisador em relação ao pesquisado. Essa última questão não foi plenamente resolvida porque o documento tem caráter obrigatório nas pesquisas com seres humanos. No entanto, eles foram utilizados, na maioria das vezes, como ferramentas de reflexão e de fortalecimento de alguma autonomia dos sujeitos entrevistados.

\*\*\*

Este estudo está organizado em cinco principais capítulos. O segundo deles, que sucede esta introdução, é um inventário a respeito de como as categorias de gênero, corpo, sexo e sexualidade vêm sendo materializadas no campo do social no decorrer da história. Longe de apresentar um levantamento pormenorizado, a intenção é privilegiar acontecimentos e narrativas que contribuam para produzir uma ideia sobre as construções sociais das travestilidades no Brasil. Assim, o ponto de partida é o movimento feminista e as polêmicas suscitadas dos diferentes feminismos brasileiros. Buscando afirmar uma análise *queer marxista* para o estudo sobre travestilidades do ponto de vista materialista-histórico, o capítulo pretende demonstrar como essas duas vertentes teóricas – o materialismo histórico e dialético e a teoria *queer* – se aproximam enquanto bases filosóficas dos sujeitos que pretendem falar de seus lugares de subalternos, questionando as estabilidades e normalizações interpostas pelos sistemas hegemônicos de poder e propondo a superação das regulações sobre identidades, comportamentos e desejos.

O terceiro capítulo pretende analisar teoricamente o lugar das prisões na sociedade brasileira através dos aportes teóricos da criminologia crítica. Tomando por referência a questão prisional como instrumento de domesticação e de organização do que a sociedade considera como *resto* e como inapropriado, propõe debater sobre como os padrões do aprisionamento aprofundam vulnerabilidades de gênero e sexualidade já experimentadas antes do cárcere e como essas determinações, aliadas às de classe social e raça/etnia, produzem experiências distintas e únicas às travestis. A intenção é demonstrar, desde uma criminologia *queer*, os reflexos das regulações da prisão nas experiências das travestis, assim como já foi feito com relação às mulheres presas a partir da criminologia feminista.

O quarto capítulo apresentará os dados empíricos da pesquisa de maneira mais expressiva. É aqui que as experiências sociais específicas das travestis e seus companheiros privados de liberdade em regime fechado em Porto Alegre serão analisadas pelos aportes teóricos já elencados. Essas experiências, como se verá, se referem às relações familiares, com policiais, técnicos e gestores do sistema penitenciário e com os companheiros de cela, à escassez de materiais de provimento das necessidades básicas, à produção de identidades, às disputas de poder, ao anseio por ações educacionais e de formação profissional, à geração de renda, à produção da saúde e da doença e ao aprofundamento de discriminações em razão da vulnerabilidade penal e de gênero. Questões marcantes a essas experiências como o discurso da proteção que gera maior opressão e as relações contraditórias presentes no cotidiano carcerário passarão pelas análises do feminismo interseccional e marxista, da teoria *queer*, da criminologia crítica e do materialismo histórico e dialético.

O quinto e último capítulo pretende retomar questões caras ao estudo e apresentar algumas considerações finais dos achados parciais da pesquisa, como uma síntese sempre provisória de um tema que está em constante construção porque é parte do real. Sem o interesse de apresentar conclusões definitivas, soluções ou resoluções para a afirmação e garantia dos direitos humanos das travestis presas, a proposta da pesquisa é retomada e problematizada de acordo com as tendências que ficam a respeito das sucessivas aproximações com a realidade estudada. O tema das travestilidades na prisão é contraditório e muitos discursos são utilizados como dispositivos para delegar os seus espaços dentro dela – especialmente os que recorrem à natureza e à biologia como definidoras das atuações dos sujeitos sociais. Nesse sentido, é importante desvendar os processos de opressão que se escondem atrás dos discursos de proteção e não delegar a outros sujeitos, senão a elas próprias, a narrativa sobre suas vidas.

## 2. GÊNERO, CORPO, SEXO E SEXUALIDADE

Desde o começo pesa uma maldição sobre o “espírito”, a de ser “maculado” pela matéria que se apresenta aqui em forma de camadas de ar agitadas, de sons, em resumo, em forma de linguagem. (MARX; ENGELS, 2001, p. 24).

As concepções sobre gênero e sexualidade presentes no debate contemporâneo são frutos de um processo histórico. Parafraseando Bobbio (2004) ao falar sobre a conquista dos direitos ao longo do tempo, a própria história é construída de acordo com as lutas sociais que entram em defesa de novas requisições e que surgem de modo gradual, não de uma só vez ou de uma vez por todas, mas partindo dos seres humanos concretos e das suas necessidades também concretas. A luta do feminismo e dos movimentos de defesa da diversidade sexual, portanto, corresponde ao movimento histórico em que esses temas são discutidos. Se houve uma época em que se acreditava que mulheres e homens mereciam condições sociais, econômicas e culturais distintas porque tinham corpos e papéis sociais diferentes, a transformação desse pensamento coube às pessoas que o enfrentaram, correspondendo a uma época e a sujeitos históricos específicos.

Mas a história não é um quadro horizontal e linear em que se pode dividir como quiser cada aspecto da paisagem sem prejudicar a imagem do todo, o que significa que as noções de uma época histórica sobre determinada questão – aqui essa questão é o debate sobre gênero e os diferentes feminismos – não são organizadas e homogêneas. Novas defesas, em vez de tomarem o lugar das antigas, convivem com essas ora superando-as, ora sendo superadas, e ora se mantendo na disputa, o que converge para novas possíveis sínteses que não podem ser vistas como algo totalmente inédito, mas sim como resultado do movimento da história – sendo sempre provisórias.

Ao mesmo tempo, é preciso assumir que a história só se torna visível a partir daquilo que as pessoas contam sobre suas experiências em fazer o ato histórico, quer dizer, ela passa por um filtro do qual recebe, em diferentes medidas, os significados de quem viveu e de quem contou a história, que nada mais é do que um *trabalho ideológico* correspondente a interesses claros e de modo algum ingênuos. Denunciar isso é de muita necessidade porque explicar fenômenos tão complexos como os que estão em tela só é possível assumindo uma das possíveis narrativas existentes a respeito dessa história, e essa narrativa, ou, em outras palavras, esse “lado”, é o lado dos oprimidos.

Assim, não é a história do feminismo e dos estudos de gênero uma estrada reta onde uma forma específica de pensamento dá lugar à outra completamente diferente e antagônica,

como se fosse possível dividi-la por etapas ou paradigmas sem incorrer no erro de simplificar ou de negar as contradições. O debate sobre gênero, desde o princípio, é intranquilo e contraditório.

## **2.1 Feminismos e teses sobre gênero entre o essencialismo e o construtivismo**

O conhecimento construído ao longo dos anos a respeito de gênero é reflexo da história, mas é um pouco também produto daquilo que as estudiosas sobre o tema contam, dando mais ou menos vazão às questões que lhes são mais ou menos significantes. Esses contos tendem a dividir “o passado recente em décadas definidas para fornecer uma narrativa de progresso incansável ou de perda, proliferação ou homogeneização” (HEMMINGS, 2009, p. 215), fazendo parecer que os estudos feministas passaram por um caminho evolutivo no qual o acúmulo científico do passado é superado por teorias mais atuais consideradas vanguardistas, como se essas sim rompessem completamente com todos os conservadorismos ao mesmo tempo em que renovassem as tendências das teorias sobre gênero.

[...] teóricas feministas pós-estruturalistas são repetidamente consideradas as primeiras a desconstruir a “mulher”, e tidas ou como ‘heroicas’ ao superar erros do passado, ou como responsáveis pelos males do feminismo em geral. Contesto essa caracterização do pós-estruturalismo pela simples razão de que uma das preocupações mais duradouras para a maioria das feministas tem sido, e permanece sendo, tal desconstrução. (HEMMINGS, 2009, p. 216).

Essa divisão etapista é uma invasão positivista na leitura da história e uma categorização que, por mais inocente que pareça, acaba escondendo fragmentos perdidos da história como se não existissem, invisibilizando também as disputas e as contradições presentes no movimento feminista político e teórico. É um modo de fazer ciência que planifica e enquadra a própria história de modo semelhante ao que aconteceu com a história dos direitos humanos que, de acordo com essa visão etapista, teria representado uma realidade geral de todas as nações na qual determinados direitos seriam, hierarquicamente, mais importantes que outros.

Uma das tentativas de explicar o movimento feminista por meio de etapas é relacioná-lo com três principais ondas, nos termos do que propõe Freedman (2003). Mas isso só faz sentido, ainda que assumindo a insuficiência da abordagem e o desaparecimento de determinadas vozes, se as reivindicações de cada época forem contextualizadas com o cenário social, político e cultural do seu tempo, justificando os limites e as possibilidades desses diferentes feminismos. Por ser uma tarefa polêmica e insustentável do ponto de vista teórico

que se assume ao dizer que a história não é um quadro plano, esse trabalho abre mão de utilizar esse recurso, pois a perspectiva de divisão do feminismo em ondas, ainda que explique as transformações históricas que esse movimento sofreu, faz parecer que o pensamento feminista teria passado de um clamor à igualdade para o debate das identidades até chegar à marca da diferença, quer dizer, uma narrativa do progresso é produzida para se afirmar o pós-estruturalismo como o ápice dos estudos progressistas de gênero (HEMMINGS, 2009).

Para que o pós-estruturalismo surja como algo que está além da diferença particularizada e simultaneamente inclusivo dessas diferenças, essa narrativa requer uma representação problemática das intervenções dentro do feminismo como sendo específicas de certas décadas. Um feminismo essencialista universalizado é direta ou indiretamente associado aos anos 70, e críticas raciais e sexuais são contidas nos anos 80 para que o pós-estruturalismo possa, finalmente, superar o essencialismo e incorporar as identidades associadas à diferença sexual, sexualidade e raça. (HEMMINGS, 2009, p. 229).

A realidade social mostra que essas disputas teóricas sobre gênero estão muito mais misturadas e não podem representar homogeneamente uma mesma época. Não parece correto afirmar uma linearidade histórica na arena dos estudos de gênero quando esse espaço é lócus de disputas e de contradições, no qual diferentes correntes teóricas convivem entre si e produzem representações e teorias de gênero distintas. Não é possível, portanto, afirmar uma única corrente teórica como representativa de uma época, mas sim dizer que essas vozes têm sido caladas ou amplificadas de acordo com as condições sociais, políticas, culturais e econômicas de cada momento histórico.

Mas se as lutas são diversas e contraditórias, é possível enunciar pelo menos uma grande bandeira levantada pela maioria das feministas desde as anglo-saxãs (LOURO, 1997) e que se mantêm vivas até o presente: o esforço em questionar a natureza, o plano biológico e as diferenças genéticas como explicativos das diferenças culturais entre as pessoas de gêneros diferentes. Nas palavras de Simone de Beauvoir (1967, p. 9), “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto entre o macho e o castrado que qualificam de feminino”.

A distinção entre as categorias de sexo e gênero que seguia dessa marca (o destino biológico *versus* o construtivismo cultural) serviu às feministas para acentuar profundamente “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). Contudo, os “fatos da biologia” e a noção de aspectos essenciais distintos às mulheres e homens – aquilo que Linda Nicholson (2000) chama de *determinismo biológico* –, cedeu lugar ao que a autora chama de *fundacionalismo biológico*, que permite ao mesmo tempo a coexistência de

determinações da “natureza biológica” e de dados de comportamento, sem que o primeiro seja necessariamente responsável pelo segundo.

Tal compreensão do relacionamento entre biologia, comportamento e personalidade, portanto, possibilitou às feministas sustentar a noção, frequentemente associada ao determinismo biológico, de que as constantes da natureza são responsáveis por certas constantes sociais, e isso sem ter que aceitar uma desvantagem que se torna crucial na perspectiva feminista, a de que tais constantes sociais não podem ser transformadas. (NICHOLSON, 2000, p. 11).

Como a história certamente é feita de polêmicas inconclusas, é fácil identificar no tempo presente o que Nicholson chama de fundacionalismo biológico, como corrente teórica que perpassa o senso-comum e que convive com outras teses e discursos sobre gênero. No próprio *locus* de pesquisa essa noção é reivindicada, por exemplo, na fala de uma das técnicas que atende as travestis presas:

[...] uma coisa que num momento assim tu abstrai que tu tá falando com alguém que na verdade nasceu com o sexo... porque as demandas são completamente femininas, né. “Porque tu roubou o meu esmalte”. Coisas muito assim, de picuinhas, de briga, né, e de fulana que pegou e como o cabelo dela ficou mais comprido [...] E coisas muito parecidas assim na forma delas chegarem, né, desse vínculo, dessa coisa mais, entre aspas, “grudenta”, né, que mulher tem, e até chata, vou te dizer. (GT01<sup>16</sup>).

Na narrativa dessa técnica, o dado biológico de alguém que “na verdade”, “lá no fundo” e “ainda assim” é “homem”, coexiste e é relativizado em razão dos comportamentos tidos como “de personalidade”. O que a técnica está dizendo é que existe uma verdade sobre o sexo da travesti e que essa verdade imaculadamente diz respeito a um “ser homem” ulterior. Mas ao mesmo tempo, esse fato da natureza não é relevante ao determinar o comportamento da travesti, “a ponto de até se esquecer com quem realmente se está falando” – pois é um comportamento que se nota tipicamente feminino. Nada mais representativo do fundacionalismo biológico, que nesse caso evoca um aspecto biológico ao mesmo tempo em que também essencializa e estereotipa um comportamento como representativo do gênero feminino a fim de desqualificá-lo – estereótipo que funciona também para naturalizar essas características como biologicamente femininas (CARRARA et. al., 2009).

O marco binário presente nessas sustentações teóricas – mantido no essencialismo através das categorias homem/mulher e resgatado pelo fundacionalismo sob as categorias

---

<sup>16</sup> A fim de preservar o anonimato dos sujeitos entrevistados, foi utilizada como técnica dessa análise a *codificação*, tendo por objetivo não só impossibilitar a identificação dos sujeitos da pesquisa como agrupá-los segundo suas relações com as travestis presas: as falas das próprias serão referenciadas pela abreviatura “TP” e um número correspondente à ordem da realização das entrevistas; a mesma lógica será usada para o grupo dos companheiros das travestis (CT), para os homens homossexuais (HG), para as travestis que já cumpriram pena privativa de liberdade (TL) e para os gestores, técnicos e policial militar que atuam no PCPA e com a política de segurança pública (GT).

gênero/sexo – “não consegue captar o nível de desvio das normas do gênero que existe em muitas de nós, reforçando tanto estereótipos culturais [...] bem como quando politicamente na supressão de maneiras de ser”. (NICHOLSON, 2000, p. 8). Negar que determinados sujeitos possam desestabilizar de algum modo os aparatos contidos no sistema dicotômico de sexo/gênero – nos termos de Gayle Rubin (1993) sobre como a ordem social transforma o sexo biológico num produto social da atividade humana desde uma perspectiva binária<sup>17</sup> – é o mesmo que negar a própria existência dessas pessoas. É claro que está contida na elaboração de Rubin a própria noção binária, uma vez que seu conceito de sistema sexo/gênero opera segundo uma divisão entre natureza e cultura. No entanto, aqui ele serve para denunciar as instituições que justamente transformam um dado biológico em uma representação cultural subordinada e domesticada.

[...] a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos apareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição [...], não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois (BUTLER, 2012, p. 24).

Ora, supor que existe um tipo de sexo para um tipo de comportamento considerado “de gênero” (o caminho que leva um corpo com vagina a ser submissa, instável, romântica, domesticável e outro caminho que leva um corpo com pênis a ser agressivo, responsável, racional, dominante) é também o mesmo que inferir não ser possível qualquer relação que não esteja inscrita na expectativa da heteronormatividade<sup>18</sup>. É o mesmo que dizer que um corpo, ainda que submetido a tecnologias distintas, sempre será nomeado a partir da genética. É o mesmo que dizer que homens devem corresponder a uma virilidade e masculinidade intrínsecas, e que o mesmo acontece com a pureza e feminilidade da mulher.

As pessoas que fogem da heterossexualidade compulsória e dos padrões dicotômicos do sistema sexo/gênero simplesmente denunciam a existência de outras vidas fora dos padrões hegemônicos. O PCPA, como expressão particular da sociedade mais ampla, é espaço

<sup>17</sup> Nas palavras de Rubin (1984, p. 149-150), “a sexualidade é inacessível à análise política enquanto for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual. A sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção e modos de opressão. Uma vez que o sexo for entendido nos termos da análise social e entendimento histórico, uma política do sexo mais realista se torna possível”.

<sup>18</sup> “Por heteronormatividad entendemos aquellas instituciones, estructuras de comprensión y orientaciones prácticas que hacen no sólo que la heterosexualidad parezca coherente – es decir, organizada como sexualidad – sino también que sea privilegiada. Su coherencia es siempre provisional y su privilegio puede adoptar varias formas (que a veces son contradictorias): pasa desapercibida como lenguaje básico sobre aspectos sociales y personales; se la percibe como un estado natural; también se proyecta como um logro ideal o moral.” (BERLANT; WARNER, 2002, p. 230).

privilegiado para análise desses “desvios”, uma vez que *as representações e reconhecimentos sobre identidades, corpos e desejos que lá aparecem rompem com a segurança social a respeito de que sujeitos são esses*, não somente porque resistem aos padrões, mas também porque, apesar disso, também os cristaliza de outras formas.

Olhando pra mim na rua, a única coisa que tu não pode dizer sobre mim é que eu sou um homem. (TP08, Diário de campo<sup>19</sup>).

Eu acho que no fundo eu ainda sou homem. Quer dizer, eu sou travesti, mas eu também sou homem. (TP08, Diário de campo).

Uma coisa que eu sempre falo pro meu marido: “Tu não esquece que eu também sou homem”. (TP08, Diário de campo).

Nas falas acima, pronunciadas por uma mesma travesti em virtude das reflexões suscitadas por uma oficina sobre gênero realizada na prisão, as categorias de gênero e de sexo interagem de modo complementar e contraditório. Na primeira sentença a travesti verifica que, em vista de sua estética, dos esforços empreendidos para produzir um corpo feminino, do seu comportamento de mulher, das suas atitudes e “personalidade”, seu corpo não pode em hipótese alguma ser confundido com o de um homem. Ao mesmo tempo, todavia, a mesma pessoa recupera um dado biológico sob o pressuposto de “no fundo ainda ser homem” para dizer que seu comportamento “feminino” pode mudar – pois ela “também é homem”. Essa evocação não acontece por acaso: quando ela diz essa frase ao seu companheiro, isso acontece em um contexto específico no qual ela sugere que ele tenha cautela e não a trate com violência, porque se necessário ela responderá também com violência por ser dotada de força e habilidade masculinas. Notadamente ela não deseja ser reconhecida socialmente como homem, mas utiliza dessa ideia como estratégia nas relações de poder e que trava cotidianamente, não só com o companheiro como também com as outras travestis e os policiais.

É possível analisar essa identificação com o masculino como parte das construções sociais das travestis no Brasil – e possivelmente isso se repita no caso latino-americano –, que perpassam o que Marilena Chauí (1996) chama de *cultura popular*, formada por aspectos ambíguos constitutivos do projeto de cultura dos dominados, e no qual ao mesmo tempo aparece a conformidade à cultura dominante e também a resistência ao *status quo*. Para a autora, a cultura popular (que pode ser compreendida como a cultura de muitas travestis, o que será debatido no próximo capítulo), como “conjunto disperso de práticas, representações e formas

---

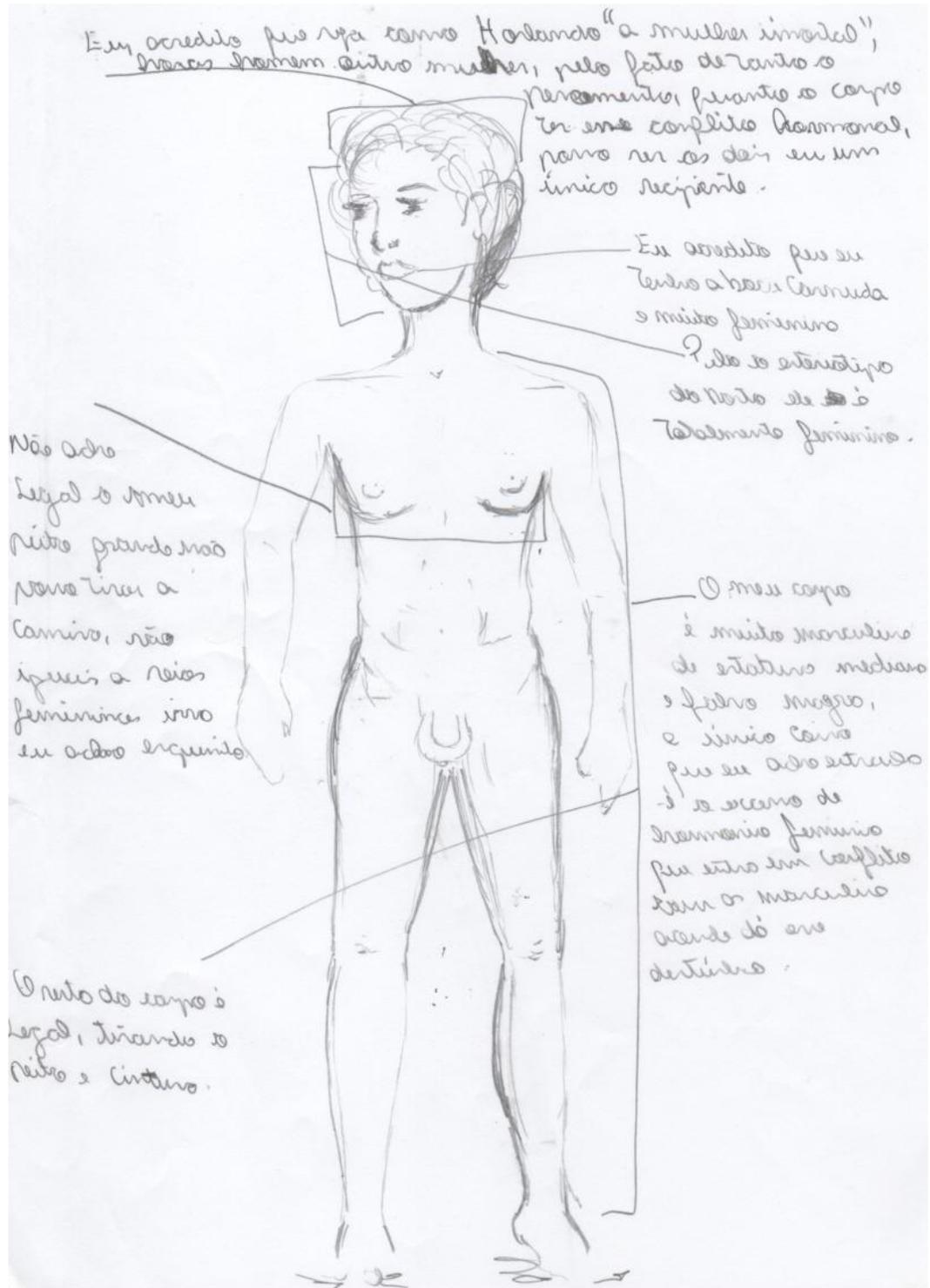
<sup>19</sup>Algumas falas aqui transcritas são resultado, como já dito na Introdução deste trabalho, da observação participante dos encontros quinzenais ocorridos entre o movimento social de travestis e transexuais de Porto Alegre e as travestis e seus companheiros presos. Quando for o caso, portanto, ocorrerá a indicação de que a narrativa é oriunda do diário de campo.

de consciência que possuem lógica própria” (CHAUÍ, 1996, p. 25), interpreta a cultura dominante modificando-a e reestruturando-a de acordo com os seus próprios padrões. Assim, está contida nessa cultura uma dialética de conformismo e resistência: conformismo por reestabelecer padrões culturais que reforçam a dominação da classe burguesa e das elites nacionais; e resistência porque desestabiliza aspectos desses padrões.

De modo geral, as ciências sociais e a filosofia preferem encarar a Cultura Popular pelo prisma das dicotomias. No entanto [...] não há como manter dicotomias para compreendê-la. [...] Frequentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambiguidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação. (CHAUÍ, 1996, p. 123-124).

Quando as travestis brasileiras lutam por reconhecimento de suas identidades de gênero femininas como aspecto necessário para a garantia de suas cidadanias e, ao mesmo tempo, lançam mão de conceitos reiterativos de características tidas socialmente como masculinas, isso apenas demonstra o quanto elas podem, enquanto grupo social, avançar e retroceder com relação às suas próprias subordinações ou rompimentos com as normas de gênero. Isso significa que se existe para algumas travestis (senão, talvez, para a maioria delas) uma concepção de feminilidade que está articulada com uma ideia exagerada de submissão, de passividade e de passionalidade (o que faz com que muitas no Brasil busquem relacionarem-se, por exemplo, com homens violentos e machistas) (GARCIA, 2009), essa concepção nada mais é do que o reflexo dos padrões culturais dos grupos dominantes sobre como devem ser os modos de vida de homens e mulheres de acordo com uma moral burguesa – mas o fazem justamente para afirmarem suas identidades femininas. Demonstram assim não se encaixar nas expectativas de uma sociedade pasteurizada e dicotomizada, e em vez disso, recriam normas e papéis segundo suas próprias necessidades sociais. O mesmo acontece com todas as pessoas que não se enquadram em quaisquer das expectativas de corpo, identidade e desejo produzidas no interior das nossas sociedades, como é possível verificar, por exemplo, na ilustração abaixo produzida por um dos homens homossexuais presos:

Figura 1 – Ilustração feita por um dos homens homossexuais presos, como produto da oficina sobre gênero



Fonte: Oficina sobre gênero ocorrida no Presídio Central (HG02).

Eu acredito que seja como *Orlando – a mulher imortal*, horas homem, outras mulher, pelo fato de tanto o pensamento, quanto o corpo, ter esse conflito hormonal, posso ser os dois em um único recipiente. Eu acredito que eu tenha a boca carnuda e muito feminina. Pelo estereótipo do rosto, ele é totalmente feminino. Não acho legal o meu peito “graveto”, não posso tirar a camisa, são iguais a seios femininos, isso eu acho esquisito. O meu corpo é muito masculino, de estatura mediana e “falso magro”, a única coisa que eu acho estranha é o excesso de hormônio feminino que entra em conflito com o masculino aonde dá esse distúrbio. O resto do corpo é legal, tirando o peito e a cintura. (HG02, retirado da ilustração acima).

A oficina sobre gênero já referida anteriormente foi um momento proposto pela organização não-governamental (ONG) que acompanha, quinzenalmente, as travestis, seus companheiros e homens homossexuais privados de liberdade no PCPA. Na dinâmica, a orientação que os presentes receberam foi o de representar no papel uma pessoa, e que incluíssem características que consideram ser masculinas ou femininas. Essas características poderiam remeter a comportamento, roupas, características físicas, etc. A grande maioria (dez dos dezesseis participantes) optou por desenhar um corpo com características socialmente consideradas femininas ou masculinas, e ao lado escreveram palavras consideradas, nos termos deles, como “de personalidade”: “vaidosa”, “sensível”, “alegre”, “calma”, “carente” e “amiga” no caso das travestis, e “humilde” e “observador” no caso dos homens heterossexuais. Mas também houve casos (pelo menos dois deles apontaram isso de forma clara) nos quais as características corporais também foram escritas, como esse acima descrito.

O jovem, que se identifica como homem homossexual, considera que possui traços corporais e de comportamento ambíguos, e recorre à biologia (hormônio), à psique (pensamento) e ao tipo estético (boca carnuda, peito feminino) para demonstrar que sua figura provoca dúvidas com relação ao seu gênero, ou que poderia guardar em si características masculinas e femininas. Mais uma vez os aspectos da cultura popular são evidenciados, na medida em que esses discursos são utilizados de modo geral pelo senso-comum como instrumento de controle e repressão sobre determinadas classes dominadas – da qual ele certamente faz parte; mas a apropriação pelo conteúdo desses discursos não acontece de maneira direta: os argumentos são reestabelecidos de outra forma e se antes o conteúdo poderia reprimir seus comportamentos (porque denunciam um corpo fora dos padrões binários), para ele servem apenas para conferir uma narrativa sobre o seu corpo. Além disso, a cultura popular como releitura da cultura dominante assume para si questões que jogam contra os sujeitos dominados, o que faz parte da própria construção da subalternidade (YAZBEK, 2003), que faz com que os indivíduos não consigam assumir consciência de seus protagonismos. Daí que muitos estereótipos de gênero/sexualidade aparecem nas narrativas das travestilidades e homossexualidades no Brasil, uma vez que são subjugados e levados a crer que tais estereótipos são mesmo verdade.

Como sugere Garcia (2009, p. 598), a estrutura social baseada em gêneros binários (de pessoas que se consideram somente masculinas *ou* femininas) está longe de ser universal; muitas sociedades têm “borradas as separações entre masculinidade e feminilidade” e, nesse trabalho, a intenção é demonstrar minimamente que esses borramentos das fronteiras de gênero

e mesmo o convívio dos opostos (a contradição como *negação que inclui* e que não é estanque nem formalmente dicotômica) podem ser mais evidentes e profundos nas classes subalternas, especialmente quando advindas de países cujas economias experimentam a desigualdade social de maneira mais agravada, como se verá posteriormente. Antes disso, no entanto, é necessário percorrer pelas análises a que a ciência, de acordo com suas diferentes áreas, tem se dedicado a realizar no que diz respeito à compreensão das travestilidades no Brasil.

## **2.2 Travestilidades, identidades e produção social do gênero e do sexo**

Thomas Laqueur (2001) afirma que, até meados do século XVIII, as ciências médicas acreditavam que haveria apenas um sexo, o masculino, e o que diferenciava as pessoas era apenas a quantidade de calor recebido no decorrer da gestação. A explicação dada consistia em dizer que a mulher grávida, ao oferecer pouco calor ao bebê, fazia com que seu órgão sexual se retraísse para dentro do corpo, formando uma vagina. Se, ao contrário, o bebê recebesse mais calor, seu órgão sexual se afluaria, aparecendo na parte externa do corpo e formando o pênis. Era uma diferença, até então, quantitativa e hierarquicamente vertical – quanto mais ou menos calor, mais ou menos próximo do corpo perfeito (o corpo que teve seu órgão totalmente desenvolvido e exposto).

No final do século XVIII alguns médicos começam a afirmar que essa diferença dos corpos não versava sobre gradações corporais, mas que havia uma diferença mais profunda e que se aplicava a todo o corpo, externo e interno. Era uma diferença horizontal e qualitativa, não apenas física como também moral. Decorrem daí grandes justificações que vão elaborar esse segundo sexo, o feminino, e cuja anatomia começa a ser explicada pela personalidade feminina. A mulher não apenas começa a ser compreendida como diferente do homem fisicamente, mas também psiquicamente, e seu lugar na sociedade deveria acompanhar essa diferença. Os binômios passividade/agressividade, emoção/razão e cuidado/rudeza começam a ganhar relevo na relação mulher/homem, definindo o espaço da mulher como sendo o privado, o cuidado da família e o que lida com o afeto, enquanto o homem deve ocupar o espaço público, o tino para os negócios, o que lida racionalmente. De acordo com Laqueur (2001, p. 18), “[...] há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e [...] a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis de gênero, são de certa forma baseados nesses ‘fatos’”.

No conjunto das transformações ocorridas nas sociedades ocidentais desde então, outras características do homem e da mulher são procuradas com a intenção de reiterar as diferenças de gênero. “Só as mulheres podem ser mães” e “a mulher, diferente do homem,

possui instinto materno” são bandeiras levantadas na busca por especificidades de gênero que garantam a legitimidade do próprio binarismo homem/mulher. Na medida em que essas bandeiras são superadas por novos estudos<sup>20</sup> e novos sujeitos<sup>21</sup>, outras diferenças são procuradas na tentativa de manter, em última instância, o lugar subalterno do feminino em sociedade. Há, na atualidade, outras maneiras de substancializar as diferenças e manter essa subalternidade, como encontrar tamanhos distintos de cérebros no homem e na mulher (e demonstrar que a mulher tem menor aptidão às ciências exatas porque seu cérebro é marcado por algo que está ausente, por exemplo<sup>22</sup>), ou que a testosterona, hormônio que serve como metáfora de “homem”, é responsável pelo desejo sexual, pelo estímulo e pelo desempenho (é o hormônio que, por excelência, potencializa e melhora) (HOBERTMAN, 2005).

Parece ficar nítido que há uma resistente tentativa de encobrir o gênero a partir de uma lógica da substancialização da diferença. O objeto dessa substancialização pode variar, passando por exemplo dos ovários aos hormônios sexuais. Mas a referência a algum tipo de materialização do gênero permanece intacta, ou melhor, parece ir se aprimorando a cada descoberta científica. Percebe-se a pregnância de uma necessidade de ‘essencialização’ das diferenças entre homens e mulheres ao longo do último século, que remete necessariamente à tradição dualista que tem caracterizado a cultura ocidental moderna. Basicamente, as renovadas formas de ‘essencialismo’ têm implicado delimitar o que seria do plano natural, supostamente imutável, e o que se enquadraria no plano social ou cultural, passível de transformação. Um olhar mais atento ao discurso médico da passagem do século XIX ao XX, por exemplo, nos leva a perceber que é exatamente a instabilidade entre essas fronteiras, ou seja, a constatação da sua precariedade, que promove uma insistente reafirmação das oposições. (ROHDEN, 2008, p. 148-149).

É notável o quanto a ideologia de gênero se alia aos chamados “fatos biológicos” ou “fatos da natureza” para produzir as dicotomias entre mulher e homem, de modo que tais categorias carreguem um arsenal de características que atribuam a essa ideologia uma *verdade*. Essa produção de diferenças, tão necessária para pensar os corpos generificados, também ocorre na/com a construção das transgeneridades. Vejamos, por exemplo, o que dizem as três principais áreas do conhecimento científico que se ocupam sobre a compreensão das identidades travestis:

1) As ciências médicas e biológicas, ainda muito comprometidas com uma concepção binária e dualista de gênero e sexo. Compreendendo as travestis a partir dos seus corpos biológicos, esses estudos na maioria das vezes encontram respaldo científico não apenas nas

<sup>20</sup> UOL MULHER. **Mito do instinto materno gera culpa em mulher que não quer ter filhos**. Disponível em: <<http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2013/05/07/mito-do-instinto-materno-gera-culpa-em-mulher-que-nao-quer-ter-filhos.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2013.

<sup>21</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **“Homem grávido” dá à luz em parto natural nos EUA**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u418988.shtml>>. Acesso em: 4 jul. 2013.

<sup>22</sup> A obra de Wijngaard (1997) trás alguns exemplos da busca por diferenças de gênero presentes nos corpos.

pretensas “diferenças sexuais” existentes nos hormônios e no cérebro, mas também na formação do DNA, na estrutura óssea, nos órgãos sexuais internos e externos. Para essas áreas do conhecimento, o gênero é tratado sob uma lógica de substancialização das diferenças (ROHDEN, 2008) na qual ele deve aparecer como algo essencial, como reflexo de uma natureza masculina ou feminina. Nesse sentido, a identidade de gênero continua sendo percebida do ponto de vista do corpo do sujeito, e é ele que precisa ser reparado para entrar em harmonia com a mente, pois, do contrário, o sujeito se mantém num intenso “desajuste”.

2) As ciências psi, que historicamente têm procurado nas subjetividades e nos modos de subjetivação a explicação para a produção das identidades. De modo geral, as produções científicas da área, *stricto sensu*, não tematizam uma relação concreta entre as identidades e o contexto objetivo de vida dos sujeitos, ainda que priorizem exames sobre relações sociais, familiares, afetivas, culturais e políticas; em última análise, as identidades aparecem, de modo geral, como produto de uma elaboração interna e individual. Alguns teóricos da psicanálise vão mais longe, afirmando uma inconformidade entre corpo e mente no caso das travestis, inconformidade essa que precisa ser corrigida. Recorrem, nesses casos, ao uso da patologização para detectar nelas os traços de transtorno, desordem, psicopatia, perversão e até melancolia. As identidades sexuais e de gênero como construções sociais, por outro lado, aparecerão mais substancialmente na psicologia social, que recentemente produzirá questionamentos profundos no interior dos seus discursos sobre o tema.

3) As ciências sociais, nas quais gênero e sexualidade serão explicados do ponto de vista de uma construção cultural e social. A antropologia é, por excelência, uma das principais áreas que produz conhecimento sobre o tema, e sua história nas pesquisas com travestis é extensa. Utilizando conceitos e técnicas metodológicas que priorizam as vozes e os modos de vida dos sujeitos, busca nas teorias sobre corpo, práticas culturais e contextos territoriais as definições sobre o projeto travesti<sup>23</sup>. Outras ramificações das ciências sociais também abordam a sexualidade e o gênero como produtos da atividade humana, desde uma perspectiva histórica e como produto do social (RUBIN, 1984). É importante ressaltar que é nessa área do

---

<sup>23</sup> De acordo com Pelúcio (2008, p. 4-5), o projeto travesti é um projeto de transformação do corpo e de produção da feminilidade que se organiza segundo elementos complexos e numerosos. “Inicialmente a travesti deve almejar construir em seu corpo uma certa feminilidade, esta feminilidade, no entanto, tem o obstáculo de ser materializada em um corpo que não é reconhecido socialmente como feminino. Dentro de uma lógica que prega o dimorfismo radical dos corpos sexuados conferindo-lhes gêneros inteligíveis a genitália é o ponto nodal de onde extravasa toda uma ‘verdade’ sobre o gênero. Uma feminilidade dotada de um pênis é um paradoxo dentro deste raciocínio. Mas ser uma travesti é mais que marcar no corpo a mudança desta ‘verdade’, o corpo é apenas o veículo pelo qual será construída toda uma subjetividade também marcada pelas negociações entre o feminino e o masculino. Os gestos, as cores, o andar, são apenas elementos que revelam vontades, dúvidas e crenças; sucessivas camadas de silicone, certezas, hormônios e valores que explicitam que o projeto travesti é uma conformação e uma negociação corporal e moral.”

conhecimento que se vincula a análise desse trabalho, pelo vínculo desta dissertação com um Mestrado em Serviço Social e porque as identidades travestis são aqui intimamente relacionadas às experiências de vida dos sujeitos e suas relações *sociais*.

Coadunada a essas áreas do conhecimento científico, existem algumas narrativas que se expressam sob diferentes aspectos e que buscam diferenciar em termos identitários as travestis das mulheres transexuais, apoiando-se no sentimento de pertença em relação a um ou outro órgão genital. Uma primeira narrativa conta que a mulher transexual sentiria uma profunda identificação com o corpo/subjetividade femininos, o que lhe conferiria um desacordo tamanho entre sua psique e sua estrutura biológica que ela rejeitaria dramaticamente o pênis e tudo que produz sentido ao masculino (SILVEIRA, 2006). Em uma frase (por sinal, bastante usada por este argumento), *é uma mulher presa dentro do corpo de um homem* – ou vice-versa, quando se tratasse de um homem transexual. A mesma história continua, dizendo que a travesti, em termos gerais, não buscaria para si uma adequação completa de mente e corpo por meio da transgenitalização, ou cirurgia de redesignação sexual (“como as transexuais fazem”), mas, no lugar disto, produziria um corpo feminino mantendo características masculinas, como o pênis (objeto ainda de prazer sexual) aliado a uma subjetividade inerentemente masculina e homossexual (KULICK, 2008).

Uma segunda narrativa, também filiada à produção dessas diferenças entre travestis e transexuais, diz respeito àquilo que Cressida Heyes (2007) critica em sua obra intitulada *Self-Transformations*. A autora defende que uma das formas de manifestação das diferenças é através das transformações estéticas do corpo. Nesse terreno, a crítica de Heyes aponta para o pensamento simplista de que o corpo representaria algo que está para além dele, anterior a ele, algo que é considerado genuíno e autêntico, e também particular: o *self*, ou o “eu interior”, que embora fosse produto do social, ao mesmo tempo seria a pessoa “real” (ou nesse caso o gênero real), perfeito, que só precisaria de uma ajuda estética para se exteriorizar no corpo. O resumo da ópera: seria preciso adequar o corpo a uma autenticidade ulterior.

Nesse sentido, o que as ciências humanas e naturais vêm demonstrando – sobretudo os estudos da psicanálise e psicologia – é que as travestis e transexuais buscariam suas modificações corporais para dar vazão a um “eu interior” que tem como referência o Outro – no caso, as pessoas cisgêneros são tidas como a referência e os homens, de modo geral, seriam os Outros. Esta ideia já é problemática em si, na medida em que pressupõe um caráter binário do gênero, além do que, busca categorizar as pessoas trans em corpos ou masculinos, ou femininos. Mas ela se torna mais confusa quando toma por entendimento que as pessoas transexuais se comparariam às mulheres e se diferenciariam dos homens (de todos os homens)

em uma perspectiva dicotômica de gênero na qual homem-mulher são dois polos contrários e absolutamente distanciados; enquanto que as travestis se comparariam aos homens homossexuais (construindo uma subjetividade homossexual afeminada) e se diferenciariam do homem heterossexual.

O que esse trabalho defende, por outro lado, é que essas são análises simplificadas dos processos sociais vivenciados pelas pessoas trans. Suas insistências em diferenciar em termos práticos e eficientes a pessoa travesti da transexual, permanecendo a ideia, por exemplo, de que travestis não desejam a transgenitalização sob nenhuma hipótese enquanto que para as pessoas transexuais a cirurgia de troca de sexo seria uma condição identitária *sine qua non*, dizem respeito à um modo de funcionamento do pensamento conservador que busca a pasteurização e a homogeneização dos sujeitos sociais. Argumentos como esses estão intimamente ligados a uma concepção dicotômica das estruturas de gênero, na qual as pessoas precisam se afirmar ou masculinas ou femininas. Uma mulher transexual pertenceria ao campo de gênero feminino na medida em que recorre à troca de sexo e aos aparatos estéticos que legitimarão sua pretensa subjetividade ontologicamente feminina, presa num corpo de homem; uma travesti pertenceria ao campo de gênero masculino ao desejar manter o pênis e uma subjetividade masculina homossexual, mesmo empreendendo diferentes esforços para transformar o seu corpo e ser reconhecida socialmente como do gênero feminino. É difícil para a ciência compreender sujeitos que não se enquadrem nessa lógica e os argumentos construídos em torno de suas vidas serão, portanto, na perspectiva de reificar o sistema binário de gênero/sexo.

É também uma maneira mais ou menos simples utilizada pelos pesquisadores para poder pensar sobre esses sujeitos nos últimos anos, nomeá-los minimamente em uma inteligibilidade cultural. Sem dúvida essas ideias também passam pelo imaginário social e são reproduzidas por um número considerável de travestis e transexuais em diferentes contextos. Até mesmo porque, se essa forma de pensar as identidades trans é de mais fácil acesso inclusive para os leigos no assunto, também é certo dizer que muitas travestis no Brasil se utilizam desse argumento diferenciador para poder compreender suas próprias identidades, assim como as fronteiras daquilo que faz parte de cada universo. Para definir aquilo que se é, é necessário compreender o que é o Outro, negando-o. Mas o problema é que esses termos foram vastamente divulgados como um princípio, ou seja, como se todas as pessoas pudessem ser representadas nesses termos metanarrativos. Também porque o óbvio, dentro dessas teorias, não aparece: *gênero não é, nem pode ser, uma categoria estável.*

Será então que é preciso etiquetar para compreender as diferentes dimensões da realidade social das travestis, ou esse esforço diz mais sobre uma necessidade de tipificação e

enquadramentos dos sujeitos? Quais os riscos de assumir cientificamente uma definição que se ampara somente no campo da subjetividade individual, sem olhar para o contexto cultural, social, econômico e político no qual as pessoas estão implicadas e que dizem muito sobre os modos como elas levam a vida? Como produzir uma ideia sobre as identidades de gênero e sexuais sem considerar classe social, raça/etnia, território/localização e outras determinantes sociais? Esses intentos não são possíveis, isto está claro. Não em um estudo que pretende incluir “as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão” (SCOTT, 1995, p. 73).

Por isso é preciso recorrer à história e a uma aproximação mais profunda com as experiências sociais que escapem a essa lógica diferenciadora, pois essa atitude mostrará, por exemplo, que travestis também poderão desejar a cirurgia de transgenitalização em algum momento de suas vidas sem deixarem de se perceber como travestis. E que suas concepções de corpo, gênero, sexo e sexualidade podem ser construídas de maneiras muito mais híbridas e borradas.

Tem que ter um pensamento de homem porque a gente é masculino né, mas de 100%, 90% dos meus pensamentos é feminino. [...] Tipo assim, masculino no corpo só, né. Nem o corpo é tanto. [...] Eu ia me operar, fiz um ano do tratamento no [Hospital das] Clínicas. Mas ai depois parei de ir [...]. [...] mas o meu sonho é ser operada, quero me operar. Não pelo fato de não botar mais os meus pés aqui no Presídio. Porque com pênis ou sem pênis eu nunca mais vou botar os meus pés aqui. Mas sim porque vou me sentir melhor. Eu acho que vou me sentir melhor [...] (TP06).

Essas diferenças a princípio incontestáveis são desestabilizadas pelas travestis brasileiras em razão de suas posições dúbias ou incertas no quadro binário de mulher/homem, permanecendo em certo sentido fora de todo um sistema de regras, instituições, aparatos e estruturas que generifica as pessoas ao produzir a divisão do masculino e do feminino. É provável que a maioria das travestis no Brasil não faça esse questionamento conscientemente, tampouco assumam esse lugar de contestação de forma política. Mas pelo simples fato de serem travestis e de não serem plenamente representáveis em um *ou* outro gênero, maculam – ainda que não profundamente, toda a construção histórica da cultura ocidental baseada nas diferenças de gênero e sexo, que acaba por não saber lidar com essas pessoas.

É claro que todas essas ideias serão fortemente combatidas nesse trabalho e suas presenças aqui servem apenas para uma análise introdutória de como vem sendo pensados os corpos que fogem, em diferentes medidas, do esperado pelo binarismo de gênero presente no social. São necessárias para que se possa, a partir delas, defender outras formas de pensar a construção das travestilidades, especialmente quando a categoria *território* é evidenciada; quer dizer, é preciso pensar o corpo como um território de construção social e histórica das

identidades, uma vez que ele é o reflexo das condições concretas e modos de vida dos sujeitos e se apresenta como espaço de interação de determinações que o conformam e que definem formas de sociabilidade (CASTRO, 2007).

Nesse sentido é que o corpo é um território de interações históricas entre categorias que vem marcando-o no social como um corpo sadio ou doente, frágil ou forte, masculino ou feminino; um corpo que dispõe de uma classe e de uma raça, constitutivo das pessoas, campo de atuação social e espaço habitado por determinações concretas e objetivas e também culturais e subjetivas.

### **2.3 Pobreza, vidas precárias, subalternidade e cultura**

Marx (2008, p. 47) na sua clássica passagem da *Contribuição à crítica da economia política* ensina que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. São as condições reais e concretas de existência, portanto, que determinam o modo como as pessoas levarão suas vidas e construirão suas próprias consciências. A consciência, assim, entendida como “mediação crítica da história, produto e interpretação da experiência, isto é, das contradições e lutas sociais” (MARTINS, 2000, p. 103).

Se a consciência é um produto social e se “a produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material” (MARX; ENGELS, 2001 p. 18), significa dizer que as pessoas produzem suas representações condicionadas por um desenvolvimento determinado e pelas relações que correspondem a esse desenvolvimento. Tomando por referência a concepção de Marx e Engels (2001) de que as consciências assumem as mais amplas formas, não seria equivocado afirmar que essas compreendem também as identidades enquanto processos socioculturais de manifestação da consciência sobre si mesmo e como processos de pertencimento social – de classe, raça/etnia, gênero/sexualidade, etc. A identidade sexual e de gênero, portanto, também como produtos da atividade humana, determinados pelas condições reais de vida (RUBIN, 1984).

Abandonemos isso por um momento breve e voltemos às condições reais de vida das travestis. No contexto de uma análise da construção social das identidades travestis, é relevante perceber que, no caso brasileiro, “a grande maioria das travestis [é] proveniente das classes populares e média baixa” (PELÚCIO, 2006, p. 94). Suas origens são muito pobres e “muitas continuam pobres por toda a vida, levando uma existência miserável, morrendo antes dos 50

anos em virtude da violência, do uso de drogas, de problemas de saúde relacionados às aplicações de silicone [...]” (KULICK, 2008, p 24). É fácil também conectar a realidade social das travestis à pobreza, à miserabilidade, ao tráfico e às favelas (CARRARA; VIANNA, 2006), assim como é possível sugerir que entre as travestis há “predominância de negros e pardos, indicativo de seu pertencimento aos extratos mais pobres da sociedade brasileira [...]” (CARRARA; VIANNA, 2006, p. 235). É preciso que se estabeleça essa relação para considerar os níveis de exclusão social, econômica e cultural a que estão submetidas as travestis no caso brasileiro, pois muito do que se considera parte do projeto travesti pode ser explicado “em termos de padrões socioeconômicos mais abrangentes de desigualdade” (KULICK, 2008, p. 61).

Esse quadro sugere que a realidade social onde é produzida a identidade travesti e a sua própria reprodução enquanto identidade coletiva é fruto, entre outras coisas, das condições materiais de vida e da sua inserção numa classe social determinada. Não se está aqui dizendo que a identidade travesti é generalizadamente um produto da pobreza, ou que a pobreza define uma identidade de gênero como essa. Mas é possível sim dizer que entre todas as determinações que refletem na construção das identidades culturais dos sujeitos, a classe social – e, portanto, o contexto socioeconômico – possui também centralidade. E essa situação econômica não se refere simplesmente às dificuldades financeiras dessas pessoas – lembrando que a pobreza nos termos de Yazbek (2010) e Silva (2010), não pode se referir somente às privações materiais e à insuficiência de renda, mas está ligada também aos valores culturais de uma condição de classe determinada e à fragilidade do acesso a serviços, direitos, oportunidades, informações e participação sociopolítica de determinadas pessoas inseridas em relações sociais desiguais<sup>24</sup>. É importante que essas experiências com a pobreza sejam, nesse sentido, relacionadas aos padrões socioeconômicos do território no qual se situam as travestis: a América Latina.

A experiência transgênero está presente em diversas das sociedades contemporâneas no mundo todo, do que se pode concluir ser uma realidade universal a existência de pessoas que transformam seus gêneros de modo a se apresentarem mais femininas, mais masculinas, com traços de ambos ou de nenhum gênero. Para pensar apenas em alguns exemplos disso, Borba e Ostermann (2006) citam as *berdaches* norte-americanas, as *hijras* e os *kotis* da Índia, as *xanith* do Omã, as *fa’aleiti* de Tonga, as *mahu* do Taiti, *toms* e *dees* tailandeses e as *nadleehi* das tribos Navajo nos Estados Unidos. No entanto, apenas algumas sociedades aceitam a

---

<sup>24</sup> A pobreza “[...] é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças” (YAZBEK, 2010, p. 153).

existência de sujeitos que conformem em seus corpos a ambiguidade do gênero, o que não significa que para tais povos exista necessariamente um terceiro gênero, mas sim que algumas identidades contemporâneas são mais ambíguas e não podem ser definidas em termos binários. A América Latina, que registra a existência histórica de travestis (CAMPUZANO, 2008), e sobretudo o Brasil, onde a presença de travestis é mais numerosa (KULICK, 2008), parecem ser alguns desses lugares.

Parece que essa abertura para a possibilidade de borrar os limites impostos pelo binarismo de gênero tem sido mais experimentada em sociedades nas quais a desigualdade social é mais presente. E nesses aspectos, os padrões socioeconômicos que revelam a experiência das travestis com a desigualdade, com a escassez de acesso a serviços e com a pobreza, não são exclusivos do caso brasileiro. O continente latino-americano como um todo, que assim como outras regiões no mundo sofreu com a colonização, tem a marca também do subdesenvolvimento e da desigualdade social que conservam a condição de região explorada, uma realidade histórica que determina, por meio da produção da vida social, a radicalização da questão social. Esse subdesenvolvimento e a grande exploração econômica que marcam o continente são sustentados pelas relações históricas de dependência que os países que estão no centro da economia global exercem sobre os países periféricos. O crescimento dos países centrais é alicerçado na exploração dos países periféricos, o que implica no desenvolvimento capitalista do qual o subdesenvolvimento é parte e expressão, eis que tais países mantêm uma relação de subordinação e opressão. Não por acaso a América Latina é a região que registra o surgimento dessas pessoas que excedem "as classificações normativas associadas ao gênero e sexualidade presentes em nossa sociedade [...]" (GARCIA, 2009, p. 597).

Travesti é um termo que sobreviveu até a época contemporânea e é utilizado na América Latina para descrever as pessoas que transitam entre gêneros, sexos e vestimentas. As travestis vieram de uma dessas identidades reprimidas. O próprio conceito de travesti (literalmente vestir-se com roupas do outro sexo) nasceu da fixação dos colonizadores com os binários de gênero, incluindo o imperativo de vestir de acordo com seu lugar numa rígida dicotomia de gênero, na qual havia dois sexos claramente definidos e dois gêneros baseados naqueles dois sexos. O gênero pré-hispânico foi lido através dessa lente e o travestismo [sic] tornou-se, nesse esquema, vestir-se como o polo oposto do binário. (CAMPUZANO, 2008, p. 82).

Pensando sobre a história até aqui recuperada, a identidade travesti, com esse nome e da maneira que a sociedade brasileira conhece, é uma identidade própria da América Latina. Todavia, elas compartilham com outras identidades de gênero no mundo os borramentos das fronteiras de gênero nos seus corpos, ou seja, produzem corporalidades e modos culturais de vida de forma a conter características dos dois gêneros, masculino e feminino. Mas *berdaches*, *hijiras*, *fa'aleiti*, etc., compartilham com as travestis também uma outra coisa: não são

comunidades que representam a cultura ocidental/branca/burguesa, mas ao contrário, provém de tribos e de sociedades historicamente exploradas, subjugadas e vivendo sob contextos de pobreza e de dominação.

Esse fato histórico acarreta em duas perguntas importantes: será que as dicotomias de gênero e o caráter binário do gênero/sexo seriam características mais representadas nas culturas burguesas e brancas? Por outro lado, o borramento das fronteiras e dos limites calcados pelo binarismo de gênero seriam mais presentes nas classes populares em razão de suas culturas menos “hipócritas” – confirmando o que Marx já dizia a respeito do potencial revolucionário da classe proletária?

É preciso seguir mais fundo na análise. Rubin (1993) acredita que a característica dicotômica do gênero/sexo (homem/mulher, macho/fêmea, masculino/feminino) faz parte da cultura ocidental. Quando ela diz isso, não se está falando em termos geográficos e da localização dos países no globo, mas sim do legado cultural que tem alguma origem ou associação com a Europa, sobretudo com a cultura greco-romana. Por mais que as *berdaches* estejam localizadas na América do Norte, por exemplo, elas não compartilham dessa representação; é provável que elas não compartilhem tampouco a identidade americana.

Aqui vale pensar que a “periferia” – não enquanto categoria de análise da pobreza ou da exclusão social, mas a “periferia do mundo”, quer dizer, os países subdesenvolvidos e subjugados em termos de economia global – é o lugar ideal para o aparecimento e expressão de sexualidades e padrões de gênero considerados “desviantes” e fora das normas, e o lugar onde as concepções brasileiras de gênero/sexualidade podem ser materializadas com menos pudor. Nas palavras de Don Kulick (2008, p. 26), “[...] o que as travestis fazem é elaborar determinadas configurações de sexo, gênero e sexualidade que sustentam e dão significado às concepções de ‘homem’ e ‘mulher’ no Brasil. Travestis cristalizam tais noções; aperfeiçoam e completam tais noções [...]”. E isso possui relação profunda com a conceituação da categoria de *cultura popular* debatida anteriormente, na medida em que os padrões culturais das classes dominantes não permitem com tanta abertura a presença de sujeitos híbridos, que não estejam conformes à expectativa de gênero.

Os fatos históricos e delineamentos teóricos até então apresentados expressam questões importantes que precisam ser consideradas: i) um ponto de vista sociológico e materialista-histórico parte das condições concretas de existência como explicações para as construções socioculturais das identidades travestis, de onde se conclui que as identidades também são produtos da atividade humana, determinadas pelas condições de vida e pela história; ii) as condições concretas de existência das travestis, especialmente no Brasil, revelam

experiências coletivas com a pobreza e miserabilidade, e as diferentes singularidades que expressam os modos de vida das travestis no contexto latino-americano participam de uma mesma totalidade, síntese dessas singularidades; iii) as travestis, como produto de uma identidade híbrida, surgiram no contexto latino-americano, que do mesmo modo é assolado pelas marcas da desigualdade e da pobreza; iv) a desigualdade social e os padrões socioeconômicos presentes na América Latina são fruto, em parte, da dependência econômica que esse continente periférico preserva com relação aos países centrais em termos de economia global.

Essas conclusões, por conseguinte, remetem a duas principais considerações, ou *pressupostos teóricos*:

1) Que as identidades travestis são produto de condições concretas de vida específicas, quais sejam, condições de pobreza e de pertencimento à classe operária, que vive da venda da sua força de trabalho. Isso explica por que a sociabilidade travesti é distinta, no Brasil, das sociabilidades construídas em outras classes sociais e que elaboram explicações mais relacionadas aos discursos das ciências psi e médicas para compreenderem a experiência transgênero, negando, em grande parte das vezes, a possibilidade de trânsito entre os gêneros. Explica também as especificidades das construções socioculturais do projeto travesti, os reflexos da violência quase como regra geral nas suas vidas, as relações que estabelecem em sociedade, a concepção de identidade de gênero (que ora podem ser pouco elaboradas, quando não possuem as condições concretas de existência pra pensar sobre elas), a inserção no mundo do trabalho e o acesso aos serviços e políticas sociais.

2) Que as identidades travestis na América Latina são produto das condições de pobreza e desigualdade social que marcam o continente e que possuem relação com um quadro de dependência econômica travado entre os países periféricos e os países centrais em termos de economia global. Isso sugere indícios explicativos a respeito do surgimento das travestis na América Latina, seus pertencimentos aos grupos e comunidades tradicionais que também experimentam a pobreza, e por que suas identidades, enquanto construções ambíguas que borram as fronteiras de gênero, são comparativamente mais similares às experiências de gênero próprias de outros contextos de exploração e desigualdade – como as *hijras* da Índia – e menos similares às identidades transgêneros europeias e norte-americanas. Essas últimas são geralmente protegidas pelo discurso psicomédico da disforia sexual, usado também no Brasil para os casos de transexualidade – muito presentes na vida dos/das brasileiros/as com maior acesso a recursos educacionais e científicos a respeito do tema.

Outro fato importante para a compreensão da relação das travestilidades com a pobreza e subalternidade revela-se nas “formas de diferenciação que imputam a determinadas pessoas lugares sociais não participativos, excludentes, como se elas não pertencessem ao mesmo gênero humano das demais” (MARTINS, 2002, p. 15). Via de regra, as travestis no Brasil experimentam o que José Martins (2002) chama de inclusão precária, quer dizer, não participam dos processos de decisão política, tampouco acessam bens e serviços como as pessoas cisgêneros. São, portanto, incluídas no social, mas essa inclusão acontece de modo parcial, precário, perverso, subalternizado, pois contribuem no processo de produção e reprodução ampliada do capital, mas não obtém o resultado dessa produção que é coletiva. Expressam, assim, vidas precárias (BUTLER, 2006) socialmente “lidas” e “interpretadas” como de pouca importância, sendo em decorrência disso desqualificadas, desvalorizadas – ainda que sejam vidas muito importantes para o processo de acumulação capitalista<sup>25</sup>.

\*\*\*

Como se vê, o interesse desse trabalho não é encontrar respostas somente na subjetividade, como significativos estudos a respeito das travestilidades no Brasil vem fazendo, mas, principalmente, voltar para a história e para as condições e modos reais de vida entendendo que “tanto as condições objetivas quanto subjetivas [...] não são mais do que duas formas diferentes das mesmas condições sociais” (MARX, 2011, p. 395). E a realidade social, assim como a história, não é linear: podem ser percebidas como “a imagem de um incessante emaranhado de relações e reações, de permutações e combinações, nas quais nada permanece o-quê, onde e como era, mas nas quais tudo se move, toma forma e passa” (ENGELS, 1880 apud FIRESTONE, 1976, p. 9). As tentativas de enquadramento dos sujeitos em identidades fixas não correspondem à vida concreta, que sofre diferentes referências culturais e borramentos e onde “tudo é e não é, porque tudo é fluído, está constantemente mudando, constantemente tomando forma e passando” (ENGELS, 1880 apud FIRESTONE, 1976, p. 9). As identidades também são fluídas e provisórias de acordo com o próprio caráter transformador da realidade e seu estar em processo, mas é um *provisório concreto*, cuja compreensão do sexo e do gênero

---

<sup>25</sup> Martins (2002) defende a existência de duas humanidades, qualitativamente distintas, de modo que uma acessa a inclusão de modo pleno, enquanto a outra acessa precariamente. Em *A sociedade vista do abismo*, o autor dará o exemplo do índio que foi queimado vivo em praça pública por jovens de classe média que, interrogados do crime cometido, disseram achar que se tratava de um mendigo. Como se a vida de um mendigo fosse menos humana, e, portanto, de menor ou quase nenhuma importância, e assim, passível de extermínio.

são tomadas em consideração através de uma perspectiva dialética, que compreende a sexualidade por sua

[...] dimensão dinâmica, histórico-social, e portanto condicionada pelos fatores determinantes da realidade econômico-política de cada época. Nesse sentido, fugimos dos paradigmas biologistas ou que buscam condicionar a sexualidade à uma dimensão meramente biológico-natural e compreendê-la como resultado da evolução cultural da espécie humana em sociedade. (NUNES, 1996, p. 11).

É por isso que esse trabalho rejeitará qualquer explicação simplificadora a respeito das identidades travestis, qualquer explicação que tente encontrar verdades somente na produção das subjetividades. É preciso, ao contrário, assumir sempre uma parcela de risco e de dúvida ao construir uma caracterização a respeito dessas identidades de gênero, o que não significa que não haja diferenças entre elas, mesmo porque é pela diferença que essas pessoas operam e são performatizadas, produzindo e reproduzindo o gênero de maneira histórica e coletiva. Porque, como defende Gayle Rubin (1984, p. 149-150),

[...] a sexualidade é inacessível à análise política enquanto for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual. A sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção e modos de opressão. Uma vez que o sexo for entendido nos termos da análise social e entendimento histórico, uma política do sexo mais realista se torna possível.

Se a categoria de gênero é útil como interpretação do sexo em determinado contexto histórico e social, é importante questionar também o caráter supostamente natural da própria sexualidade (OLIVARES, 1989) e do sexo (RUBIN, 1984), pois no campo do materialismo-histórico não é possível entendê-los senão como produto de determinação histórica, negando uma pretensa biologia essencial na qual a sexualidade e o sexo teriam uma forma de expressar-se determinada – a heterossexual – e a partir da qual outros formatos de relação só seriam possíveis de modo distorcido.

O desafio está, portanto, em construir uma relação entre esses sujeitos que rompem com as normas fixas de gênero/sexualidade e o materialismo marxiano, elencando categorias que unem os movimentos *queer* ao marxismo e recuperando outras que demonstram a afinidade entre essas duas correntes teóricas estabelecidas até então como contrárias.

## **2.4 Uma tese: por uma interpretação *queer* marxista**

Retomando a perspectiva teórica a que se filia este estudo, é preciso dizer que há um compromisso teórico-político já firmado anteriormente em mediar o método materialista-

histórico com uma análise específica da sexualidade, do sexo e do gênero. Isso, como já dito, tem relação não apenas com as bases teóricas que orientam o trabalho da categoria profissional das assistentes sociais brasileiras<sup>26</sup> – e, portanto, afirma um conhecimento dos processos históricos a que se deve a construção do Serviço Social no Brasil e sua hegemônica escolha por essa perspectiva teórica – mas é também um compromisso com um conhecimento que deseja falar sobre a vida concreta das pessoas, não só subjetiva como objetivamente, que tem a *prática como critério da verdade* (porque é através dela, e não apenas da consciência humana que os sujeitos demonstram a verdade) e que contextualiza suas análises com aspectos estruturais e históricos que precisam ser desvendados para compreender o que significa para os próprios sujeitos as experiências vivenciadas por eles.

No entanto, a produção marxista que considera gênero, sexo e sexualidade nas suas análises vem historicamente tratando esses temas de maneira subalterna, não conseguindo, de modo geral, mediar esse debate no interior do marxismo sem cair em reducionismos, já que as análises sobressalentes sobre gênero e marxismo quase sempre tratam da divisão sexual do trabalho, não enxergam para além da fábrica, defendem o falo como um instrumento de dominação e dicotomizam o processo de produção e reprodução social no qual a economia está para a primeira assim como a reprodução da espécie está para a segunda. Quanto aos estudos relativos ao Serviço Social brasileiro, os temas que envolvem gênero quase sempre tendem a tratar as “questões de gênero” como sinônimo de “questões de mulheres”, fazendo uso de uma perspectiva determinista biológica. Na tabela a seguir, é possível verificar as produções científicas de Programas de Mestrado e Doutorado no Brasil que trataram sobre a questão de gênero e que se relacionam ou com Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, ou utilizam a categoria “assistente social” ou “Serviço Social” junto com o debate de gênero como discussão central no estudo.

Tabela 1 – Trabalhos do Banco de Dados da CAPES cujos temas são Gênero e Serviço Social, até 2012

Área de conhecimento ou do Programa de Pós-Graduação	Tema	Quantidade
Serviço Social	Violência contra a mulher <sup>27</sup>	11
	Trabalho e formação profissional em relação às mulheres	11
	Mulheres negras	5
	Gênero e Serviço Social	5

<sup>26</sup> Um trabalho sobre gênero não pode deixar de considerar a dimensão da representação feminina na categoria profissional das assistentes sociais.

<sup>27</sup> Nota-se que sempre que a palavra “mulher” é colocada nessa tabela, é na perspectiva da cisgêneridade. Todos os trabalhos que tratam de transgêneridades estão contidos na categoria “Diversidade sexual e identidade de gênero”.

	Saúde da mulher	4
	Relações de gênero	5
	Diversidade sexual e identidade de gênero	3
	Políticas públicas na perspectiva de gênero	2
	Masculinidades e Serviço Social	2
	Gravidez na adolescência e sexualidade da mulher	2
	Empoderamento das mulheres	1
	Abuso sexual contra mulheres e adolescentes	1
	Mulheres e cidadania	1
	Mulheres e o direito à cidade	1
	Mulheres e abuso de álcool e outras drogas	1
	Mulheres lésbicas	1
	Mulheres lésbicas e negras	1
	Privação de liberdade de adolescentes (meninas)	1
	Mulheres que vivem com HIV/aids	1
	Mulheres e família	1
	Gênero e trabalho	1
	Gênero, sexualidade e pessoas com deficiência	1
	Trabalho e formação profissional em relação aos homens	1
	Homens agressores e violência doméstica contra a mulher	1
Educação	Relações de gênero	1
Enfermagem	Trabalho e formação profissional em relação às mulheres	1
Políticas Sociais	Empoderamento das mulheres	1

Fonte: Dados sistematizados a partir do sistema de pesquisa CAPES, em novembro de 2012 (FERREIRA, 2014).

Para esta busca foram analisadas 496 dissertações e teses que apareceram no Sistema de Busca da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) quando da utilização das palavras “Gênero” e “Serviço Social” juntas. De todos esses trabalhos científicos foram selecionados: i) aqueles que eram de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social ou que afirmaram o Serviço Social como área de conhecimento e cuja discussão dizia respeito aos estudos de gênero; ii) aqueles que tinham as duas categorias – “Serviço Social” ou “assistente social” e “gênero” no debate dos trabalhos. Necessariamente, portanto, os trabalhos selecionados falavam sobre gênero no Resumo, nas Palavras-Chave ou no próprio título; e necessariamente se relacionam com a área do Serviço Social. Foram encontrados, com esses requisitos, 67 dissertações/teses no total, no mês de novembro de 2012.

É importante dizer que o marxismo permaneceu muito tempo invisibilizando as determinações de sexualidade e de gênero, e quando finalmente levantou questões do feminismo ou do movimento de diversidade sexual, foi na intenção de demonstrar, na maioria das vezes, que essas eram opressões secundárias, menos importantes que a exploração econômica e subordinadas a ela (ARUZZA, 2011). A situação das mulheres enquanto movimento autônomo capaz de defender seus direitos e de caráter internacional, por exemplo, só representará um desafio para os estudos marxistas a partir dos anos de 1960 (GODINHO, 1989). Antes disso, e principalmente no contexto da crítica que Marx fazia ao sistema

capitalista, a desigualdade com origem na diferenciação entre os gêneros e sexualidades não era tema de preocupação.

Na elaboração marxista “[...] permaneceu a lacuna de uma compreensão efetiva da opressão sofrida pelas mulheres na nossa e em outras sociedades, do papel [que] cumpre, dos mecanismos de sua reprodução e do potencial revolucionário da luta contra essa opressão” (GODINHO, 1989, p. 3). Essa invisibilidade se devia à percepção restrita da época que “condicionava o domínio masculino inquestionado no seio do movimento socialista [...] pelo horizonte intelectual de uma visão de mundo machista [...] refletindo os interesses dos homens como gênero” (GODINHO, 1989, p. 3) e servindo como benefício para a manutenção do domínio masculino e da submissão feminina.

Um exemplo do que se está falando pode ser encontrado na ideia do *gênero fático*, ainda corrente entre muitos marxistas. Uma das poucas afirmações realizadas pelas feministas, independente de filiações epistemológicas, e que foi acompanhada de modo unânime pela maioria das teóricas, permanece sendo a superação da categoria “mulher” (HEMMINGS, 2009) como um corpo biológico e produto da natureza. Paradoxalmente, não havia nada na explicação da massa feminista anterior à década de 1980 que garantisse que “o ‘ser’ que se torna mulher [fosse] necessariamente fêmea” (BUTLER, 2012, p. 27). Essa maneira de analisar o gênero, como sinônimo da categoria das mulheres, ainda está presente em muitos dos debates marxistas.

Já na obra marxiana, é possível encontrar, vez ou outra, o retrato da situação e do papel dirigidos às mulheres na sociedade como ilustração para explicar as concepções sobre o todo da realidade. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, por exemplo, Marx esclarece que em um comunismo grosseiro e irrefletido, (ou seja, na sua primeira forma), “o casamento (que é incontestavelmente uma forma de propriedade privada exclusiva) contrapõe-se à comunidade das mulheres, em que a mulher se torna uma propriedade comunitária e comum” (MARX, 1993, p. 190). Ele apresenta, assim, o corpo da mulher como assujeitado ao homem mesmo em um comunismo primitivo, já que o corpo da mulher deixa de ser “propriedade privada” de um único homem para pertencer à comunidade de homens como “prostituição universal”, segundo as palavras do autor. Marx não avança em demonstrar sua opinião sobre como as mulheres deveriam ser tratadas em um comunismo mais aprimorado, mas deixa em aberto a questão apontando simplesmente que o assujeitamento feminino se manteria na primeira etapa comunista.

Entretanto na *Ideologia alemã* é possível verificar opinião diferente de Marx e Engels a respeito da situação das mulheres, desta vez com relação à família:

Encerra portanto a propriedade, cuja primeira forma, o seu germe, reside na família onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão, certamente ainda muito rudimentar e latente na família, é a primeira propriedade, que aliás já corresponde perfeitamente aqui à definição dos economistas modernos segundo a qual ela é a livre disposição da força de trabalho de outrem. (MARX; ENGELS, 2001, p. 27).

Demonstram, assim, conhecerem a opressão da mulher e a dominação do homem sobre tudo que ele considera frágil, e fica implícito que repudiam tal opressão e não a naturalizam já que a reconhecem como propriedade privada – o que entendem que deva ser superado. Já sobre o tema da sexualidade, encontramos em Engels aspectos claros da heteronormatividade como estrutura que concede coerência e naturalidade à heterossexualidade. Ele não só apresenta a mulher grega como responsável pela traição conjugal masculina (como se o homem grego só praticasse a poligamia depois de ver sua mulher fazendo-o) como afirma que os gregos, quando da prática da homossexualidade, são, nas palavras do autor, repugnantes.

[...] apesar da reclusão e da vigilância, as gregas achavam muitas e frequentes ocasiões para enganar os seus maridos. Estes, que se teriam ruborizado de demonstrar o menor amor às suas mulheres, divertiam-se com toda espécie de jogos amorosos com hetairas; mas o envilecimento das mulheres refluía sobre os próprios homens e também os envileceu, levando-os às repugnantes práticas da pederastia<sup>28</sup> e a desonrarem seus deuses e a si próprios, pelo mito de Ganimedes<sup>29</sup>. (ENGELS, 2012, p. 86).

Outro ponto que deve ser analisado na obra de Engels é o fato de o autor não ter considerado em nenhum momento de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, as práticas afetivo-sexuais fora dos padrões heterossexuais. Entende-se que o objeto de estudo de Engels não eram os modelos familiares nem as formas de relacionamentos, senão propriamente as relações sociais como propriedades privadas. Todavia, ele reconhece que existiam nos tempos primitivos “relações sexuais não reguladas” onde homens e mulheres mantinham entre si relacionamentos heterossexuais em comunidade, de forma poligâmica. Se considera essa particularidade, e se detém longamente a descrevê-las, como ele pode não abordar as relações homossexuais desde as primeiras comunidades ligadas por consanguinidade, sendo essas consideradas tão naturais naquele tempo histórico quanto as heterossexuais?

---

<sup>28</sup> A referência ao termo pederastia remonta à Grécia Antiga, quando as práticas sexuais entre homens mais velhos e homens mais jovens eram comuns. Na literatura especializada, ora esta referência é tratada como prostituição masculina, aludindo a bordéis de rapazes onde os mais desejados encontravam-se na fase da puberdade até o aparecimento da barba e dos pelos; ora a referência quanto aos atos sexuais entre gregos adultos e jovens dizia respeito à troca de conhecimentos sexuais e à educação sexual (ULLMANN, 2007). Não se tratava, portanto, da pederastia tal como a compreensão contemporânea, já que dizia respeito a uma expressão cultural da época na qual o jovem servia ao mais velho pelo prazer ou para aprender as práticas sexuais.

<sup>29</sup> Ganimedes, na mitologia grega, era um príncipe de Tróia raptado por Zeus devido à paixão que esse sentiu ao avistá-lo.

A única pesquisa antropológica feita por um homossexual assumido é o estudo de Tobias Schncbaum, que viveu com um grupo tribal Amarakaeri do Amazonas peruano. Em seu livro *Keep the River on Your Right*, ele descreveu os costumes sexuais dessa tribo totalmente isolada do contato com o homem branco - as mulheres e filhos *amarakaeri* dormiam separados dos homens. As relações na tribo eram unicamente homossexuais, tanto do homem como da mulher. Só nas ocasiões cerimoniais, duas ou três vezes por ano, existia a relação heterossexual, visando unicamente a reprodução. (OKITA, 2007, p. 27).

Os Nhambiquara resolvem também o problema de outra maneira: pelas relações homossexuais a que chamam poeticamente: *tamindige kihandige*, isto é, o "*amor-mentira*". Tais relações são freqüentes entre as jovens e ocorrem com uma publicidade bem maior que a das relações normais.

Os parceiros não se retiram para o mato, como os adultos de sexos opostos. Instalam-se junto da fogueira, sob o olhar divertido dos circunstantes. O incidente dá lugar a gracejos geralmente discretos; essas relações são consideradas infantis, e quase não se lhes presta atenção. (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 334).

Essa invisibilidade indiciária do tema da diversidade sexual também esteve presente nos debates da esquerda política quando do surgimento dos primeiros grupos gays e lésbicos. O comunismo da União Soviética acreditava que a homossexualidade masculina era uma doença da burguesia da Europa Ocidental (práticas chamadas por eles de perversões sexuais) (JESUS, 2010) e no Brasil a esquerda afirmava que a luta por direitos específicos, contra o sexismo, racismo e homofobia dividiria a esquerda, argumentando pela união do povo contra a ditadura. Enquanto isso, os estudantes homossexuais reclamavam que a esquerda brasileira era homofóbica (GREEN, 2000).

Nos primeiros debates sobre o movimento homossexual levados nas universidades era quase inevitável que alguém se manifestasse para colocar, se a luta homossexual não seria uma questão a ser resolvida depois da transformação política, econômica e social do sistema, que culminaria no desaparecimento do Estado. Implícita nesta colocação, no entanto, estava sempre a perspectiva de "solução" da questão homossexual através do afogamento dos homossexuais, que também desapareceriam. [...] Sobrava, então, o movimento homossexual prensado, por um lado, pela esquerda ortodoxa com sua moral burguesa, que ridicularizava o movimento e, por outro, pelos grupos de homossexuais que ignoravam qualquer discussão sobre uma possível combinação da luta homossexual no contexto da luta de todos os explorados e oprimidos. (OKITA, 2007, p. 16-18).

O tema da diversidade sexual e de gênero só foi começar a ser introduzido na esquerda com o surgimento dos estudos e atuações políticas das feministas marxistas. Em termos gerais, o que as feministas marxistas trouxeram de maior contribuição foi rearticular as discussões de gênero à categoria de classe social, e com menor força, também à categoria de raça/etnia. Esse movimento é essencial para compreender o ser humano concreto nas suas relações sociais, “uma vez que essas experiências adquirem um colorido de gênero articulado com o de classe e raça, promovendo elementos comuns, mas também diferenças” (MATOS, 2008, p. 7). Também

trazem à tela a noção de patriarcado<sup>30</sup> como sistema de dominação, entendendo sua supremacia para além da opressão feminina.

Em outras palavras, essas feministas demonstram que as análises marxistas não pressupõem uma explicação a partir de uma interpretação estritamente econômica do real (como quer fazer crer muitos mitos a respeito), pois tem ciência de que existe “um nível da realidade que não deriva diretamente da economia” (FIRESTONE, 1970, p. 16). Uma análise marxista, ao contrário, quer explicar e transformar o real, parte do concreto e volta a ele como concreto pensado, é materialista e opera categorias que mostram a realidade social como sendo ao mesmo tempo dialética, contraditória, dinâmica e em sua totalidade, pois pauta-se em categorias explicativas da realidade que emanam do próprio objeto na busca do desocultamento da estrutura e da dinâmica/processos pelos quais passam o fenômeno. Mas ao mesmo tempo uma análise marxista não se esquece da centralidade do econômico, porque o modo de produção capitalista reduz todas as coisas à mercadoria e as classes são divididas entre aqueles que possuem os meios de produção daqueles que não possuem e constroem socialmente toda a riqueza.

O marxismo possui potência, portanto, para recuperar a centralidade do econômico que muitas análises esquecem, o que não significa que isso não possa ser feito transversalizando as determinações de raça/etnia, gênero, sexualidade, territorialidades, ciclo vital, deficiências, subjetividades, vivências, representações, relações sociais, etc. (em suma, determinações da diversidade humana), na perspectiva das interseccionalidades. Para isso, é fundamental retomar as críticas do feminismo de Butler (2012) ou Sedgwick (2007) e retirar delas aquilo que é necessário para incluir outros sujeitos do feminismo, assim como para fazer uma análise contemporânea do gênero aliando conceitos importantes como heterossexualidade obrigatória e hegemonia heterossexual, binarismos/dicotomias de gênero, abjeção e heteronormatividade. Porque esses conceitos não são exclusivos do pós-estruturalismo e elaborá-los através de outras articulações nas quais a luta de classes esteja no centro – pois o capital como relação social de dominação e exploração produz essa luta – é sim possível. O desafio está, portanto, em reescrever essas categorias explicativas de gênero/sexualidade através de outras operações e na perspectiva de uma leitura materialista-histórica e dialética. Assim se delineia uma proposta de relação teórica entre marxismo e teoria *queer*.

---

<sup>30</sup> “Entende-se por sociedade patriarcal a que mantém como unidade básica a estrutura familiar dominada pelo pai. [...] Assim, o patriarcado é o sistema cuja principal instituição, a família, se encarrega de perpetuar os valores da dominação e da opressão da mulher.” (GUTIÉRREZ, 1985, p. 22-23).

\*\*\*

Os estudos contemporâneos que envolvem a diversidade sexual e de gênero, sobretudo no Brasil, guardam uma polêmica interessante no modo como articulam os conceitos de identidade (sexual e de gênero) e as lutas travadas associadas ao reconhecimento dessas identidades como etapa necessária para a afirmação de padrões de cidadania. Essa polêmica diz respeito a debates que são históricos e que têm suas raízes nas comunidades e guetos homossexuais que começam a se formar em torno das décadas de 1960 e 1970 no Brasil, comunidades estas integradas em razão de suas orientações sexuais e apoiadas em uma identidade que deveria ser pública e, em certas condições, uníssona (LOURO, 2001).

A perspectiva teórica que nasce nesse contexto histórico e que vai perdurar até os dias atuais, tende a entender as identidades sexuais e de gênero como algo mais fixo do que em trânsito, na medida em que são identidades fundadas em narrativas universais que essencializam (COLLING, 2010), unificam (LOURO, 2001) e conservam representações sociais vigentes (MISKOLCI, 2009). Em contrapartida, outras correntes teóricas, ligadas a estudos que surgem como resposta aos padrões de normalização das sexualidades e gêneros dissidentes e propondo que as identidades podem ser fluídas, transitórias e processuais, assumem o lugar da contestação da norma e procuram desestabilizar os padrões compulsórios da heteronormatividade e do sistema binário de sexo/gênero. É a polêmica, em suma, da reivindicação das identidades, presente tanto nos estudos gays e lésbicos quanto nos *estudos queer*.

Mas não é simplesmente um embate entre perspectivas teóricas distintas. São diferenças que se materializam em bandeiras de luta levadas pelos movimentos de diversidade sexual e de gênero brasileiros, e que fundamentam, inclusive, os modos culturais de vida dos sujeitos. Enquanto os movimentos ligados aos estudos gays e lésbicos trabalham pela inclusão da população LGBT na dinâmica social heterossexual (o que, se for necessário, implica na heterossexualização dessas identidades), os militantes e teóricos *queer* não buscam o centro, fazem a crítica do lugar da margem e assumem suas condições de subalternos como resistência política aos padrões normativos.

O que se convencionou chamar de *teoria queer*<sup>31</sup>, portanto, surge do *concreto pensado*, já que, dos insultos às homossexualidades e transgeneridades norte-americanas – o termo *queer*

---

<sup>31</sup> Sem longas detenções sobre o conceito, é possível dizer que o termo *queer* com relação à sexualidade e o gênero surgiu como um insulto aos gays e lésbicas norte-americanos, que passaram a utilizar a palavra como forma de assunção e de deboche, contestando os padrões de normalidade e de estabilidade propostas pela heterossexualidade compulsória e potencializados pelas políticas de identidade do movimento homossexual dominante (LOURO, 2001).

é, em tradução direta, o “puto”, a “bicha”, a “sapatão”, o “maricas” – emerge um método analítico que além de defender a desnaturalização da sexualidade e do gênero como fenômenos não implícitos da natureza, mas de ordem também política, social e cultural, percebe as identidades e a própria sexualidade de forma muito mais fluída, apontando as fraturas e contradições da estrutura social, contestando os “regimes normalizadores que criam tanto as identidades quanto sua posição subordinada no social” (MISKOLCI, 2009). É nesse sentido que o conceito de identidade para os movimentos *queer* não pode representar algo estanque, tampouco deve ser percebido como caráter de idêntico em uma sociedade onde a diversidade é tamanha (FERNANDES, 2006), pois se o pensamento for esse, estaria corroborando com a ideia falsa, por exemplo, de uma identidade sexual naturalmente heterossexual, construída em um determinado tempo histórico e estabelecida no campo da cultura.

Embora a palavra *queer* nasça dessa atitude de contestação de sujeitos que vivenciam concretamente a violência, ela é apropriada como teoria pelos movimentos culturais pós-estruturalistas e analiticamente definida como parte originária desses estudos norte-americanos. É claro que isso não é realizado de modo ingênuo e não poderia ser diferente já que foram esses teóricos que produziram propriamente a teoria *queer* no interior das Ciências Sociais da maneira como ela é conhecida. *O que não significa, entretanto, que essa teoria não possa ser elaborada segundo observações, axiomas e postulados frutos de pesquisas e abstrações materialista-históricas, uma vez que “nem todos os teóricos queer partilham das tendências desconstrutivistas.”* (GARCIA, 2012, p. 243).

Inspirada nos esquemas realizados por David Harvey (1993) a respeito das características diferenciadoras da modernidade e da pós-modernidade, a tabela a seguir evidencia um esquema similar tentando demonstrar como vem sendo produzidas as noções de gênero e sexualidade segundo uma perspectiva moderna (portanto de todas as correntes feministas de primeira e segunda ondas e nas quais está localizado o pensamento marxista) em relação a uma perspectiva denominada pós-moderna (cujo aparecimento remonta à terceira onda do feminismo e no qual as/os estudiosas/os têm localizado a teoria *queer*):

Tabela 2 – Diferenças esquemáticas de concepção sobre gênero na perspectiva moderna e pós-moderna

Modernidade	Pós-modernidade
Feminismo liberal; burguês; crítico; radical; separatista; estruturalista; socialista; marxista.	Pós-feminismo; desconstrutivista; pós-estruturalista.
Gênero fálico e sexo fixo.	Gênero e sexo fluídos e híbridos.
Binarismo/polaridades homem-mulher.	Gênero não necessariamente em número de dois.
Mulheres cisgêneros como sujeitos do feminino (perspectiva essencialista/fundacionalista).	Não somente mulheres ou corpos femininos como sujeitos do feminino (perspectiva desconstrutivista).

Centralidade no patriarcado como sistema de opressão e a subalternidade de gênero/sexualidade à classe (como categoria de maior importância).	Maior ênfase às performances do corpo e do gênero e à ideia de abjeção.
Sexualidade reprimida pelo patriarcado e pelas condições econômicas/políticas.	Sexualidade reprimida pelo binarismo de gênero e norma heterossexual.
Gênero, sexo e desejo como distintos, porém quase sempre aparecendo em harmonia.	Gênero, sexo e desejo como distintos, mas sempre analisados juntos e nem sempre em harmonia.
Gênero está para a cultura assim como sexo está para a natureza/biologia.	É possível fazer história social tanto de sexo quanto de gênero; não aparecem tão distintos.
Gênero interseccionalmente analisado nas relações com classe, raça e algumas vezes sexualidade.	Gênero explicado, muitas vezes, por si mesmo de modo múltiplo e com ênfase nas micropolíticas.
Ideologias de gênero.	Gênero e discurso.

Fonte: Dados sistematizados dos estudos em gênero e sexualidade no decorrer do Mestrado (FERREIRA, 2014).

Se fosse para considerar as discussões sobre gênero como modernas ou pós-modernas de acordo apenas com o tempo histórico de uma ou outra condição, perceberíamos que praticamente a totalidade dos estudos sobre gênero está na pós-modernidade – esta, que segundo Harvey (1993), teve seu início no mundo na década de 1970. Isso, por consequência, seria afirmar os próprios estudos sobre gênero como pós-modernos. Todavia, aqui esses estudos foram separados segundo seus *conteúdos*. Nota-se assim que grande parte das teorias políticas sobre gênero foi incluída na modernidade, o que possui relação com a maneira como o conceito de gênero é apreendido: de modo bastante generalizante e ocultando inúmeras contradições pelo simples ato de planificar em uma tabela a história, é possível dizer que o gênero na modernidade *tem sido* associado a uma ideia fálica, onde ele é dissociado do sexo, mas se mantém em uma estrutura, dessa vez cultural. O gênero é quase sempre discutido na perspectiva do fortalecimento feminino (leia-se, da mulher), onde esta é o próprio sujeito do feminino. A violência de gênero, ou violência contra a mulher é tomada sob a perspectiva do patriarcado como modelo de dominação masculina, aliando conceitos e determinações de classe social, raça/etnia, sexualidade, do direito sobre o corpo e sobre a maternidade, etc. É claro que essas características fazem parte do oficial, pois a intenção aqui é justamente demonstrar as rupturas e ir à fonte para provar que uma teoria da modernidade como o marxismo pode incluir a teoria *queer* como epistemologia analítica da sexualidade.

A pós-modernidade, ao contrário, contesta em suas abstrações este modelo binário<sup>32</sup> de gênero (quer dizer, gênero só sendo possível em número de dois, e cujos polos são

<sup>32</sup> O binarismo aqui criticado pelos estudos considerados pós-modernos – sobretudo os estudos pós-estruturalistas e desconstrutivistas – é um binarismo de lógica formal, quer dizer, é uma leitura estanque que pensa a contradição como oposição, e não como possibilidade de unidade de opostos; a contradição dialética, ao contrário, é uma

antagônicos) a partir do ponto de vista das performances. Também está filiado à ideia da androginia, do gênero polimórfico, que pode ser a presença de masculinidades e feminilidades em um mesmo corpo ou em nenhum deles. Traz à tela o debate mais aberto sobre sexualidade, introduzindo o tema das transgeneridades, mas quase sempre como performances e pouco como construções sociais e históricas. Tende, em um número expressivo de produções, a subtrair as questões de classe social e raça/etnia para se deter a uma análise no interior do próprio gênero.

Para uma análise *queer* marxista, ou seja, a união entre duas teorias<sup>33</sup> que têm sido difundidas como contrárias, é preciso recuperar os conceitos que uma e outra elaboram sobre gênero/sexualidade e aproximá-los tomando como critério de verdade a prática, ou seja, a realidade concreta. Assim, o conceito de patriarcado como sistema de dominação, a interseção de categorias diferenciadoras da diversidade humana, e o conceito de abjeção e de heteronormatividade serão explicitados a seguir, definindo uma proposta *queer* marxista de estudo através de alguns postulados. Assim, vejamos:

**a. O gênero não é fixo e tampouco estável; ele acompanha a processualidade do real**

Muito do que vem sendo produzido na literatura do feminismo marxista tenta afirmar que gênero é uma categoria essencial/biológica e que diz respeito a um corpo específico de um grupo muito restrito que sofre a chamada “violência de gênero”: a mulher; é assim que “gênero” será tratado como sinônimo de “sexo” e o corpo biológico assume importância maior que os estereótipos e produções culturais que incidem sobre ele. No entanto, gênero é uma categoria que recai, em primeiro lugar, sobre os sentidos do masculino e do feminino, para depois produzir significados propriamente no corpo. Logo, um corpo-mulher pode ser objeto das opressões de gênero ao ser inscrito nele um gênero feminino, assim como um corpo-homem. Do mesmo modo que a realidade social é um todo contraditório que está em processo e em movimento, o gênero se constrói nessa processualidade: ao mesmo tempo *é* (como totalização provisória), *está sendo e pode deixar de ser no devir* (porque é processo).

É que essas identidades sexuais e de gênero são construções históricas e sociais, e dependem de lutas que avançam e retrocedem no processo de reconhecimento social. Se, por

---

negação inclusiva, porque contém em si os contrários que convivem em luta, se mesclam e são superados (o movimento de tese, antítese e criação de uma síntese, que guarda elementos dos dois primeiros).

<sup>33</sup> Aqui é preciso lembrar o conceito de teoria desenvolvido por Augusto Triviños (1987, p. 104). Para o autor, uma teoria é um conjunto de postulados e leis gerais que funciona como um sistema hipotético-dedutivo, mais do que simplesmente a aglutinação de diferentes formulações conceituais. Uma teoria necessariamente surge da observação de um fenômeno da realidade e é ela mesma o critério da verdade da teoria. É a realidade, portanto, “que aperfeiçoa frequentemente a teoria [e que também às vezes] à invalida totalmente ou exige reformulações fundamentais”.

exemplo, houve um tempo em que foi necessária a assunção da orientação sexual e a conformação de comunidades homossexuais como forma de afirmação de um lugar, atualmente há novas formas de ativismo que não requisitam necessariamente essas estratégias e que são mais eficientes ao questionarem as assimilações pelos quais os sujeitos passam ao incluírem em suas agendas demandas identitárias. Assim, acreditam haver mais força política na crítica ao modelo binário de gênero, que reside também em debates feministas críticos cujas propostas de espaços exclusivos para mulheres retomam uma lógica de segregação e guetização<sup>34</sup>.

#### **b. Patriarcado, (cis)sexismo, misoginia e LGBTfobia como sistemas de subordinação**

Assim como parte das feministas marxistas encontrava na sexualidade em si a resposta para o patriarcado e não na reprodução da espécie (SCOTT, 1995), o patriarcado, como sistema de dominação, não objetiva apenas a mulher ou o seu corpo, mas tudo que está ligado ao feminino. Nesse sentido, o governo e o poder masculino, na perspectiva do patriarcado e do machismo, devem ser analisados junto das noções que se referem aos privilégios de determinados corpos/sexos/gêneros/desejos/identidades e de como esses mesmos caracteres recebem a coerência necessária para fazê-los “naturais”, relegando toda uma gradiente de possibilidades que foge da norma heterossexual e dos padrões binários de gênero.

Além disso, outros sistemas de subordinação como o racismo, o classismo, as normas estéticas e os padrões de saúde/doença determinam, de forma interseccional, as experiências dos sujeitos e seus lugares de privilégio/desprivilegio social, a ponto de serem necessários para considerar que a violência não se materializa da mesma maneira: a violência contra travestis, por exemplo, dificilmente tem origens distintas; o cissexismo e o machismo destinados às travestis no Brasil surgem da mesma fonte de racismo e classismo imposto a elas. Não existe, nesses aspectos, hierarquias de opressão (LORDE, 1983): a opressão que uma lésbica sofre é

---

<sup>34</sup> A crítica aos espaços exclusivos não significa que as mulheres, em razão de suas outras determinações de raça/etnia, território/localização geográfica, ciclo vital, classe, etc., não possam lutar para que suas narrativas sejam reconhecidas. É certo que a sociedade ainda desprivilegia as diferentes mulheres dentro do movimento feminista branco e burguês, da mesma maneira que isso pode acontecer no movimento transfeminista ou movimento negro. É também evidente que muitas mulheres não se sentem protegidas/reconhecidas/legítimas de narrarem suas trajetórias quando da presença de homens. Porém, defender espaços e grupos exclusivos deve se caracterizar por uma política específica de um tempo histórico, o tempo histórico no qual muitos homens ainda desrespeitam o lugar da fala de uma mulher, e muitas pessoas cisgêneros desrespeitam a narrativa de uma pessoa trans. Mas é importante que se diga: recorrer à esses espaços é o mesmo que recorrer à noção de que homens e mulheres dizem respeito aos seus corpos biológicos, negando as performances pelas quais as pessoas passam ao se tornarem genericadas. É negar a própria interseccionalidade que também é experimenta pelos homens (negros, pobres, trans, com deficiências, latinos, etc.). Quer dizer que, se não há hierarquias de opressão, uma mulher branca (aquela que luta por espaços só de mulheres) pode sim exercer a opressão sobre um homem negro, e quiçá o fará com outras mulheres negras. Por último, o gênero deve ser tomado como categoria relacional (SCOTT, 1995), o que quer dizer, aqui, que não se pode excluir as masculinidades dos espaços de construção.

uma experiência única da articulação entre discriminações de gênero e de sexualidade, assim como a misoginia contra uma negra é racializada, e assim por diante<sup>35</sup>.

### c. **Abjeção e performance dizem respeito à humanidades e materialidades da vida**

Butler (2012) afirma que os sujeitos são reiteradamente generificados por meio da norma, o que significa que o caráter performático do discurso produz o gênero nos sujeitos através da repetição de gestos, atos e expressões que reforçam e corroboram com uma construção determinada de feminino ou masculino. Para que uma pessoa seja, portanto, considerada e construída socialmente como mulher ou homem (nos termos de uma sociedade binária), ela precisa reiteradamente se expressar de uma forma específica, através de gestos, comportamentos e atitudes que sejam consideradas femininas *ou* masculinas. Um bom exemplo disso pode ser encontrado na gravidez: a possibilidade supostamente essencial da mulher engravidar se torna um instrumento legitimador de sua condição feminina, sem o qual a sua qualidade natural de mulher poderia ser contestada. O mesmo acontece com o homem se sua capacidade de fecundar estiver em risco; põe-se em risco a sua própria masculinidade. Ou seja, para que uma pessoa seja socialmente mulher ou homem, ela deve reiteradamente se comportar de modos específicos e possuir certas capacidades (forjadamente) naturais que sejam consideradas femininas ou masculinas.

Mas toda construção, seja de um sujeito ou de uma identidade e ainda que seja inventada, envolve um grau de normatização, cujo efeito é a produção de sujeitos fora da norma. A *abjeção*, portanto, “relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas

---

<sup>35</sup> O CRVV, órgão municipal de atendimento às violações de direitos humanos, elaborou um gráfico dos processos administrativos abertos em razão das discriminações sofridas pela população LGBT em estabelecimentos públicos em Porto Alegre. Dos 55 processos, 28 deles (praticamente 51%, portanto) são contra travestis e transexuais (FERREIRA, 2011). Em análise da origem dessas discriminações, torna-se claro que não são apenas em decorrência do gênero ou da sexualidade de uma travesti, mas, muito significativamente, dizem respeito à sua estética (que foge dos padrões esperados) e de seus pertencimentos de classe e suas raças/etnias (já se falou nesse trabalho das experiências das travestis com a pobreza e da predominância, entre elas, de negras e pardas, como também existe em muitas a crença em religiões africanistas). Outro exemplo que vale ser recuperado é sobre o que aconteceu com uma mulher negra que, em um restaurante, foi assediada pelo dono do estabelecimento, um holandês. Em dado momento, ele questionou se ela se depilava. Ao responder que não tinha pelos, o homem retrucou: “aposto que tem e os lá de baixo devem ser duros como os de sua cabeça.” (MUNDO NEGRO, 2013). Embora as amigas brancas da mulher tenham registrado na matéria que noticiou o ocorrido que o assédio é comum e que todas as mulheres o sofrem, está evidente que esse assédio é de um machismo racializado que reverbera na noção do corpo negro feminino como consumível e disponível como se dominado fosse. É possível também ir além e dizer que a própria violência (na forma de machismo, racismo, homo-lesbo-transfobia, etc.) é seletiva: será que, se a mulher do caso acima fosse branca, ela ainda assim teria sido assediada (através da frase utilizada e também no contexto diurno, com seus amigos em volta)? O mesmo pode ser pensado tomando outra história concreta, a do rapaz espancado na rua até perder os sentidos ao mesmo tempo que era xingado de “veado” (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2012). Será que seu pertencimento de classe, sua raça e sua performance de gênero, caso fossem outros, não teriam tornado ele invisível à violência? Será que nesse caso específico o fato de ser afeminado não o fez potencialmente visível à homofobia?

‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’.” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161). São aqueles sujeitos que escapam “à inteligibilidade normativa de todo um sistema de controle social” (WOLFF et al., 2007, p. 18), ou seja, não são reconhecidos ou legitimados como importantes simplesmente porque suas vidas não são culturalmente inteligíveis, não são compreendidas como legítimas.

Em entrevista concedida à Prins e Meijer (2002), Butler assume que a abjeção não se restringe às sexualidades dissidentes, mas a todas as vidas que podem ser facilmente apagadas, invisibilizadas ou exterminadas como se não tivessem importância ou materialidade social – as pessoas que vivem na pobreza, a população em situação de rua, as pessoas presas e aquelas consideradas “casos psiquiátricos” são exemplos a se considerar. O conceito de abjeção, portanto, é facilmente transportado a esse trabalho ao se considerar a vida das travestis presas e a maneira fácil e quase *natural* com que elas são capturadas pela prisão pelo fato de suas vidas serem consideradas vidas *esvaziadas de humanidade*.

Vocês são os porta-vozes de nós aqui dentro. Porque eu sei os direitos que eu tenho, mas eu vou dizer isso pra quem, eu vou gritar na janelinha ali pro meu vizinho? Vocês e as nossas famílias que podem fazer algo por nós aqui. E a família quando vem, porque quase ninguém aqui recebe visita, quando recebe, a visita ainda tem que fazer um barraco pra poder entrar. Então a gente precisa de vocês lá fora. Aqui somos considerados sub-humanos. Vocês, ainda são considerados humanos. (HG02).

Nota-se que o entrevistado, um homem homossexual, se considera diante do sistema penal uma pessoa de humanidade inferior. Certamente essa sua percepção, fruto da maneira como ele e seus companheiros de cela são tratados pelos policiais e técnicos penitenciários, não se restringe à sua sexualidade, mas diz respeito também à como ela se articula com sua classe social e raça/etnia. Fato que se evidencia quando ele se volta a uma travesti e aos técnicos que a acompanham (que realizam oficina de saúde com as travestis e seus companheiros presos) e declara: “vocês [ainda que travesti, ainda que homossexual, etc.], são considerados humanos” – novamente a noção de Martins (2002) de “duas humanidades” qualitativamente distintas pode ser evocada.

**d. Gênero e sexo são independentes, andam juntos e nem sempre são “harmônicos”.**

Sexo e gênero são categorias distintas, porém, não devem ser vistos dicotomicamente ou como polos distantes no qual um representaria a cultura e o outro a natureza. Não há sociedade que não esteja inscrita em uma matriz cultural (BUTLER, 2012), logo, não há situação na qual o sexo não seja interpretado como gênero. No entanto, nem todas as sociedades experimentam as mesmas normas de gênero, assim como não são todas que se fundam no

pressuposto de haver apenas dois sexos e dois gêneros (como no caso da Índia e da Polinésia que caracterizam as *hijras* e as *fa'afafine*, respectivamente, como partes de um terceiro gênero).

[...] é necessário ver o gênero separado do sexo. O que traz outros problemas. Se o gênero não é definido pelo sexo e nem o define, pode-se falar na existência de dois sexos opostos, mas de inúmeros gêneros, tantos quanto a inteligibilidade cultural é capaz de produzir. Dessa maneira, o gênero não só deixa de ser visto atrelado ao sexo como é independente deste. O problema é que o gênero é constituído através do sexo, ele se mostra não como um reflexo perfeito, mas como elementos simbólicos sobrepostos ao sexo – anterior – e, por isso, com uma significação própria (SOUZA; MOURA, 2009, p. 8).

A grande parte dos estudos de gênero realizado por feministas marxistas não vem atentando para a “desarmonia heterossexual” entre um tipo de gênero e um tipo de sexo (segundo aquilo que é considerado natural e que corrobora para a heteronormatividade e para o cissexismo). Quer dizer: a pessoa que nasce com um pênis e que recebe o desígnio de ser homem não necessariamente será masculino e não necessariamente se considerará homem. Não necessariamente, também, sentirá desejo afetivo-sexual por mulheres. Essa equação “harmônica”, afirmada pela norma heterossexual (heteronormatividade) e pela norma que faz parecer natural a cisgeneridade (cissexismo), não são garantidas quando se percebe que “homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2012, p. 24-25).

#### e. **Gênero e sexo, cultura e natureza?**

Não há como negar a materialidade do corpo e sua possibilidade, enquanto corpo dominado, de ser objeto das estruturas e instituições de poder. E não somente o gênero, mas também o sexo possui uma história, porque dele também foi feita uma teoria social. O sexo faz parte de uma estrutura biológica, mas é do campo do social o caráter de transformação de certas diferenças morfológicas do sexo em diferenças sexuais: o aparecimento do segundo sexo, quando a medicina afirmava existir apenas um, é, como afirma Laqueur (2001), um exemplo disso. Tanto sexo (corpo) quanto o gênero fazem parte de um todo social, político, econômico e cultural, e sobretudo são objetos históricos (SANT'ANNA, 1995).

Daí que o corpo também passa por uma interpretação cultural. O corpo não é naturalmente deficiente, naturalmente feio, naturalmente envelhecido, naturalmente negro, naturalmente generificado; essas características são interpretações sobre o corpo tratadas no decorrer da história e possuem um passado social. Suas características recebem qualidades

culturais de acordo com aquilo que é consenso entre os dominantes, fazendo com que ele sirva como um

[...] dispositivo de poder disciplinar, o qual dita que ele precisa ser saudável, polido, higienizado, bem comportado, não-grotesco, devendo seguir as leis médicas, psicológicas, odontológicas, dentre outras responsáveis pela produção de saberes legitimadores sobre o sujeito social. Ele é, sobretudo, a identificação dos ideais de uma classe dominante na subjetividade social, é a representação mais fiel da aliança entre o dispositivo da sexualidade e as instâncias científicas, religiosas e econômicas. (REIS, 2012, p. 3).

O corpo é também um reflexo da sociedade, e uma leitura marxista sobre ele precisa atentar para as condições concretas nas quais esse corpo é esculpido, sendo, portanto, muito mais um reflexo das sociedades e produto dos processos sociais do que um processo exclusivamente biológico ou estético (FERREIRA, 1994).

**f. Gênero e sexualidade, quando analisados, precisam ser interconectados às análises de classe social e raça/etnia.**

Gênero e sexualidade nunca devem partir, como categorias explicativas da realidade, deles mesmos. Se são importantes para a análise das relações de poder, do patriarcado, das performances e da abjeção, precisam portanto ser contextualizados com as condições e modos de vida das pessoas. Os sujeitos só podem fazer uma análise sobre os seus gêneros e sexualidades se tiverem satisfeitas suas primeiras necessidades. Isto é, se são as condições materiais de existência que determinam a consciência do ser – as condições objetivas, portanto (MARX; ENGELS, 2001) –, não há como discutir gênero e sexualidade aprioristicamente sem relacionar determinações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Isso é reconhecer, entre outras coisas, a forte determinação econômica na vida cotidiana das pessoas. É entender que as travestis e seus companheiros na prisão estão preocupados com questões mais urgentes e concretas à vida deles – como a roupa que não é suficiente, a família que não visita, a geladeira que estragou e não poderá resfriar os alimentos no verão – e por isso não se propõem, muitas vezes, a pensar sobre seus gêneros e sexualidades. É entender que isso se repete no dia-a-dia da pista<sup>36</sup>, dentro de casa, na comunidade. É falar sobre pessoas de carne e osso, cujas condições de vida são distintas em razão de estarem distintamente situadas no mundo.

---

<sup>36</sup> Pista é como as travestis chamam o espaço da rua onde algumas delas se prostituem.

**g. Gênero explica as relações de poder baseadas nas diferenças sexuais e é por elas determinado, de acordo com o modo de produção capitalista.**

Na tentativa de posicionar o debate de gênero na concepção marxiana, é preciso entender de antemão que sua construção, como toda a produção e expressão humana, é *trabalho*. Se é trabalho – porque resulta da atividade humana, da atividade pensada que transforma o real – essa construção pode tanto ser consciente (quando refletida, fundamentada, teleológica), e daí ser considerado trabalho concreto pelo seu valor de uso às pessoas, como pode também ser uma construção alienada.

Assim, a categoria de gênero é útil para analisar as relações de poder que tiveram como base, na história, as diferenças do corpo sexuado. Quando se diz que uma enunciação discursiva como “nasceu um menino” fabrica o gênero ao situar um corpo específico no inteligível, isso não faz parte somente de um discurso, mas mais do que isso, representa um lugar no social que esse corpo nascido poderá ocupar. Não é uma abstração qualquer, portanto: é um destino na materialidade da vida, expressado em um plano material e outro simbólico.

A identificação com a teoria *queer* expressa também uma identificação com os interesses das classes subalternas, uma vez que as reivindicações dos sujeitos que fazem o chamado *ativismo queer* tendem a visibilizar modos de vida e sujeitos abjetos, opondo-se às demandas dos movimentos identitários de conciliação com os modos de vida impressos pelo conjunto da sociedade heteronormativa, que conservam e legitimam as relações vigentes da sociabilidade da classe dominante. O *ativismo queer* e o *ativismo identitário* são partes, portanto, de um mesmo espaço de luta no qual circulam interesses antagônicos, que são, ontologicamente, interesses de classes antagônicas. Embora o *ativismo queer* precise sempre contestar a ordem social impressa no solo histórico, o *ativismo identitário* nem sempre é um *ativismo conciliador* e de inclusão das sexualidades à norma; ao contrário, é um *ativismo* que se identifica também com as requisições da esquerda política, mas que ao mesmo tempo, é grande parte das vezes cooptado pelo projeto de sociedade da classe dominante por tratar as identidades sexuais e de gênero como atributos fixos dos sujeitos.

A luta pelo casamento entre homossexuais e seu tratamento do ponto de vista do afeto é um exemplo claro de como se disputam esses interesses antagônicos. Muito se fala sobre o casamento “homoafetivo”, como se fosse uma requisição unitária do movimento de diversidade sexual e de gênero brasileiro, mas pouco se questiona a instituição do casamento e as possibilidades de configurações familiares que não são abarcadas por ele. Ao mesmo tempo em que é uma luta legítima por ser um direito de todos os cidadãos, está impressa nas “uniões homoafetivas” uma concepção sanitaria e higienista, monogâmica, branca e burguesa, uma

vez que não são representadas nessa bandeira os diferentes arranjos familiares possíveis na contemporaneidade – relacionamentos poliamorosos, entre pessoas transgêneros, etc.

Outro ponto que merece maior atenção no que se refere a encontrar convergências entre o marxismo e a teoria *queer* se refere ao fato das duas teorias serem propostas críticas revolucionárias. Enquanto a primeira propõe a superação de uma sociedade capitalista pela comunista, a segunda propõe-se a olhar para as identidades que fogem de categorias fixas, não-identicas, transbordantes, a partir do pressuposto de que a fixidez da perspectiva identitária produz seres abjetos, estranhos à produção dessas identidades que não lhes cabem. Assim, uma pessoa que não se identifica nem como homem nem como mulher nos termos de um sistema binário (que reforça signos específicos do que seja um homem e uma mulher), olha para essas categorias e não se reconhece nelas, *estranham a si próprios e estranham as categorias*. Logo, propõe a superação de identidades imóveis a partir desses estranhamentos – o que não necessariamente significa deixar de reconhecer que muitas identidades ainda estão orientadas nesses binômios e que isso reflete sim em processos de opressão aprofundados por outras condições materiais de vida.

Marx e Engels (2001, p. 10) escreveram que as premissas a que se deve partir para compreender a vida do ser humano “são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação”. Isso significa entender que gênero e sexualidade, assim como raça/etnia, classe social, geração e outros determinantes que os sujeitos experimentam, são condições concretas, e de forma objetiva refletem no modo como os sujeitos atuam em sociedade; influenciam, portanto, na vida cotidiana – o “ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47). Além disso, a identificação desses sujeitos em relação a essas categorias diferenciadoras é fundamental para compor seus processos identitários, o que pode ser fragmentado pela negação realizada pelos próprios sujeitos sobre seus pertencimentos de classe, raça, território, etc.: essa *alienação* se dá, ao mesmo tempo, por um processo de introjeção da subalternidade e da desvalorização que sofrem essas categorias no social; e pela *reprodução* do instituído, qual seja, a valorização das categorias dominantes, reforçando estereótipos que se pretendia combater.

Não é possível teorizar sobre gênero e sexualidade sem voltar à história, entendendo-os como processo histórico e não por meio de etapas, como já dito. Além disso, nem todas as críticas feitas ao marxismo em relação às análises de gênero e sexualidade correspondem à realidade. Há, por exemplo, um mito bastante problemático da ausência da análise sobre subjetividade em Marx, cuja principal intenção é demonstrar que a teoria marxiana não se

preocupa com o cultural, ou que nega sua importância. Esse mito afirma que, ao não considerar pertinentes as questões culturais e da subjetividade, o marxismo disputa com os chamados novos movimentos sociais o conceito de identidade: de um lado a defesa de uma identidade unificada na questão classista, de outro lado os novos movimentos da esquerda política, como os da política sexual e de gênero, a defesa de uma análise pós-estruturalista e de uma identidade fragmentada e particularista (BUTLER, 2000).

O que essa premissa deixa de considerar é que a teoria marxiana também considera a importância da cultura, do contrário, não seria possível pensar o conceito de totalidade social (tendo em vista que a realidade não é dicotômica nem fragmentada), tampouco o conceito de reprodução capitalista, na medida em que essa reprodução depende da criação de uma cultura dominante; os aspectos culturais são analisados, portanto, para a conformação da riqueza simbólica humana, mas também como elemento de dominação/alienação/aculturação/criação de necessidades. Além disso, Silveira (2002, p. 105) lembra que “o acesso às formulações de Marx permite a percepção de como a individualização do homem e sua personalidade constituem-se na concretude da vida social, no interior de um determinado processo histórico que interpela e marca o sujeito”. É, portanto, na relação dialética subjetividade/objetividade que Marx (2008) mantém em tensão a ideia de que a consciência do ser é determinada pela sua vida social concreta.

É evidente, também, que o marxismo como teoria explicativa não consegue analisar todos os fenômenos sociais, mesmo ele sendo muito diverso (vide seus expoentes, como por exemplo, o marxismo estruturalista de Althusser e sua conceituação sobre instituições ideológicas de poder; o marxismo cultural de Gramsci e os conceitos de Estado, hegemonia e subalternidade; e o marxismo político de Lukács com conceitos como cotidiano, alienação e reificação). Por isso, não significa perder a causa o fato do marxismo não ter se dedicado às questões de gênero e sexualidade, até mesmo porque suas contribuições para se pensar os movimentos de desocultamento do real, as conexões, a necessidade de superação e transformação da realidade, ajudam a pensar sim os conceitos de gênero e sexualidade, como também mostra que é preciso olhar para outras produções científicas que complementem o debate, o que não quer dizer, por outro lado, que as análises devem ser realizadas sob as categorias de outras filiações teóricas já que uma leitura marxista pressupõe um modo específico de olhar para o objeto. É assim que a teoria *queer* enquanto conjunto de pressupostos teóricos explicativos da sexualidade contribui para a discussão proposta, nos termos de um olhar do oprimido e daqueles e daquelas que não buscam se enquadrar ou se assimilar, mas, antes, colocam a sociedade em questionamento.

Para muitos teóricos pós-estruturalistas<sup>37</sup>, a teoria *queer* pressuporia a *desconstrução do gênero*, e, portanto, estaria mais filiada a um método científico desconstrutivista ou pós-estruturalista. Mas a teoria *queer* tem uma história e uma interpretação que precisam ser analisadas, sobretudo se a orientação aqui é a de uma perspectiva histórica tal como a formulada por Marx: voltar ao passado para explicar o presente, ter como referência a vida concreta das pessoas, suas condições e modos de vida, e partir da estrutura/superestrutura para depois voltar a olhar para o humano e desse modo escrever sobre a vida real.

A defesa de que a teoria *queer* tomaria partido exclusivo por uma filosofia pós-estruturalista está intimamente ligada às concepções de que os fundamentos filosóficos dessa teoria apresentam uma ideia de fluidez e provisoriade das performances de gênero, sexualidade e identidades, e da radicalidade com que esses fundamentos explicam e contestam o regime normativo sexual vigente. Para os teóricos pós-estruturalistas essas premissas justificariam a captura da política *queer* em seus latifúndios teóricos, mas a ideia de identidades em processo não é exclusiva do pós-estruturalismo, como tampouco é a ideia de explicação e contestação da norma e do poder hegemônico. Marx (2008, p. 14), já dissera que “tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado [...]”, o que demonstra uma proposta de pensar a processualidade da vida material e a negação das petrificações dos costumes sociais.

Dizer portanto que a teoria *queer* tem como fundamento uma filosofia pós-estruturalista (MISKOLCI, 2009) é mais uma possibilidade de interpretação dessa teoria e de como ela se integra nessa perspectiva filosófica do que propriamente um fato histórico, já que o conceito é anterior à sua captura pelo pós-estruturalismo, porque surgiu como política dentro do próprio movimento sexual. *Queer* não necessariamente precisa negar, suprimir ou desconstruir as estruturas de gênero, mas pretende sim desocultar o que está por trás dessas estruturas, desloca-las, superá-las para pensar novos tipos de relações plurais, dar voz aos oprimidos e enfrentar questões do movimento feminista e de sexualidade em uma perspectiva muito mais dialética do que propriamente desejando a não existência de certas categorias. *Queer* não pertence exclusivamente a uma única corrente epistemológica, se é que pertence a alguma.

Na sua gênese, a palavra foi inicialmente utilizada nos anos de 1980 ao que, até então, era considerado um xingamento, um insulto às pessoas que fugiam dos padrões heterossexuais de normalidade (MISKOLCI, 2009). Porém, a palavra *queer* tem origem como gíria inglesa que, de acordo com Louro (2004), pode ser traduzida como estranho, raro, esquisito (e

---

<sup>37</sup> Exemplos podem ser encontrados nas obras de autores como Guacira Lopes Louro e Richard Miskolci, dois expoentes da teoria *queer* no Brasil.

especialmente em relação à comunidade gay, algo como “veado”, “puto”, “bicha), podendo se manifestar, assim, naqueles sujeitos cujos corpos, desejos e práticas sociais são consideradas estranhas, fora do padrão tido como normal: homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais, *drag queens*, *drag kings*, *crossdressers*, andróginos, e toda a gama de possibilidades de expressão da sexualidade e das identidades de gênero.

O que era motivo de escárnio foi ganhando força ao ser utilizado pelos próprios sujeitos discriminados ao se auto-referenciarem como *queers*, ou seja, como estranhos, ridículos, excêntricos, porque isso significava também contestar a normalização, as identidades sexuais dominantes e a maneira de exercer a sexualidade, como também era uma maneira de dizer que não queriam ser precariamente incluídos no social, de forma que essa inclusão mascarasse, enquadrasse e higienizasse suas sexualidades. Esse movimento tinha o intuito de ressignificar a palavra, fortalecendo aquelas e aqueles que faziam a leitura da realidade a partir do lugar do oprimido, do subalterno<sup>3839</sup>. Não desejavam, portanto, serem incluídos numa lógica da qual não compactuavam, mas, ao contrário, queriam contestar a estrutura social como um todo, reivindicar um deslocamento, uma desestabilização, uma superação.

Na tabela abaixo é possível visualizar de maneira mais resumida os pontos em que convergem a teoria marxiana e a teoria *queer*, explicitando, assim, ser possível analisar essas vertentes sob outro ponto de vista:

Tabela 3 – Aproximações entre teoria marxiana e teoria *queer*

Teoria marxiana	Teoria <i>queer</i>
A realidade é um processo dinâmico, é um vir-a-ser no qual todas as coisas estão em movimento.	As identidades sexuais e de gênero não são estáveis, acompanham a processualidade do real.
O caráter processual do real, base da contradição e da historicidade, busca superar petrificações e enquadramentos na perspectiva do humano integral.	Aponta as fraturas do real na perspectiva de contestar e desnaturalizar os regime normalizadores.
Trabalha-se na dialética objetividade/ subjetividade como partes da mesma totalidade social.	A subjetividade é analisada com o caráter objetivo da vida (sobretudo através dos estudos descoloniais).

<sup>38</sup> A referência feita aqui ao sujeito que está no lugar da subalternidade inspira-se na ideia marxiana de que a leitura do ser humano deve partir da sua vida concreta, real, de carne e osso, e não do homem ideal que está no centro (no caso o homem branco, heterossexual e burguês, o sujeito da norma, portanto), como se sua essência fosse uma abstração inerente ao indivíduo isolado. É o ser humano, pelo contrário, constituído de acordo com as suas relações sociais (MARX; ENGELS, 2001). Importa dizer isso porque talvez pareça que a alusão aqui feita é à ideia derridiana quanto à estratégia de descentrar a interpretação prevalente, quer dizer, deixa de olhar para o centro e voltar-se para as margens, numa intenção de interpretar o oposto, subvertendo a hegemonia. Mas essa interpretação simplesmente substitui um lugar pelo outro, mantendo inclusive a existência das dicotomias porque preserva a identificação de uma “margem” já que tem como referência aquilo que está no centro. Numa perspectiva *queer* marxista, a ideia de fazer leitura de realidade do que é periférico e dos sujeitos que nele se encontram é para garantir que esse indivíduo também faz parte do concreto, afirmando sua materialidade e importância.

<sup>39</sup> Algumas feministas negras, lésbicas, latinas e indianas, sobretudo das correntes pós-coloniais, criaram teorias a partir do oprimido: Bell Hooks, Audre Lorde, Gloria Anzaldúa, Chantal Mouffe, Seyla Benhabib e Avtar Brah são alguns exemplos, assim como Homi Bhabha e Frantz Fanon.

<p>Contradição como parte do real, o encontro entre teses antagônicas, os opostos como unidade, a negação inclusiva na perspectiva dialética.</p> <p>Pensa-se antes sobre o concreto. O concreto pensado é resultado da prática como critério de verdade, que diz respeito aos dominados e aos dominantes.</p> <p>Algumas pessoas são incluídas precariamente no processo de produção e reprodução capitalista e por isso são consideradas de menor importância.</p> <p>Gênero e sexualidade são construções históricas, expressam condições reais e concretas porque são também produtos da atividade humana no social.</p> <p>Quer explicar e transformar a realidade propondo a superação do modo econômico capitalista.</p> <p>A cultura popular é uma releitura e uma maneira de resistir aos padrões impostos pela cultura dominante, é possibilidade de desocultar a reprodução alienada.</p> <p>Faz a mediação necessária entre a unidade e a totalidade, o particular e o geral, o uno e o múltiplo, o sujeito e a estrutura, a vida miúda e as macropolíticas.</p> <p>Busca explicar para superar, pois quer provocar rupturas indo à raiz.</p> <p>Perspectiva revolucionária.</p>	<p>Reconhece-se a diversidade através do hibridismo, do andrógino, e da convivência entre sexualidades e gêneros fora e dentro do sistema binário.</p> <p>É preciso ouvir as vozes dos subalternos, ouvir suas próprias experiências e desocultar/desfetichizar as ideologias narradas por aqueles que estão no “centro”.</p> <p>O abjeto é a vida cuja materialidade é considerada de pouca ou nenhuma importância, e que não é inteligível culturalmente.</p> <p>Gênero e sexualidade são instáveis porque são historicamente e socialmente produzidos, e portanto são construídos de forma cambiante.</p> <p>Pretende trabalhar pela superação/transformação da heteronormatividade e do binarismo de gênero.</p> <p>Não busca a assimilação, problematiza a ordem social e reinterpreta-a para ter significado aos subalternos.</p> <p>Gênero/sexualidade são teorizados a partir de uma política das diferenças (particular) e das estruturas de normalização (heteronormatividade, por exemplo).</p> <p>Vai à raiz na intenção de contestar, desestabilizar e provocar rupturas que transformem o real.</p> <p>Perspectiva transgressora.</p>
--	---

Fonte: Dados sistematizados dos estudos sobre teoria marxiana e teoria *queer* (FERREIRA, 2014).

Essa tabela, embora procure planificar as compreensões teóricas que se tem em relações às teorias aqui apresentadas, não pretende ser uma resposta final ou acabada, mas ao contrário, é uma tentativa consciente de uma primeira aproximação, ainda superficial, sobre um tema que precisa ser muito mais estudado e evidenciado. É preciso ter em mente, entretanto, que essa convergência entre a teoria marxiana e a teoria *queer* não é ingênua, e está contida nessa síntese uma proposta de leitura do empirismo que perpassa todo o estudo até a análise de dados.

### 3. PRISÕES

[...] Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada (GALEANO, 2002, p. 15-16).

Assim como as categorias de gênero e sexualidade até aqui trabalhadas são frutos de debates intranquilos e ainda em construção no percurso histórico da humanidade, as prisões também possuem um caráter histórico, surgidas da necessidade de responder e também de conferir significado àquilo que as sociedades consideram *criminoso*, fora de uma ética da Lei. Enquanto arranjos que pretendem controlar penal e punitivamente os sujeitos dessa categoria do crime, as prisões possuem histórias distintas que dependem do tempo e do espaço em que se constituem, o que significa dizer que, para a América Latina e para o Brasil – cenário que importa pensar nesse trabalho – elas surgem e funcionam segundo contextos bastante específicos. Também produzem condições concretas e significados que só dizem respeito aos sujeitos desse território geográfico, moldando uma instituição peculiar segundo caracteres econômicos, sociais, políticos e culturais.

Soares e Guindani (2007) afirmam que, no que se refere à segurança pública e às políticas penais, o caso brasileiro particulariza uma experiência singular dos brasileiros com a esfera econômica, uma vez que captura aqueles incluídos precariamente na produção social da riqueza colocando-os no jugo de um sistema autocrático e hierarquizador que aprofunda e evidencia, no final das contas, as desigualdades sociais. Todavia essas desigualdades não se restringem ao campo econômico, mas também são representativas de pertencimentos de raça e etnia, gênero e sexualidade, geração, e outras determinações da vida concreta.

De maneira contextual, assim, “a instituição da prisão e seu uso discursivo produzem o tipo de prisioneiro que, por sua vez, justifica a expansão das prisões” (DAVIS; DENT, 2003). No Brasil, a prisão de travestis é notoriamente justificada pelas suas posições no social, o que as coloca como um tipo ideal à prisão em razão, sobretudo, de classe social e raça/etnia, e em sentido estético e moral. Nesse capítulo a proposta é, mais do que produzir um inventário dos principais fatos que conformaram as prisões no decorrer da história, compreender como as prisões funcionam no Brasil – do universal (todos os brasileiros em relação à estrutura) ao particular (as travestis e seus modos de vida).

### 3.1 Prisão, controle e dominação corporal: a matéria sobranete

Com o surgimento do Estado Moderno emerge a necessidade de instituição de práticas punitivas que não tivessem mais como objetivo atingir diretamente o corpo, mas, em vez disso, se conformassem como mecanismos de disciplina. Dessa maneira, as práticas de suplício até então usuais na Idade Média se tornaram obsoletas na modernidade emergente, e o que até então supliciava diretamente o corpo físico se tornou instrumento de docilização e disciplinamento (WOLFF; FERREIRA, 2011). Todavia, as novas formas de punição, mesmo que indiretamente, também atingiam o corpo por meio de arsenais construídos simbolicamente e de modo discreto:

Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. [...] Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples de liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. [...] a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. (FOUCAULT, 1999, p. 15-19).

Foucault (1999) afirma que, durante o século XVIII, tais estratégias de punição – que são também instrumentos de expressão do poder – viram como objetivo primeiro tornarem-se um esquema regular, ou seja, deveriam fazer parte do cotidiano do sistema judiciário, coexistindo dentro e fora dele. A intenção, já que o suplício corporal começava a ser encarado como ato bárbaro e selvagem, não era punir menos, mas punir melhor, com menos severidade e maior universalidade (FOUCAULT, 1999). Jardim (2010) menciona nesse contexto que havia uma relação de proporcionalidade entre o crime praticado e o seu castigo, onde se estabeleciam os suplícios como “uma arte quantitativa do sofrimento, correlacionando os tipos de ferimentos físicos, sua qualidade e intensidade de acordo com a gravidade dos crimes cometidos, também variando conforme a pessoa do criminoso e o nível social de sua vítima” (JARDIM, 2010, p. 13). Na mesma época, com o processo de industrialização emergente, a punição passa a se apresentar quase como uma necessidade que, através do cárcere, se fará presente como espectro disciplinar e de controle.

[...] a prisão pode ser vista como uma estrutura preocupada justamente em dar conta das sobras do processo de controle da violência, monopolizando a violência e a lei. Naquele momento, o controle social estava direcionado àquelas pessoas que apresentavam dificuldades de se inserirem no processo produtivo emergente e não se enquadravam nem como trabalhadores, nem como carentes, e precisavam ser, por isso, disciplinadas. A essa sobra da sobra, a prisão passou a ser alternativa. (WOLFF; FERREIRA, 2011, p. 48).

Quanto ao caráter disciplinador e perverso das prisões, ele é acentuado no caso brasileiro em razão de um contexto de desigualdade social. Desde a colonização portuguesa advém práticas penais cujas concepções medievais levavam ao suplício corporal (JARDIM, 2010). Zaffaroni (1999) defende que os sistemas jurídico-penais passam, nas últimas décadas, por uma crise de racionalidade já que seus mecanismos normativos baseiam-se em uma realidade não existente, sobretudo no contexto latino-americano. Significa que os sistemas penais da América Latina como um todo semeiam a dor e a morte por meio do exercício do poder. Não conseguem, portanto, atingir suas finalidades, pois seus discursos planejados não correspondem à realidade concreta e acabam operando com níveis de violência tão ou mais altos do que a própria violência que pretendem combater. Daí decorre a afirmação do autor de que o discurso jurídico-penal histórico e contemporâneo é racionalmente falso na medida em que defende estratégias de punição balizadas na violência como forma de proteger aqueles que se enquadram na lei, da violência do todo social. Em outras palavras, o discurso jurídico-penal contemporâneo só é mantido porque é o único instrumento – mesmo que precário – para defender os direitos humanos de determinados segmentos sociais (ZAFFARONI, 1999).

O discurso falso do direito penal – de que as penas resolveriam ou seriam uma resposta efetiva para a violência, no caso latino-americano, é produto especialmente do subdesenvolvimento dos países latinos que têm como experiência econômica o capitalismo periférico – voltar para o que diz a Teoria Marxista da Dependência (TMD<sup>40</sup>) ajuda a compreender melhor a relação de dominação que os países centrais exercem sobre a “periferia do mundo”, em termos de economia global e a subordinação, em relação a essas mesmas estruturas econômicas, que sofre os países recentemente industrializados como Brasil. Assim, também o discurso da transitoriedade dos sistemas penais cai por terra, já que a ideia de um desenvolvimento progressivo não se aplica quando se percebe a conjuntura de dependência econômica que atinge os países que compõem a América Latina.

Hoje, temos consciência de que a realidade operacional de nossos sistemas penais jamais poderá adequar-se à planificação do discurso jurídico-penal, e de que todos os sistemas penais apresentam características estruturais próprias de seu exercício de poder que cancelam o discurso jurídico-penal e que, por constituírem marcas de sua

---

<sup>40</sup> Na teoria da dependência o subdesenvolvimento se sustenta basicamente nas relações históricas entre centro e periferia. Sendo que o crescimento dos países centrais alicerçado na exploração dos países periféricos implica no desenvolvimento capitalista, do qual o subdesenvolvimento é parte e expressão – porque mantém uma relação de subordinação e opressão. Por isso, não se trata de um processo evolutivo com uma sequência de ações, mas de uma relação complementar e contraditória. A dependência da América Latina, especificamente, reside na desigualdade de participação ativa nos mercados, dominados pelos países centrais. Florestan Fernandes (1976, p. 222) corrobora com essa ideia ao dizer que o desenvolvimento capitalista no caso do Brasil “apresenta os traços típicos que ele teria de assumir nas Nações tidas como *periféricas* e *heteronômicas*, fossem ou não de origem colonial”.

essência, não podem ser eliminadas, sem a supressão dos próprios sistemas penais. A seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias *não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais.* (ZAFFARONI, 1999, p. 15, grifos do autor).

O contexto das prisões brasileiras na atualidade, portanto, evidencia um dos quadros mais completos de direitos violados: “superpopulação carcerária, ausência de individualização da pena, dificuldades de acesso à defesa e a outros direitos estabelecidos na Lei de Execuções Penais são situações corriqueiras nas prisões no Brasil” (WOLFF et al., 2007, p. 15). Representam, assim, uma contradição diante do seu propósito legal, pois não só respondem com violência aos crimes cometidos como descumprem a lei ao negligenciarem direitos humanos, usufruindo, mesmo que hipocritamente, do paradoxo de tentar “remediar com um ‘mais Estado’ policial e penitenciário o ‘menos Estado’ econômico e social que é a *própria causa* da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países” (WACQUANT, 2001a, p. 7). A frase “A prisão é o pior lugar do mundo” (CT01) recebe materialidade diante desse quadro de violação de direitos que representam as prisões no Brasil.

[...] a penalidade neoliberal é ainda mais sedutora e mais funesta quando aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século. (WACQUANT, 2001a, p. 7).

O uso da violência também se justifica enquanto garantia de que a segurança se mantenha, e de que se mantenha, também, uma divisão entre aqueles que não foram capazes de disciplinar – o “lixo” humano, porque é tratado como o lixo que é retirado das casas sem a preocupação exata do que será feito com ele – e aqueles que estão em harmonia com a sociedade, que representam a boa índole. Aos primeiros é reservado o cárcere, um “depósito industrial dos dejetos sociais” (WACQUANT, 2001a, p. 11), “um mundo à parte [no qual] a segurança e disciplina demarcam justificativas racionais para práticas que expressam apenas autoridade e descumprimento de direitos” (WOLFF, 2005, p. 114).

Além do descumprimento geral dos direitos humanos, a prisão também serve como instrumento de eliminação dos sujeitos considerados socialmente indesejáveis. Àqueles que não foram capazes de ser educados de acordo com as regras gerais, resta o espaço da prisão, que nas palavras de Foucault (1999, p. 139), é um instrumento de “[...] eliminação física das pessoas que saem dela, que morrem nela, às vezes diretamente, e quase sempre indiretamente [...]”.

### 3.2 O sujeito preso: sujeição, seletividade e vulnerabilidade penal

Também dentro da prisão, após a seleção dos “tipos” considerados por ela como potencialmente penais, resta a violência para o suplício e domesticação do corpo. Não é da atualidade e é de conhecimento público que o cárcere no Brasil é regulado segundo códigos próprios, que passam pelo uso cotidiano da violência física e psicológica em relação aos presos como também através da polícia militar, cujo recurso à tortura “inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força [...], fundada na oposição cultural entre *feras* e *doutores*, os ‘selvagens’ e os ‘cultos’ [...]”. (WACQUANT, 2001a, p. 9).

Nós morávamos tudo numa cela por galeria, eram onze, quinze, tudo atirada no chão como se fossem uns escrotos, os restos, os indivíduos que não tinham opinião ou direito, e nada. Tinha só que puxar cadeia e servir de tapa na cara, de saco de pancada, que a hora que desse alguma coisa eles [os policiais] viriam aqui descontar as suas neuroses entre a gente. (TP01).

Essa violência institucional realizada pela polícia não tem suas raízes na atualidade, mas é fruto de um processo histórico de controle e repressão sobre os comportamentos dos pobres, cujas bases se assentam na perspectiva de que a vida da classe dominada deve ser dirigida com o recurso à tortura e cujo caráter dessas práticas policiais é fundamentalmente discriminatório (WACQUANT, 2001a). Assim é que se verificará que a desigualdade social, de acordo com Wolff et al. (2007), faz parte da história de vida de uma parcela significativa da população carcerária brasileira. Se conjugada a questões que envolvem a desigualdade de gênero presente em prisões masculinas onde há travestis, esses dois fatores se complementam para delinear a seletividade inerente ao sistema penal no Brasil no caso das travestilidades e homossexualidades no cárcere.

Também é preciso recordar que no conjunto das relações sociais expressas no capitalismo contemporâneo, o clamor cada vez mais intenso por justiça e segurança a qualquer custo é a marca de um Estado comprometido com ações de cunho punitivo como resposta à violência. O caso latino-americano guarda uma relação ainda mais contraditória com os mecanismos punitivos dos sistemas penais, uma vez que a desigualdade social presente nessa região acirra os padrões repressivos dessas instituições, especialmente as policiais.

Os esforços por construir uma política de segurança pública comprometida com a defesa dos direitos humanos têm sido desde então bloqueados pelo populismo punitivo, pelas sucessivas crises econômicas, pelo endividamento público e pelas resistências corporativas de estruturas policiais corruptas e violentas (AZEVEDO, 2009, p. 99).

Para Baratta (2002), o processo de *seletividade penal* se dá por meio de mecanismos de criminalização que selecionam bens e comportamentos de determinadas classes inferiores consideradas lesivas com o propósito de proteger os interesses e imunizar os comportamentos das classes dominantes. Essa seleção penalizante, denominada *criminalização*, ocorre como uma forma de distribuição da vulnerabilidade “que hacen que algunas poblaciones estén más expuestas que otras a una violencia arbitraria” (BUTLER, 2006, p. 14). Seu objetivo é impor uma pena àquelas pessoas sujeitas à coação do poder punitivo da sociedade – sujeitas por determinantes de cunho social, econômico, político e cultural – tornando-as penalmente vulneráveis. Desse modo, afirma o autor, a criminalização desses sujeitos “cumpriria função de conservação e de reprodução social: a punição de determinados comportamentos e sujeitos contribuiria para manter a escala social vertical e serviria de cobertura ideológica<sup>41</sup> a comportamentos e sujeitos socialmente imunizados” (BARATTA, 2002, p. 15).

As sexualidades e gêneros considerados dissidentes, nesse sentido, seriam algumas das determinantes que certamente provocariam a seleção de certos sujeitos para o sistema penal, sobretudo quando aliados a vulnerabilidades já experimentadas antes do processo de encarceramento, como as que se produz em razão de classe social, raça/etnia, território, deficiência, etc. Além disso, as travestis latino-americanas, em especial as brasileiras, são profundamente sujeitadas a essa seleção por serem também amplamente consideradas sujeitos fora da norma – não só da norma heterossexual e cisgênera como também em razão de suas classes sociais e raças/etnias – e frequentemente seus comportamentos e modos de vida são considerados potencialmente criminais. Por não estarem, de um modo geral, inseridas no mercado formal de trabalho e, por conseguinte, terem que recorrer à prostituição (NAVAS, 2011), suas vidas se tornam ainda mais precárias e passíveis de extermínio já que seus corpos não são nem dóceis, nem são úteis à produção capitalista.

Esses aspectos das condições de vida das pessoas tornam esses corpos potencialmente visíveis ao sistema penal. Nas palavras de Michel Misse (2010), são fatores sociais que geram um acúmulo de desvantagens tão significativo que, se de um lado esses grupos precisam recorrer a estratégias que lhes garantam aquilo que não possuem, por outro lado gera também uma abundante incriminação preventiva encarregada de reprimir essas estratégias, produzindo

---

<sup>41</sup> Essa cobertura ideológica a que se refere o autor diz respeito ao sentido que é dado às prisões mas que é mascarado por uma função *a priori* outra; o fato das prisões serem seletivas no Brasil não é uma conclusão direta e presente nos noticiários, nos sistemas penais, na educação, etc – sobretudo quando essas instituições são governadas pela classe dominante; é uma conclusão que evidencia uma lente específica do real, no mínimo uma lente crítica dessa realidade. Assim, a ideia de ideologia aqui está intimamente relacionada àquilo que está oculto, que não se apresenta de pronto ao olho nu, e que embora possa parecer muito evidente, não o é para todas as populações, especialmente aquelas selecionadas para serem presas.

o que Misse chama de “sujeição criminal”. Na perspectiva de Carvalho (2012), os desejos e prazeres dissidentes, quando ingressam nos sistemas punitivos, experimentam padrões distintos e únicos de controle e repressão, na forma de criminalização e também patologização. Ao mesmo tempo segundo o autor, esses prazeres e desejos, considerados ilícitos porque fogem dos padrões da heteronormatividade, da heterossexualidade compulsória e do sistema binário de sexo/gênero, possuem potência para redefinir e resistir ao jugo do poder, da autoridade e da dominação impostos pelas instituições penais, mas para isso é necessário compreender analiticamente como se desenvolvem esses desejos considerados desviantes no contexto social que produz continuamente a criminalização dos modos de vida dessas pessoas.

Quando Butler (2012) elabora sua crítica ao sujeito do feminismo, ela recupera o debate pós-estruturalista francês ao afirmar que o sujeito é performaticamente generificado através do discurso, ou seja, as enunciações performativas que produzem o gênero das pessoas, como por exemplo, “é uma menina” ou “isto é coisa de homem”, são partes integrantes do discurso, pelo qual as pessoas se tornam homens e mulheres. A pessoa generificada, assim, não seria sujeito de seu gênero, mas assujeitada ao discurso que produz esse gênero no seu corpo de maneira reiterativa.

Erich Fromm (1983), por outro lado, lembra que o ser humano em Marx torna-se sujeito a partir das suas relações sociais; relações observáveis na matéria em movimento e que ao logo da história tem por influência as relações de produção travadas através da luta das classes antagônicas.

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições da sua produção. (MARX; ENGELS, 2001, p. 11).

O sujeito é, portanto, fruto de relações sociais que expressam, ao mesmo tempo, *condições* concretas de vida e *modos* pelo qual as pessoas levam suas vidas, quer dizer, relações que manifestam *experiências com o social*. Nessas relações, não é possível considerar apenas o lado de sujeição às estruturas de poder, mas também é preciso considerar sua agência, sua própria produção de subjetivação pelo qual se torna sujeito e que também assujeita o outro, uma vez que “o sujeito que emerge da experiência da subordinação [também deve ser] pensado como

sujeito que subordina ou que subjuga, que produz outros assujeitamentos e, portanto, também outros sujeitos” (MISSE, 2010, p. 16).

Assim, se é verdade que as pessoas são compreendidas no campo da inteligibilidade cultural de acordo com definições pré-fabricadas pelas estruturas desse sistema binário de sexo/gênero, é também correto dizer que em suas relações elas escapam ou reafirmam esses papéis. Na prisão, as travestis representam a sujeição do feminino por meio de práticas consideradas subalternas. Elas e os homossexuais tem papel importante na manutenção de um sistema binário que se fundamenta, entre outras coisas, na consideração de que o lugar do masculino é o do mando, e o do feminino, de ser mandado. Isso se torna mais concreto com a seguinte ilustração: certo dia, uma travesti comenta que gostaria de ser transferida para outro presídio, onde pudesse se relacionar com os outros presos. Ao ser questionada, ela explica que com o “fechamento dos acessos” (ou seja, quando os presos dos outros dois andares do pavilhão não podiam mais entrar e sair do espaço destinado às travestis<sup>42</sup>) ela e as outras travestis deixaram de poder servir de “mula<sup>43</sup>” para o tráfico de drogas, o que fez, ao mesmo tempo, com que perdessem privilégios e respeito dos homens. Nas palavras da própria, “antes eu era tratada a pão de ló, porque nenhum homem vai se submeter a carregar drogas dentro do corpo; mas agora eles não precisam mais de nós, então por isso ficam nos xingando, humilhando.” (TP10, Diário de campo). Isso significa que mais do que uma moeda de troca, o fato das travestis e gays serem mulas seria também o reconhecimento de que possuem importância, um papel, que certamente é ditado e não negociado em razão da sujeição do que representa o feminino na prisão. Representa, além disso, a introjeção de uma imagem desvalorizada, que prefere se sujeitar a certos ditames pela possibilidade de reconhecimento.

---

<sup>42</sup> Para entender melhor a arquitetura prisional: o PCPA é dividido em pavilhões nomeados por letras do alfabeto. O pavilhão “H”, historicamente o lugar onde são presos os homens que cometem crimes sexuais, crimes de violência contra a mulher e também onde são presos os reconhecidamente homossexuais e as travestis, é dividido em três andares, chamados de galerias ou até alas. A “Ala Terceira do H” – como é conhecida a galeria onde ficam as travestis, seus companheiros e homossexuais – é o último andar do pavilhão. Os outros dois de baixo são ocupados, atualmente, pelos chamados “criminosos sexuais”. Antes da criação de uma galeria específica, as travestis eram obrigadas a se relacionar com os homens em todos os espaços pois não tinham horário de acesso ao pátio e aos atendimentos diferenciados; depois da criação da ala, elas pararam de encontrar os homens no pátio e nos outros espaços, mas continuavam se relacionando com os homens do pavilhão H, por se tratar do mesmo prédio e porque os acessos entre as galerias do mesmo pavilhão quase sempre são abertos. O “fechamento dos acessos” significou, assim, a impossibilidade de encontrar até mesmo os presos do mesmo pavilhão H.

<sup>43</sup> A palavra “mula” no contexto prisional é usada para designar as pessoas que traficam drogas no interior da prisão. As travestis eram, assim, coagidas a traficarem drogas (normalmente as escondiam dentro do próprio corpo pelo ânus), assim como outros objetos como celulares. Caso fossem pegas em flagrante, elas deviam dizer que tais objetos eram delas sob a pena de serem posteriormente massacradas. Geralmente as travestis e os homossexuais são, nos presídios masculinos, alvos em potencial dessa atividade, uma vez que “não se importam” (certamente não gostariam, mas “não se importar” significa que não consideram isso uma afronta às suas sexualidades) de portarem no ânus as drogas

Também as travestis são as responsáveis por lidas consideradas por eles femininas; cuidam da limpeza geral da galeria e das roupas dos seus companheiros; são elas que precisam pensar em métodos de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs); e são as responsáveis pela organização do alimento. Os homens, de modo geral, são considerados “assistentes”, ajudando na cozinha e no recebimento das refeições e nos trabalhos artesanais que recebem da ONG para passarem o tempo realizando alguma atividade produtiva.

Tudo isso significa que no espaço da prisão as travestis representam identidades femininas assujeitadas, primeiro porque a ordem sexual que privilegia o masculino em detrimento do feminino apresenta essa dominação como algo natural, inevitável e necessário, fazendo com que a classe dominada aceite e internalize essa ordem (BORRILLO, 2010) e segundo porque suas identidades de gênero travestis são *historicamente subalternizadas*, quer dizer, não representam, para o senso-comum, uma identidade feminina “legítima”, “pura” – sem falar que são identidades que convivem nas/com experiências de pobreza e fragilidade de acesso a bens e serviços; possuem uma vida social, estética, emocional e moral ímpar, que ligam elas ao espaço do “marginal”, da “periferia”, do “gueto”.

Esses significados a respeito das identidades travestis faz também com que elas sejam capturadas pelo sistema penal por pelo menos três principais motivos, que de acordo com Loïc Wacquant (2008) são motivos que cumprem funções penais distintas: são encarceradas para cumprir com a *segurança social*, como uma política preventiva aos danos que possam causar; são encarceradas porque são *diferentes* e seus modos de vida e identidades de gênero são considerados indesejáveis; e são encarceradas porque são *classe dominada*, e nesse sentido o Estado penal cumpre com o propósito de reafirmar seu poder de autoridade<sup>44</sup>.

Existe uma ideia que perpassa pelo senso-comum que liga a identidade travesti àquilo que é perigoso, à “bandagem”. Pelo fato de, muitas delas, serem prostitutas, por serem das classes populares e terem “menos a perder”, por vivenciarem cotidianamente a violência (nas ruas, nas escolas, nas unidades de saúde, na comunidade em que vivem, na família), por não hesitarem em criar um caso, um “bafão<sup>45</sup>”, são recorrentemente presas ou levadas a cabo policial para preservar a segurança daqueles que tem medo de que elas façam algo ruim<sup>46</sup>.

<sup>44</sup> “Numa palavra, as classes ditas ‘subalternas’ de fato o são e carregam os estigmas da suspeita, da culpa e da incriminação permanentes. [...] impera uma ideologia [no Brasil] segundo a qual a miséria é causa da violência, as classes ditas ‘desfavorecidas’ sendo consideradas potencialmente violentas e criminosas”. (CHAUI, 1996, p. 57).

<sup>45</sup>Gíria muito utilizada pelas travestis como também por toda a comunidade LGBT; é o mesmo que escândalo, confusão.

<sup>46</sup> Um exercício interessante a se fazer é garimpar notícias de jornais e reportagens da Internet que apresentem travestis sendo presas com seus clientes, quando se prostituíam. Na maioria das vezes a reportagem é conduzida de forma a apresentar a travesti como culpada, ladra ou violenta, enquanto que o cliente, homem, heterossexual, é apresentado como vítima. Exemplos disso podem ser encontrados nos seguintes vídeos: “Homem para em

Eu quero começar dizendo que não existe essa história de travesti ladra. Isso é enganação, na maioria das vezes é tudo mentira do cliente, que combina uma coisa no início do programa e depois desiste de pagar. [...] Esses dias a [nome da travesti] foi sair com um cara. Foi fazer um oral de R\$ 20,00. O cara quis comer ela, ela disse que só se ele pagasse mais, ele pagou ela direitinho, mas em compensação quando ela cobrou mais ele pegou uma arma, botou na cara dela e comeu ela. Não pegou os R\$ 20,00 de volta, mas comeu e depois mandou ela embora. (TL02).

Também são identidades frequentemente confundidas com a pedofilia e os chamados “crimes sexuais”, e a prisão funciona para diferenciá-las das pessoas “de boa índole”, ao passo que seus corpos e práticas sociais são indesejados no social. Por fim, seus pertencimentos de classe, na maioria das vezes suas raças e etnias e suas práticas culturais populares são necessariamente alvo da autoridade policial, que exerce seu poder com o propósito de mantê-las como classe dominada e subalternizada. Assim, embora para Wacquant (2008) esses três motivos sejam utilizados a populações distintas (o autor cita os pedófilos, os imigrantes ilegais e os manifestantes de rua para exemplificar cada um dos casos), é possível verificar que, no caso das travestis, o processo de aprisionamento cumpre essas três funções de segurança, diferenciação e autoridade, o que evidencia ainda mais a seletividade das travestilidades brasileiras ao sistema penal.

Antes de prosseguir a análise das prisões trazendo mais profundamente o caso do Presídio Central e as narrativas das travestis que lá estão, resta uma reflexão breve a respeito do lugar das prisões na pesquisa e da pesquisa no espaço da prisão, evidenciando as contradições inerentes ao ato de pesquisar, de realizar uma pesquisa com travestis e as maneiras como os processos da prisão inundaram a própria pesquisa.

### **3.3 Ética na pesquisa: a prisão, as identidades e a validade social do estudo**

Desde o começo da coleta de dados propriamente dita e antes mesmo dela, na elaboração do projeto que seria encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, as reflexões em torno de pesquisar pessoas encarceradas já se faziam presentes como uma previsão dos desafios éticos de se fazer pesquisa nesse cenário. Em que medida os chamados “sujeitos da pesquisa” seriam mesmo sujeitos ou na verdade seriam assujeitados a concederem suas histórias de vida? Será que o pedido do pesquisador não se confundiria, para as travestis, como mais um instrumento de coação vindo da prisão, como uma obrigatoriedade, investindo

---

delegacia junto com travestis em Maringá”, <<http://www.youtube.com/watch?v=cxyVdCOFWw0>>; “Patrícia penosa – a travesti italiana”, <<http://www.youtube.com/watch?v=D7YJgTq4zA4>>; “Travestis são presos acusados de roubo em Teresina”, <<http://www.youtube.com/watch?v=dRUrs7DZ-Y8>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

sobre suas vontades de falar? Será que haveria forma de coletar suas narrativas sem a interferência da polícia, de outros presos, de escutas vigiantes? Como explicar para elas a intenção final da pesquisa, sua proposta não-interventiva, sem benefícios diretos e ao mesmo tempo transformadora, porque deseja desocultar processos de violência na perspectiva de que se criem políticas de afirmação dos direitos humanos?

A lembrança de Pelúcio (2006) dizendo sobre seu incômodo a respeito dos TCLE e da sua possibilidade arrogante de confundir e de parecer presunçoso também era motivo de muita preocupação. Afinal de contas, os TCLE deveriam funcionar como documento de esclarecimento e não de constrangimento, mas como lidar com a dissimetria social que lhes é inerente pela posição superior que ocupa o pesquisador em relação ao pesquisado? Como fazê-los compreensíveis e realmente deixar transpor a agência das pesquisadas em decidirem, ou não se iriam querer falar de suas vidas?

Não há dúvidas de que lidar com esses problemas (sim, eram problemas!) fazia parte da proposta científica, uma vez que não se queria, em absoluto, produzir mais violência em um terreno já tão violento. A primeira coisa a se fazer, então, foi redigir os termos da maneira mais compreensível possível, sem retirar o seu caráter “científico”, que é uma das exigências não-ditas dos muros universitários. No entanto, foi mister e definitivo a leitura destes termos com a maior clareza às entrevistadas, explicando o que significavam, que não teriam influência sobre o cumprimento da pena privativa de liberdade e que serviriam para a produção de um trabalho público posterior, que narraria a história das travestis na prisão.

É preciso dizer que a história oral de vida como recurso metodológico de coleta de dados também ajudou um pouco a resolver essa questão. Com o auxílio de gravador de som para guardar as narrativas orais, somente foi utilizado nesse trabalho aquilo que passou pela autorização das entrevistadas e entrevistados posteriormente. Aquilo que elas narraram e que no mesmo momento foi pedido sigilo, não será divulgado (um princípio ético da história oral). Também aquilo que não foi pedido sigilo mas que remete à possibilidades de conflitos e violências futuras igualmente ficou guardado nos áudios – que serão destruídos com o passar do tempo, conforme prevê o TCLE. Mas o importante é que suas histórias protegidas estão nesse trabalho eternizadas, e o esperado é que sirvam para desvendar uma história que até hoje não é contada no Brasil.

Essa história, aliás, também remetem à questionamentos éticos de se pesquisar sobre as travestilidades brasileiras. Essas na verdade foram reflexões que vieram com o tempo, sobretudo na medida em que o estudo se aproximou das referências do transfeminismo no Brasil (ALVES, [2012]; JESUS, 2012a, 2012b), mas que se conformaram como essenciais para se

pensar na validade social do texto, escrito por um pesquisador que não experimenta as mesmas questões de identidade de gênero, classe social e raça/etnia, tampouco experimenta os interditos penais. Com o surgimento do transfeminismo como corrente teórico-filosófica no interior da segunda onda do feminismo (entre as décadas de 1970 e 1990) (ALVES, [2012]), e sobretudo nos últimos anos com a emergência de novos estudos sobre transgeneridade realizados por pessoas trans – neste trabalho a análise recai especialmente sobre o caso brasileiro –, o aparecimento de problematizações a respeito das legitimidades identitárias dos sujeitos que pesquisam questões de transgeneridade colocam em questão os estudos científicos, sobretudo os antropológicos, que tratam sobre as experiências sociais de travestis e transexuais realizados por pesquisadores cisgêneros.

O problema encontrado em diversos desses estudos que tratam das vidas e histórias de pessoas trans no Brasil está no fato de muitos deles não proporem, em suas análises, a emancipação dos sujeitos que pretendem defender. Nesses casos, o que se evidenciam são análises descritivas e críticas dos modos de vida dessa população sem no entanto focalizar a crítica nas estruturas que mantêm essas pessoas continuamente em relações de opressão. Em outras palavras, são pesquisas que utilizam da história dessas pessoas como uma forma de torná-las exóticas, não se preocupando em transformar o real.

Assim, não é que os pesquisadores cisgêneros não possam produzir conhecimento sobre a realidade de vida da população trans, que isso seja desempoderador por si mesmo, ou que, com o aparecimento de ativistas e pesquisadores transgêneros no campo científico esse tema deva ser realizado apenas por estes a partir de então; a questão é pensar, utilizando os instrumentos que conferem legitimidade às narrativas cisgêneros (a partir desse lugar, reconhecendo-o), como contribuir para que as pessoas trans possam tomar esses espaços para falarem por si mesmas. É preciso se perguntar o que tem impedido as pessoas trans a narrarem suas histórias como pesquisadoras em vez de pesquisadas; é preciso se questionar se a emergência desses estudos na academia, realizados ou não por pessoas trans, tem produzido visibilidade sobre as demandas de travestis e transexuais no Brasil. E, se sim, sobre quais pessoas trans se refere essa visibilidade? Como a identidade do pesquisador participa do processo de fazer pesquisa?

Em *Gender Trouble*, Judith Butler (2012) explica como a categoria “mulheres” passou a se tornar, na história, o próprio sujeito do feminismo e da luta política feminista, retratando o que pensava uma grande hegemonia do movimento que, ao mesmo tempo, ancorava suas bandeiras de luta na igualdade e pela não opressão de gênero, presumindo porém que essas

opressões seriam vividas unicamente por “mulheres” (em sentido histórico e global), seja lá o que significasse ser mulher ou compartilhar desta identidade.

Mas é preciso reconhecer que o feminismo como o espaço histórico da luta política unicamente das mulheres – no qual a categoria “mulheres” diz respeito a corpos com úteros e vaginas – não pode ser a via de análise de uma sociedade que cada vez mais tem expressado as desigualdades de gênero nas vidas de diferentes sujeitos, já que outros corpos também se valem do movimento político, social e filosófico feminista para defenderem a ruptura com os padrões de opressão baseados no sistema binário de sexo/gênero. Isto porque os questionamentos no campo do gênero refletem questionamentos da própria sociedade, ou seja, empregar uma metodologia que estude a história do gênero gera um estudo também da história propriamente dita (SCOTT, 1995).

Mulheres e homens transexuais (sejam mais ou menos próximos do sistema binário de gênero), de diferentes formas, são sujeitos do feminismo ao enfrentarem os rituais de patologização dos seus gêneros e negarem o essencialismo e as noções de corpo/natureza biológico/a que disputam as diferentes áreas do saber (sobretudo os conhecimentos médicos e psiquiátricos) a respeito das suas identidades. Mulheres e homens homossexuais são sujeitos do feminismo quando fogem das expectativas da heterossexualidade compulsória (heteronormatividade) e do sexismo, e ainda mais sujeitos o são aquelas lésbicas que não se preocupam em reproduzir padrões estéticos e de comportamento tidos como femininos, e aqueles homens considerados afeminados “demais” (como se o corpo afeminado fosse repulsivo). Travestis são sujeitos do feminismo, seja por se considerarem femininas e resistirem aos discursos que as chamam de “mulher com pênis” ou “homem de saia”, seja porque suas identidades híbridas impõem uma desestabilização no sistema binário de sexo/gênero.

Todas essas noções devem levar os estudos sobre o tema a crer que não há um sujeito legítimo do feminismo, mas vários sujeitos legítimos a serem feministas por serem protegidos e defendidos por esta luta. De maneira similar acontece com o transfeminismo. Mas uma coisa é preciso ter em mente: as pessoas têm privilégios distintos no social, o que significa que algumas pessoas, embora sejam feministas e busquem nessa luta uma mudança na história, não se valem do feminismo como outras. O que remonta a pensar esses dilemas éticos em termos de *contexto*: um homem branco cisgênero e heterossexual sofre as mesmas opressões de gênero que uma mulher negra cisgênero e heterossexual, ou um homem transgênero heterossexual, ou uma mulher lésbica branca e cisgênera, ou uma mulher transgênera branca e lésbica? Evidentemente o primeiro sujeito, em todas essas comparações, é quem recebe o maior número

de privilégios na sociedade. E isso não é competição de marcadores sociais das diferenças ou de hierarquizar as opressões, mas é uma questão de reconhecimento de privilégios.

O próprio pensamento lógico já direciona o debate ético, então, a uma ideia: se as pessoas possuem privilégios e desprivilégios distintos, o texto que elas produzem sobre a história de uma população historicamente discriminada não será, igualmente, mais ou menos fortalecedor? Obviamente que sim. Qual o significado de uma travesti poder contar sua própria história em termos do que se considera “científico”, e qual o significado de um homem cisgênero poder narrar essa mesma história? E a luta pelo reconhecimento das narrativas desses sujeitos? Será que a travesti não enfrentará muito mais dificuldades para acessar o ensino superior, a pós-graduação e, por fim, a pesquisa, enquanto que o pesquisador cisgênero já é, pela sua própria condição de cisgênero, um “pleonasma” da condição científica segundo os redutos da ciência brasileira? Como o cissexismo funciona para privilegiar a palavra de alguns e autorizar necessariamente as pessoas cisgêneras para que estas possam falar de todas as coisas, inclusive das questões trans?

Pessoas trans\* são retratadas, através desses poderosos meios, cotidianamente por homens brancos cisgêneros abastados que detém esse poder de voz. Será que eles são capazes de terem empatia com essas pessoas? O quanto, assim como um documentarista de vida selvagem observa suas feras, essas criaturas urbanas são tratadas como verdadeiros animais exóticos? [...] Uma pessoa cis realmente pode ter empatia e perceber o quanto essas pessoas sofrem, e o quão é urgente a solução desses problemas na vida das pessoas trans\*? Conseguem perceber o que, a princípio, são melindres e sutilezas? Espero que sim, claro, mas infelizmente não é isso que vemos todos os dias (BAGAGLI, [2013]).

Impor essas reflexões não significa deslegitimar o texto de um ou de outro, desconsiderar sua importância – sobretudo quando o texto de uma pessoa cisgênero procura trazer à tona o que as pessoas transgêneros estão dizendo a respeito de suas próprias necessidades. Nem significa dizer que a elaboração crítica da pessoa que experimenta a discriminação é mais qualificada que a elaboração crítica de quem está de fora (é preciso lembrar do conceito de alienação em Marx e de que as narrativas, sozinhas, não podem compreender o real, é preciso também da *contraprova histórica*, dos dados da realidade, dos estudos secundários, da observação, da análise da estrutura, etc.). Até mesmo porque a história das transgeneridades no Brasil ainda é uma história de invisibilidade, de desencorajamento, de desaposta social, de leviandade. É por isso que todos devem ser parceiros dessa luta, *mas não devem, no entanto, protagonizar essa luta*. Parfraseando o que disse uma travesti ao se referir à representação da galeria – “quem comanda a galeria não pode ser um homem; se o homem gosta da travesti, ele tem que ser companheiro dela, mas ele não pode comandar, isso tem que ser das travestis” (TP06, Diário de campo) –, o mesmo é preciso dizer sobre a produção

científica das travestilidades: em suma, *a luta é para que, um dia, as travestis, todas elas, possam narrar cientificamente suas histórias.*

No caso do transfeminismo, além disso, é preciso recuperar outra obviedade: todas as pessoas cisgêneros, quer dizer, cujas identidades de gênero estão de acordo com aquilo que foi designado pela sociedade, são pessoas privilegiadas e não podem usar o transfeminismo como luta de proteção, porque não sofrem a violência transfóbica, não necessitam dessa proteção. Precisam ser aliados dessa corrente e valer-se dela como luta política e teórica. O que não significa, por outro lado, que em *certos contextos* as pessoas cisgêneros não experimentem *os reflexos* da transfobia (não é a mesma, mas sim pequena parte dela), como no caso dos maridos das travestis que são excluídos no momento que assumem relacionamento com elas, ou nos casos em que uma pessoa cisgênero é confundida socialmente com uma pessoa transgênero.

O que fica desses questionamentos é o desafio ético de continuar sim tematizando essas questões, na perspectiva de que o caminho para a consolidação das cidadanias trans ainda é longo. Mas é preciso, ao mesmo tempo, elevar as vozes dos sujeitos que experimentam as condições concretas de vida (isso vale para outros sujeitos, como os que vivem na pobreza, que sofrem com os padrões de normalidade e de deficiência, que são subjugados pelo racismo, pelos padrões estéticos do corpo belo e jovem, etc.), sem nunca usar suas histórias para falar no lugar deles, para protagonizar suas lutas. Além disso, não basta uma “confissão de privilégio” como um pedido de benção ou um pedido de desculpas (SMITH, [2013]); é preciso apoiar o desmantelamento das estruturas que mantêm os grupos dominados, é preciso ser mesmo um aliado.

### **3.4 Uma história sobre as travestis na prisão, algumas possíveis antíteses**

O PCPA, localizado no bairro Coronel Aparício Borges, na zona leste da cidade, é o maior presídio do Rio Grande do Sul e do Brasil e é considerado o segundo maior da América Latina (RUDNICKI, 2011). Inaugurado em 1959 com seis pavilhões, comporta atualmente 4.591 presos de acordo com a SUSEPE<sup>47</sup>, dos quais aproximadamente 1.646 são presos em regime fechado e 2.612 são presos provisórios, além dos que estão em regime aberto e semiaberto (INFOPEN, 2013), divididos hoje em dez pavilhões – embora sua capacidade real seja para abrigar o aproximado a 2.000 presos. Essa realidade reflete o contexto brasileiro que apresenta um número excessivo de presos em situação provisória, quer dizer, sem que estejam

---

<sup>47</sup> Dados atualizados em 9 de agosto de 2013. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=203&cod\\_conteudo=21](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=21)>. Acesso em: 14 dez. 2013.

definitivamente condenados pelo trânsito em julgado da sentença condenatória – esses, equivalem a 40% da população carcerária, que é aproximadamente de 500 mil presos, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>48</sup>.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário considerou o PCPA o pior presídio brasileiro e o descreveu como uma “verdadeira masmorra”, representativo do “déficit de civilidade com o sistema carcerário” (DUTRAS, 2008, p. 166). Contudo, o quadro aqui apresentado sobre o número de presos no PCPA somente comprova a lógica brasileira do encarceramento, que é a manifestação de um modo de funcionamento geral das prisões brasileiras e daquilo que as pessoas, pelo senso comum, consideram como necessário para o sentimento de segurança. Por outro lado, algumas pessoas são mais facilmente capturadas pelo cárcere do que outras, o que mostra a concretude da seletividade penal de negros/pardos e jovens<sup>49</sup>, conforme demonstra o gráfico elaborado pela Revista Exame<sup>50</sup> dos dados publicados pelo Ministério da Justiça, que revelam a presença de 60,8% de pessoas negras/pardas e de 55,5% de jovens entre 18 e 24 anos de idade (EXAME, 2013).

Figura 2 – Estatísticas de presos no Brasil considerando idade e raça



Fonte: Síntese elaborada a partir do quadro da Revista Exame (EXAME, 2013).

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-10-26/especialistas-advertem-para-numero-excessivo-de-presos-provisorios-no-pais>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

<sup>49</sup> Mais da metade dos presos no PCPA são acusados por tráfico de drogas (o número exato é de 2.188). O número de jovens adultos, com idade entre 18 e 29 chega a 2.403. (INFOPEN, 2013).

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/conheca-de-uma-tacada-so-meio-milhao-de-brasileiros-presos>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

Se por um lado o funcionamento geral das prisões brasileiras – reflexo de um contexto mais estrutural de desigualdade social que aprofunda as perversidades da prisão – influencia a experiência com o cárcere das travestis em Porto Alegre, por outro lado, há aspectos desse funcionamento que são particulares às travestis, seus modos de vida e o estigma que carregam por suas identidades de gênero.

[...] cadeia é totalmente diferente que a vida de vocês lá fora [...]. Porque hoje um levanta legal, amanhã já não levanta legal... um às vezes pega uma coisa do outro, só que na rua tu tem como pedir uma desculpa ou até devolver, aqui já não. Aqui tem regras, e tem leis aqui dentro que lá na rua são totalmente diferentes, tá me entendendo? E aqui dentro são mentes que, se na rua já não se adaptaram, aqui dentro... estão a mil. (TP01).

O caráter de seletividade das prisões brasileiras, por exemplo, ao agir sobre determinada raça/etnia e faixa etária, está agindo também de maneira central numa classe social específica, já que os negros e jovens presos no Brasil são também, em sua grande maioria, pobres. Essa análise é importante para compreender a experiência travesti na prisão já que todas as travestis contatadas no período da pesquisa, em absoluto, são oriundas de contextos de pobreza e miserabilidade. Pobreza, aqui, definida como

[...] uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social. (YAZBEK, 2012, p. 289).

Assim como a pobreza e a negritude e a pobreza e a juventude se articulam ganhando novos contornos e relevâncias em contextos específicos (PISCITELLI, 2012), também a identidade travesti produzida em um contexto de pobreza interage de um modo muito próprio na sociedade brasileira. É importante perguntar, considerando as categorias de interseccionalidades, como interagem na prisão as experiências de ser travesti, pobre, e algumas vezes negra, mas não de modo a criar eixos classificatórios de opressão ou opressões que incidem umas sobre as outras (dupla ou tripla opressões, por exemplo) e sim de dar visibilidade a um tipo novo de opressão, agravada e aprofundada por meio de diferentes dimensões (PISCITELLI, 2012).

[...] a categoria “interseccionalidades” [...] alude à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social. [...] Segundo Crenshaw, as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcado. Essa noção de interação entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. Por exemplo, a ideia de que uma mulher negra é duplamente oprimida (PISCITELLI, 2012, p. 199-202).

A categoria interseccionalidades ajuda a compreender as relações que se estabelecem entre as diferenças e entre oprimidos e opressores de acordo com padrões distintos. Um homem negro que subordina um homem negro e gay não está oprimindo somente a “parte homossexual” do outro; ao contrário, a opressão é contra o sujeito inteiro, como um todo. O mesmo vale para uma mulher branca que oprime uma mulher negra e também quando um homossexual de classe média se torna bastante violento no seu modo de se referir a um homossexual pobre. Ele não está sendo violento somente àquilo que se refere à classe do outro, mas a todo o comportamento cultural do outro que é produto da interação entre sexualidade e classe social. Assim, vai talvez chamá-lo, por exemplo, de “bicha suburbana”, desqualificando os valores culturais de uma comunidade homossexual que convive com e na pobreza.

Uma análise da questão prisional precisa ser realizada em termos interseccionais porque, embora alguns estudos da criminologia crítica chamem a atenção para o fato de que a pobreza é preferencialmente capturada pelo sistema prisional – sobretudo os sobrantes e os que não se inserem no processo produtivo (WOLFF; FERREIRA, 2011) – não se trata aqui de qualquer pobre, mas daqueles já estigmatizados em razão de suas *diferenças*. As sexualidades e gêneros considerados desviantes, nesse sentido, também se configuram como determinantes que certamente provocariam a seleção do sistema penal para as suas capturas. As práticas sociais que normatizam os gêneros e que conferem a ele performatividade<sup>51</sup> não refletem só nas mulheres em relação aos homens, como também inscrevem-se sobre as travestis, que são constituídas, em certa medida, por essas normas de gênero.

Assim, quando se fala, por exemplo, que as travestis na prisão são especialmente controladas e têm suas manifestações corporais docilizadas porque não lhes é permitido transformar e expressar o corpo da maneira como gostariam, não significa que esse controle seja o mesmo que se dá sobre todos os corpos presos, ou que seja o duplo controle que elas já sofrem fora da prisão, no social; na verdade, a captura das travestis pela prisão lhes confere padrões distintos de controle sobre os corpos, até então não experimentados.

---

<sup>51</sup> Butler (2012, p. 64) ensina que o gênero é tomado de performatividade na medida em que “é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva”. Entendemos performatividade, assim, como práticas e discursos que se reiteram e que, por essa repetição, constroem realidades passíveis da nossa compreensão.

#### 4. TRAVESTIS E PRISÃO: EXPERIÊNCIAS E SIGNIFICADOS SOCIAIS

Condição humana mais miserável não existe, não dá pra imaginar. Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos. (LEVI, 1988, p. 25).

A intenção desse capítulo é apresentar, mais objetivamente que os textos anteriores, os dados da pesquisa realizada no PCPA no período de novembro de 2012 a dezembro de 2013. Aqui não só serão retratadas com mais força as narrativas da vida das travestis encarceradas como também o método de análise e interpretação dos dados é mais profundamente evidenciado, já que o método de análise textual discursiva de Moraes e Galiazzi (2006) permitiu encontrar nas histórias transcritas diferentes metatextos que revelam as experiências desses sujeitos com a prisão.

A análise textual discursiva pressupõe três principais momentos: o primeiro deles, a *unitarização* do texto, foi um exercício de leitura atenta das entrevistas transcritas de modo que fosse possível criar unidades constituintes de significado referentes aos fenômenos relevados. Essas unidades, na forma de “títulos”, foram sendo numeradas na intenção de identificar o texto de onde provinham e para criar uma ordem numérica. Assim, por exemplo, o primeiro texto, fruto de uma entrevista individual com uma técnica penitenciária, foi nomeado pelo algarismo 01 e os extratos que viravam unidades de significado foram numerados do 01 ao 31 (por exemplo, a unidade de significado “1.1 Concepções dos profissionais sobre identidade de gênero e orientação sexual” foi retirada do primeiro texto e foi a primeira a ser identificada, seguida pela unidade “1.2. Estereótipos de gênero pelos profissionais em relação às travestis”, e assim sucessivamente). O segundo passo foi agrupar essas unidades de acordo com categorias – o movimento de *categorização*, portanto – de modo que essas unidades foram congregadas de acordo com os temas aos quais elas se relacionaram, resultando em sistemas de categorias. Para este mesmo exemplo, foram encontradas 21 categorias iniciais, 12 categorias intermediárias (decorrentes de um novo agrupamento, e assim sucessivamente) e seis categorias finais (que se relacionam aos temas dos subtítulos desse capítulo). A saber, e apenas a título de ilustração, é possível ver esse trabalho de categorização materializado na tabela abaixo:

Tabela 4 – Exemplo de categorização do texto

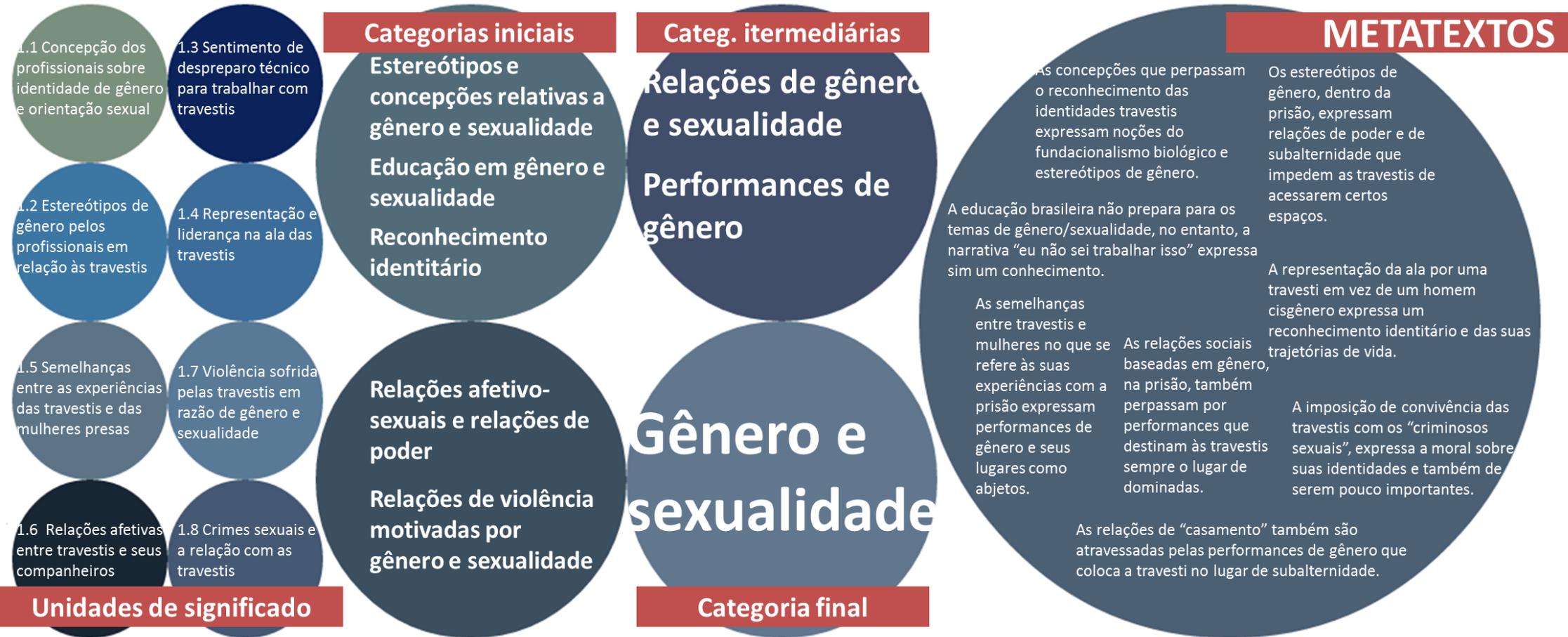
CATEGORIAS		
INICIAIS	INTERMEDIÁRIAS	FINAIS
Estereótipos relativos a gênero/sexualidade	Relações de gênero e sexualidade	Gênero e sexualidade
Educação em gênero/sexualidade		
Reconhecimento identitário		
Relações afetivo-sexuais e relações de poder	Performances de gênero	
Relações de violência por gênero/sexualidade		
Segregação sob o discurso da proteção/segurança	Medidas de segurança	Prisões e violência
Interseções que aprofundam violências	Violências e práticas institucionais	
Violências e relações de poder na prisão		
Contradições da segurança e exclusão	Contradições da segurança	Geração de renda, trabalho e educação
Inclusão produtiva	Inclusão produtiva precária e trabalho	
Prostituição e expectativas de trabalho		
Precarização no mundo do trabalho	Trabalho precário	
Diretrizes profissionais do trabalho técnico		Saúde e adoecimento
Estigma, prevenção e autoestima	Cuidado de si	
Requisições de saúde dos presos	Acesso à saúde	
Produção do corpo travesti e impactos na saúde		Família
Família e redes de cuidado	Família e redes de cuidado	
Reconhecimento e respeito às identidades	Lutas por cidadania	Movimento social
Termo técnico de trabalho da ONG	Movimentos sociais, lutas sociais e relações de poder	
Contradições da ingerência do movimento social		
Organização interna/externa das travestis		

Fonte: Dados sistematizados com base no quadro da análise textual discursiva (FERREIRA, 2014).

O último momento, a elaboração de *metatextos emergentes*, é um trabalho de compreensão renovada do todo. A ideia é que se consiga operar “significados construídos a partir de um conjunto de textos” que na opinião de Moraes e Galiuzzi (2006, p. 13) são resultado dos materiais brutos que “constituem significantes a que o analista precisa atribuir sentidos e significados”. O resultado são teses provisórias que, ao serem analisadas a partir da totalidade, geram uma tese central a respeito do fenômeno estudado.

O capítulo, assim, é dividido em quatro subtítulos, de modo que o segundo deles apresenta os metatextos (ou teses provisórias) gerados pela análise e divididos por temas. No total são seis temas que expressam as experiências das travestis com o movimento social de Porto Alegre, com a polícia, técnicos penitenciários e outros presos, com os seus maridos, com suas famílias, com a ideia de estarem presas em uma prisão masculina, com o trabalho e a formação educacional e profissionalizante no cárcere, e com os processos de saúde e de adoecimento. Certamente outras experiências já foram analisadas no decorrer da dissertação até este momento, mas aqui elas tomam a forma dada especialmente pelo tratamento dos dados segundo a análise textual discursiva, como já dito. A seguir, é possível vislumbrar como se chega aos *metatextos*, partindo do exemplo de um dos textos transcritos cujo recorte é representativo da categoria final “gênero/sexualidade”:

Figura 3 – Quadro exemplificativo da análise textual discursiva empregada na dissertação, segundo o recorte “gênero/sexualidade”



Fonte: Dados sistematizados com base no quadro da análise textual discursiva (FERREIRA, 2014).

As análises também foram orientadas densamente por isto que o trabalho chamou de “perspectiva *queer* marxista”, tendo como pressuposto que a teoria também perpassa o momento de coleta e tratamento dos dados, quer dizer, está presente também enquanto metodologia *queer* marxista. Essa compreensão é fundamental, pois os pressupostos teóricos dessa perspectiva entendem que as identidades são sempre múltiplas e que dependem de determinações de classe social, raça/etnia, gênero, orientação sexual, nacionalidade, ciclo vital, etc.

Além disso, pela compreensão de que as relações na prisão são mediadas por processos de dominação, de assujeitamento e de repressão do corpo, as análises devem olhar para aquilo que é dito e também para o que fica escondido, o que é omitido, o que fica retido nas falhas da memória, entendendo que o que se vê ou escuta não é ainda a essência, mas sim a aparência (KOSÍK, 1976). As narrativas são expressões de conflitos e de negociações, de acordos que se faz entre o pesquisador e o pesquisado, entre o que pode ser dito e o que não se torna evidente, e o analista precisa ter consciência de que esses processos são encorpados por essas questões para que as análises não sejam parciais ou equivocadas.

Ainda na perspectiva *queer* marxista, metanarrativas como cissexismo, heteronormatividade, classismo e racismo precisam sim ser visibilizadas, mas entendendo que suas materializações são contextuais, dependem da geografia, de instituições, de práticas sociais, de discursos, de marcadores da diferença, etc. Por fim, é preciso ter em mente que os resultados das análises são sempre provisórios e que expressam uma contínua superação de uma tese que diante de uma antítese se torna uma síntese – o movimento da dialética expresso na ideia de superação para construir de novo da teoria *queer*.

#### **4.1 Contextualizando o cenário**

Historicamente as travestis sofrem um sem número de violências na prisão, que ao mesmo tempo representam um modo de funcionamento geral das prisões e que chegam às travestis sob formas peculiares, agravadas em razão de suas identidades de gênero. Essa violência levou à criação de uma ala especial no PCPA em abril de 2012 – a ala das travestis, como é conhecido o terceiro pavimento da galeria H –, que recebe travestis reclusas, seus companheiros e homens homossexuais que tem conhecimento da ala e pedem sua transferência. “De início, alocou-se 36 pessoas no espaço. A primeira iniciativa do tipo aconteceu em Minas Gerais em 2009. O que no começo era visto com curiosidade no meio prisional, hoje é

reproduzido por outra casa de detenção, em Osório, no Rio Grande do Sul” (GALLI, 2013, p. 8).

Antes da criação da ala, as travestis eram encaminhadas para a galeria dos chamados “criminosos sexuais”. Ainda que os crimes cometidos não fossem de ordem sexual (vale dizer que grande parte das travestis entrevistadas foram presas acusadas de tráfico de drogas), as travestis eram mantidas nessa galeria sob o discurso da proteção, já que em outros espaços elas poderiam ser usadas como moeda de troca, ser obrigadas a manter práticas sexuais com outros presos, tinham seus cabelos cortados e suas roupas femininas retiradas e em certas ocasiões eram usadas ainda como mulas.

Crimes sexuais. Então eles ficavam na mesma galeria. E começaram em atendimentos sociais e psicológicos a trazer muito a questão de sofrimento mesmo né, de discriminação, de violência. Porque o que acontecia: por serem homossexuais, por serem travestis, eles tinham muito às vezes que se submeter às pessoas que comandavam essa galeria pra conseguir se manter nesse espaço, se submetiam pra poder sobreviver ali dentro, até à prostituição, inclusive. Então [...] eles tinham que carregar celulares, tinham que carregar drogas né, então eles eram as mulas né, serviam justamente disso, tinham que ter relações sexuais com vários parceiros escolhidos pelos plantões das galerias [...]. (GT02).

Não obstante a ideia de maior proteção imperar, a experiência das travestis nas galerias dos crimes sexuais não era muito diferente disso, o que leva a outra explicação mais palatável para explicar esse regramento: o desejo de aglomeração, em um só espaço, de todos os “tipos” indesejáveis dentro dos já segregados.

Loïc Wacquant (2001b) é atento para o fato de que os chamados “delinquentes sexuais” são alvos privilegiados do sistema penal criminal. Ele afirma que os presos por casos de “costumes” – como o autor chama – são considerados “desviantes incuráveis que representam um perigo criminal *ad aeternum*, qualquer que seja o seu status judicial, sua trajetória de reinserção e seu comportamento pós-penal.” (WACQUANT, 2001b, p. 114). Por esse motivo, parece muito mais lógico que as travestis – categoria êmica mistificada nesse caso para se referir a um tipo de corpo desviante, transgressor e, acima de tudo, infrator das normas de gênero – sejam agregadas a uma ala de crimes sexuais por serem no fundo consideradas parte fundante do que é compreendido socialmente como desvio sexual. Sobretudo porque são relacionadas ao mesmo padrão de “marginalidade” e “delinquência” que operaria, de acordo com o sistema penal, em quem comete um estupro infantil ou atentado sexual.

Para ilustrar essa reflexão, nos Estados Unidos os *sex offender registry* ainda podem ser encontrados em diversos sites da Internet através de uma busca simples, com nomes, fotos e até endereços dos condenados por crimes sexuais. No site do Federal Bureau of Investigation (FBI) é possível pesquisar informações sobre os condenados por crimes sexuais de posse de um

sobrenome, código-postal, cidade ou Estado<sup>52</sup>. Preenchida alguma dessas informações, uma relação de nomes com fotos aparece, contendo desde o endereço atual da pessoa condenada até o crime cometido e data do registro do crime. O mesmo acontece no site do National Sex Offender Public Registry (NSOPW)<sup>53</sup>, neste caso de posse do nome e sobrenome da pessoa a ser pesquisada.

De acordo com Wacquant (2001), os crimes por costumes, à época em que escreveu sua obra, vão desde estupro e incesto até a prática de sodomia, que é a inserção anal do ato sexual independente de coerção ou consentimento. E a Lei da Sodomia, que incluía, dentre outras práticas, o sexo anal e oral, só foi derrubada nos Estados Unidos em 2003 – vale lembrar que atualmente mais de 70 países ainda criminalizam as relações sexuais homossexuais, como mostra os dados da ILGA (2013).

Mediar essas questões com a experiência das travestis no PCPA ajuda a compreender o que se passa no imaginário social dos operadores do sistema penal ao incluí-las no rol dos chamados crimes sexuais, comparando-as com estes, de certa forma, pelo potencial que carregam de transgredir as normas sexuais. São tratadas sob a égide de um moralismo penal que naturaliza a violência de ordem sexual como se os sujeitos que fogem da norma heterossexual e do gênero/sexo binários estivessem aptos, acostumados ou merecidamente destinados a lidar com esse tipo de violência.

A história mostra que a moral sexual muda na medida em que mudam os conceitos éticos com relação às condutas que são e que não são desejadas. Se, por exemplo, em um dado momento histórico as relações entre adultos e adolescentes eram amplamente aceitas – na Grécia Antiga as relações sexuais entre homens mais velhos e homens jovens/adolescentes eram consideradas instrumentos de educação sexual (ULLMANN, 2007) – atualmente essas relações não são mais aceitas em diversas sociedades ocidentais. O contrário aconteceu com a homossexualidade, já que a tendência dos últimos anos é que cada vez mais ela deixe de ser considerada crime.

A questão é que essa mesma moral sexual, que na contemporaneidade reprime determinadas condutas a ponto de considera-las criminosas, também está presente nas histórias de vida das travestis, tanto que ao serem capturadas pelo direito penal – *a ultima ratio* e, mesmo assim, um recurso tão conhecido para elas – são imediatamente rotuladas sob a ordem do perverso. Daí que quando os técnicos penitenciários são perguntados sobre o motivo de vincular “criminosos sexuais” e travestis e eles respondem que é simplesmente porque são dois grupos

---

<sup>52</sup> Disponível em: <<http://www.fbi.gov/scams-safety/registry>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

<sup>53</sup> Disponível em: <<http://www.nsopw.gov/>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

que as outras galerias jamais aceitariam, a ideia do abjeto emerge e se torna evidente. Ao ser questionada se as travestis cometiam crimes sexuais, uma das técnicas responde:

Não, não, era uma questão de segurança. Como elas não podiam, porque elas não podem circular normalmente sozinhas por ali porque poderia existir violência, os caras pegam no pé, falam bobagem. E os que cometem crimes sexuais também não podem circular. Juntavam os excluídos e ficavam numa galeria né. Mas o chefe da galeria, o plantão da galeria, não era nunca uma travesti, sempre foi naquela época um homem, um autor de crimes sexuais. Nessa galeria também ficavam outros presos que não podiam ficar em nenhuma outra galeria por questões de segurança, mesmo não tendo cometido crime sexual, mas que estão sofrendo muitas ameaças e vão ter que ficar muito tempo aqui dentro. (GT01).

O conceito de abjeção já mensurado e presente na obra de Judith Butler (2012) ajuda a compreender a relação travada entre as travestis e os operadores do sistema penal, e a vida dos homens que cometeram crimes sexuais certamente é uma dessas vidas consideradas pela autora como “sem importância”, já que cometeram, dentre todos os crimes, os considerados mais abomináveis: o lixo mais repugnante de todo o lixo que se joga fora, em alusão ao que é feito às pessoas presas<sup>54</sup>. Enquanto que o corpo travesti, por outro lado, historicamente é considerado parte das sexualidades periféricas em relação à uma sexualidade de referência, escapando portanto “à inteligibilidade normativa de todo um sistema de controle social, preventivo e repressivo, efetivado por diferentes instituições sociais”. (WOLFF et al., 2007, p. 18).

## 4.2 Sobre direitos negados e necessidades não respondidas

### 4.2.1 “Um país que é teu em que tu é oprimida<sup>55</sup>”: movimento social e protagonismo

Logo que a ala específica para travestis foi criada, muito se falou (e ainda se fala) sobre quem teria sido o responsável por tal feito, quem seria o herói protagonista que teria feito emergir um oásis multicolorido no meio do cinza do Presídio Central. Antes de elucidar essa questão, é preciso primeiro reassumir o pressuposto de que a realidade é contraditória e que se a criação de uma ala específica trouxe benefícios óbvios, também não é completamente uma

<sup>54</sup> “[...] pra crime sexual ficar em outra galeria só se estiver muito velada essa questão e os demais não souberem do tipo de crime que ele cometeu – e isso é quase impossível”. (GT02).

<sup>55</sup> Manifestação de uma travesti a respeito do que significava, para ela, o poder delegado à travesti prefeita da galeria: “sabe quando tu está num país que é pra ser teu, mas onde tu é oprimida? É assim que eu me sinto aqui. Por isso eu prefiro ir pra um país que não é meu, mas onde as pessoas são livres” (TP10, Diário de campo). A alusão feita por ela diz respeito ao controle exercido pela representante das travestis na galeria, incidindo sobre, segundo a entrevistada, a própria vida pessoal de todas as travestis. Nesse cenário, ela prefere ser transferida para um presídio que não possua galeria especial para travestis (por isso a ideia do “lugar que não é seu”), mas que também não possui representante e, conseqüentemente, vigia sobre seus comportamentos. “Um país livre”.

realidade paralela ou apartada da realidade de todos os presídios brasileiros. Longe de ser um “País das Maravilhas” no sentido estético, está muito mais para uma fábula, representada por Alices sonhadoras e ingênuas que acreditam apenas no belo e no bom. A criação de uma ala específica para travestis também representa uma mão invisível, que olhou o Presídio de cima, remexeu o seu interior e separou todos os corpos não desviantes, deixando restar ali as travestis, os homossexuais e os homens que assumidamente praticam sexo com elas. Esses corpos, deixados no meio de um descampado, da mesma forma que são protegidos da violência cotidiana que sofriam dos outros presos e dos próprios policiais, são agora potencialmente observados pelo Estado e seus mecanismos de repressão – da mesma maneira que a população negra é particularmente vigiada por parte da polícia e recebe penas mais pesadas que os brancos ao adentrarem o sistema prisional, sendo exposta “às condições de detenção mais duras e [sofrendo] as violências mais graves” (WACQUANT, 2001a, p. 10).

Quando se diz que a realidade prisional é contraditória e que as travestis, ainda que beneficiadas por um espaço específico que as possibilita expressar mais “livremente” suas identidades de gênero, experimentam padrões novos, distintos e mais eficazes de controle e repressão (já que são mais potencialmente vigiadas que antes), não se está dizendo que uma ala só para elas não deveria existir ou que o trabalho do movimento social é inócuo. Ao contrário, a importância desses espaços como ferramentas que contribuem para a cidadania e afirmação dos direitos humanos precisa ser reconhecida. O que se está dizendo na verdade é que esses novos dispositivos de controle e repressão são próprios da existência das prisões, porque todos os sistemas penais, como bem lembra Zaffaroni (1999), exercitam o poder na forma de controle e repressão e encontrarão novas formas de fazê-lo, ainda que para isso seja necessário capturar os espaços do seu interior que se pretendem “não violentos”. Isso porque a violência é um padrão inerente às prisões, especialmente e sobretudo na América Latina, por isso, mesmo que atenuada, ela é perversamente rerepresentada e pode se manifestar inclusive nos agentes que buscam uma mudança.

É essa ideia de que a criação da ala nas condições existentes só trouxe o bem e o bom que faz com que muitos sujeitos disputem pela propriedade do feito. Alguns delegam a ação à gestão do PCPA, outros acreditam que foi a força do movimento social, algumas travestis falam em primeira pessoa e se intitulam as responsáveis pela ideia, e até o Governo Estadual, através de um Programa criado em 2012, se credita os louros pela iniciativa<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> “Ações do Programa RS Sem Homofobia em 2012: [...] Criação de ala específica para população gay e travesti no Presídio Central [...]”. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/noticias/1/107886/SJDH-reforca-aco-es-contraintolerancia-sexual-na-Parada-Livre/5/258//>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

[...] acho que existia essa demanda por parte delas e, não sei bem, mas parece que já existia isso também em outro Estado né. E aí, não sei se foi uma determinação da SUSEPE, eu não sei te explicar exatamente como foi porque eu não estava no início, assim, quando isso começou. Mas existia uma demanda da parte delas, isso eu sabia, de elas poderem aproveitar esse espaço, enfim, em função da violência de toda ordem que elas sofriam, que pudesse haver um espaço que realmente elas pudessem né, se utilizar dessa questão de gênero de uma outra forma. (GT01).

Mas a história que parece ser mais coerente e, portanto, defendida aqui, é a de que a ala é representativa, em um só tempo, de conquista e concessão, fruto de todos esses movimentos juntos: das reivindicações do conjunto de travestis presas no PCPA, que independente de ter uma porta-voz, comungou de intensas e diferentes violações de direitos humanos; do movimento social organizado, que representou os interesses dessas pessoas “do lado de fora”; e do Estado, que em certo tempo histórico particular e de acordo com determinadas pressões sociais possibilitou que o fato se concretizasse. É, portanto, o resultado de um tensionamento gerado pelos sujeitos que experimentaram diferentes violações de direitos, unidos ao movimento social e que, juntos à direção da casa prisional, criaram as condições necessárias para a inauguração da ala específica.

O trabalho da ONG Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul no PCPA começou no dia 13 de setembro de 2011, a partir de uma solicitação da direção do Presídio que, claramente, surge diante das evidentes discriminações sofridas por essa população e das reivindicações das próprias travestis durante os atendimentos sociais e psicológicos. Desde então a ONG realiza um trabalho sistemático de visitas às travestis e a seus companheiros que cumprem pena naquele estabelecimento prisional, encontros esses que no início eram mensais e dois anos depois já se tornaram quinzenais. A ala para travestis e seus companheiros foi oficialmente inaugurada em 23 de abril de 2012, não como ação prevista por programa governamental, mas como resultado da luta histórica das travestis, organizadas fora e dentro do PCPA.

Se a organização do movimento social possibilitou uma maior proteção às travestis presas, significou, além disso, o fortalecimento das travestis para que resolvessem entre si as questões que lhe afetam e que precisam de mudanças. Por outro lado, esse poder na prisão é sempre negociado, por leis próprias que dizem respeito geralmente àqueles que possuem mais força física, ou mais força no tráfico, etc. No caso das travestis, esse poder foi “oferecido” pela ONG, uma vez que a representação da galeria é daquela capaz de absorver melhor e mais facilmente o discurso oficial do movimento social de como deve ser o comportamento das travestis na prisão: não poder agredir as outras, não poder ser usuária de drogas, pensar nas

questões coletivas, vestir (literalmente) a camiseta do projeto, dar retorno sobre os materiais de artesanato oferecidos, vestir-se bem diante das reportagens, etc.

Esses e outros princípios são pressupostos para uma boa convivência entre as travestis, segundo o que acredita a ONG que oferece as oficinas. A representante das travestis dentro da prisão, assim, sempre foi no decorrer da pesquisa aquela que se adaptou melhor a esse discurso, especialmente quando diante da ONG, tendo em vista o poder que recebeu e que não diz respeito somente à quem terá sua voz ampliada, como também diz respeito à pessoa que tem mais desejos atendidos – até mesmo o poder de decidir sobre quem fica e quem sai da galeria.

Quando indagada a respeito da saída de muitas travestis em um determinado período da coleta de dados da pesquisa, a técnica penitenciária afirma que essas saídas se deram em decorrência de brigas. Mas quando questionada se o pedido havia partido das travestis que lá se mantiveram ou da ONG que acompanha essa população, a resposta da técnica é negativa.

Não, a ONG não, a ONG não se envolve nisso. Nessas questões de segurança... Provavelmente... não sei, a plantão, né, que comanda a galeria estava tendo problema ali, provavelmente tenha falado com a Direção do Presídio e o Presídio tenha resolvido que se não tem outra escolha, se vão se matar lá dentro, vamos mandar pra outros Presídios que elas ficam... ai elas foram pra Charqueadas eu acho. (GT01).

Na narrativa acima a técnica entrevistada afirma que a saída e entrada das pessoas presas – no caso, das travestis – é uma resolução da gerência do presídio, que pode ser ou não reflexo de um pedido das próprias travestis. No entanto, o que se pode verificar na observação participante é que algumas vezes a permanência das travestis na galeria foi tratada como consequência de “bom comportamento” – um comportamento ditado pela ONG e simulado pela representante como próprio símbolo do que era esperado. A entrevista com uma travesti corrobora com essa análise:

Foi aí que a gente conquistou o espaço, pelas agressões, pelo que a gente sofria. E as outras que não queriam, que queriam, mas estavam com medo, como elas iam prejudicar a gente mais além, porque a gente tinha ganhado o espaço, a gente acabou viajando elas<sup>57</sup> pra outros espaços, pra outro lugar. [...] elas não se adaptaram com o nosso ritmo, entendeu? Tipo, nosso ritmo ali não ia ter mais briga, não ia ter mais tapa na cara, entendeu? Uma ia ajudar a outra. [...] Aí elas arrumavam sempre um jeitinho de brigar, provocar, entendeu? Aí a gente vai na polícia e diz: "ó, essa aqui não se adaptou, e a gente, né, se puder fazer uma permuta, trocar", vem uma outra que queira vir pra cá pra cima e ela vai pra outra galeria. Todas [as prisões] tem espaço para as travestis, mas não é o mesmo espaço que a gente conquistou, entendeu? Aqui no Central é o espaço da Terceira do H, é das travestis, travestis e companheiros, entendeu? Então tudo quanto é tipo de homossexual que cair no Central é pra Terceira do H que sobe. [...] Nos outros presídios é tudo misturado. E lá elas continuam

<sup>57</sup> “Viajar” significa ser transferido ou pedir transferência para outro presídio. Certa vez uma das travestis, que já estava sendo identificada pelo grupo como alguém que não cooperava com o coletivo, disse em voz alta e com raiva, ao ser questionada sobre as roupas que tinha recebido de doação da ONG: “eu fumei tuas roupas!”. Naquele mesmo dia o seu pedido de “viagem” havia sido solicitado. (Diário de campo).

sofrendo. Nesses outros presídios elas continuam sofrendo. Porque elas quiseram, né? Porque se elas quisessem elas ficariam aqui com nós. Se elas fossem se adaptar, fossem ajudar pra melhorar o espaço aqui pra gente... Quanto benefício a gente não iria ter se todas fossem unidas? (TP06).

Não é possível analisar essa fala sem levar em consideração a contradição sempre presente nas prisões brasileiras. Como já dito, as prisões não podem ser espaços de produção da cidadania enquanto forem instituições que só funcionam porque existe violência; é preciso entender que todos os espaços que se dizem, na prisão, pró-cidadania, convivem com a contradição de redução das violências, e não obliteração delas – é certo dizer, ademais, que o próprio funcionamento da prisão captura esses espaços para servirem à instituição com mecanismo de controle. Quando a travesti diz que queria que todas fossem unidas, esse realmente parece ser um desejo genuíno e que demonstra preocupação com o bem comum, com um espaço que foi conquistado não sem muita luta, com suas companheiras e companheiros de cela. Entretanto, o ditame de que há um modelo a ser seguido e que é punida com a exclusão aquela que não o segue nada mais é do que a mesma lógica repressora e controladora utilizada pelas prisões para domesticação dos corpos considerados desviantes. Aqui também as travestis estão sendo consideradas desviantes pelos seus pares, e em vez de educação em direitos humanos, o que se vê é o castigo corporal indireto, na medida em que as “viajadas” são colocadas em celas misturadas de outras prisões.

Assim, o discurso imperante de que a criação da ala e a entrada do movimento social só trouxe elementos positivos à permanência das travestis na prisão é na verdade uma grande falácia, que mascara as contradições, por mais bem intencionado que esse enunciado esteja – no caso, desejando mostrar um trabalho bom para ser mantido. Só que, como disse uma travesti, “na frente dela [a representante da ONG], a harmonia estava ali, mas numa máscara. Nas costas dela era desunião, entendeu” (TP06), o que significa pensar que enquanto as contradições forem negadas, escondidas, mascaradas, tanto maior será o tempo de manutenção de novas violências reiterativas da repressão penal.

#### 4.2.2 “Bonequinhas do Paraguai<sup>58</sup>”: polícia, técnicos e outros presos

No debate produzido pela criminologia crítica sobre as prisões, há uma tendência idealista em defender as suas abolições como solução para os processos de barbárie e de

---

<sup>58</sup> Referência às travestis feita por um agente da Brigada Militar em conversa com outro agente, observada pelo pesquisador. É evidente que nesta fala está incluída a ideia de que as travestis são falsas mulheres, de que seus gêneros não são legítimos.

reversão do processo civilizatório, ou *descivilização*, que acarretam as prisões – especialmente no contexto latino-americano e brasileiro. Guindani (2001) por outro lado, contrapõe essa visão ainda ideal à realidade concreta dos sujeitos capturados pelo sistema penitenciário, que permanecem experimentando desse contexto novas e diferentes formas de eliminação social.

O PCPA não é diferente de nenhum outro presídio brasileiro quando diz respeito ao tratamento oferecido aos presos que lá estão. Como todas as prisões, ele funciona como instrumento de controle tanto dos aspectos concretos e materiais da vida vivida lá dentro (privação de liberdade, racionalização da comida e das práticas sexuais, domínio dos comportamentos, etc.) como também dos aspectos simbólicos, daquilo que a prisão *diz* através de sua linguagem própria. De acordo com Guindani (2001, p. 101), “as práticas, os discursos, as instituições do sistema penal jogam uma relação ativa no processo gerador no qual significados, valores e, em última análise, cultura, são produzidos e reproduzidos na sociedade”. Esses significados que expressam relações de poder podem ser identificados, por exemplo, quando as travestis são convidadas a assistir uma peça de teatro que seria apresentada no auditório do PCPA e, automaticamente, não sentam na primeira fila – embora esta estivesse desocupada. Mas também são claramente observáveis nas relações que se estabelecem com o movimento social e com os que representam o sistema penal porque trabalham nele:

Aqui é assim: cada um ganhou um pedaço de sabonete, mas os dois ali ganharam um pedaço pra dividir entre os dois. Tá vendo como são as coisas? A prisão é o pior lugar do mundo. (CT01).

Olha como eles se referem à gente aqui: “o preso”. (TP06).

As duas frases acima são extratos do diário de campo que acompanhou a pesquisa durante as observações participantes dos grupos organizados pelo movimento social. A primeira sentença se refere a um tipo de organização hierárquica bastante praticada nesses grupos. No final de cada encontro, a ONG participante distribuía materiais de higiene pessoal como sabonetes e pasta de dente e também roupas e materiais de artesanato para os presentes nos grupos. Entre travestis, homossexuais e os homens que mantinham relacionamentos com as travestis, as primeiras eram tratadas como prioridade, seguidas pelos homossexuais e por último esses homens. Na ocasião, todos, em círculo, estavam recebendo sabonetes, entretanto, enquanto as travestis ganharam um sabonete inteiro, os homens (homossexuais e não homossexuais) receberam apenas a metade, porque do contrário não teria para todos. O último homem a receber, por ser o último no círculo formado ali mesmo, recebeu a metade para dividir com sua companheira que não participava do grupo naquele dia.

A segunda sentença manifesta a insatisfação de uma das travestis quanto ao papel de encaminhamento para acesso aos atendimentos social, psicológico e jurídico conter a palavra “preso”. Nesse manifesto está expressa uma indignação com essa categoria reificadora das práticas infracionais que levam as pessoas a ingressarem na prisão, mas também com o desrespeito à identidade de gênero, deslegitimada pela palavra “preso” e pelo nome masculino que ali estava. Vê-se que nas duas manifestações o sistema penal é indicado como um espaço de opressão expressa pelo poder que carregam seus representantes naquele momento – os técnicos penitenciários que redigiram o documento de encaminhamento e o próprio movimento social, que mesmo não sendo parte do “sistema” é percebido como instrumento de controle deste.

Mas as relações de opressão são mais substancialmente presentes no jogo que se estabelece entre os presos e os policiais militares. As notícias de abuso no tratamento oferecido para as travestis presas por parte dos agentes da Brigada Militar não eram raras, e entre tantas violências as mais comentadas diziam respeito ao simbólico. Outra pesquisa acompanhada pelo grupo de estudos do qual é fruto esta dissertação examinou como os agentes da segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul tratavam a questão do nome social<sup>59</sup> das travestis e transexuais, desde que foi implementada no Estado a Carteira de Nome Social<sup>60</sup>. O que essa pesquisa verificou com relação ao PCPA foi que a despeito do caráter otimista presente nas concepções coletadas (não só dos técnicos e gestores da segurança pública como também do movimento social de defesa dos direitos de travestis e transexuais), “[...] todos os policiais com os quais efetuamos contato dirigiram-se a elas empregando o pronome masculino, bem como lançando mão de seu nome civil”. (AGUINSKY; FERREIRA; RODRIGUES, 2013, p. 52).

Essa relação de não reconhecimento do nome social não é uma atitude ingênua de quem esquece ou não se dá conta de que a travesti tem um nome feminino. É, ao contrário, uma

---

<sup>59</sup> O nome social no Brasil não é reconhecido pelo Estado Brasileiro na forma de lei, por outro lado, acaba se concretizando em determinadas instituições quando estas legitimam a autodeterminação de gênero das pessoas materializada na escolha de um nome que representa a sua identidade de gênero e não o corpo biológico. Algumas universidades, unidades de saúde, escolas e órgãos de governo já reconhecem internamente o nome social, o que pode ser considerado, nas palavras de Bento e Pelúcio (2012), uma cidadania precária. Exemplos no Rio Grande do Sul de Universidades que acolhem o nome social são os casos da Universidade Federal de Pelotas (que reconhece o direito para transexuais) e da Universidade Federal do Rio Grande (que assegura o uso do nome social para travestis e transexuais). Disponível em: <<http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2013/07/29/transexuais-poderao-ser-identificados-por-nome-social/>> e <[http://www.furg.br/index.php?id\\_noticia=21604](http://www.furg.br/index.php?id_noticia=21604)>. Acesso em: 2 ago. 2013.

<sup>60</sup> A pesquisa, denominada “A experiência social de travestis e transexuais com o Sistema de Segurança Pública” e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), se deteve, dentre outras coisas, a analisar como os agentes da segurança pública vinham tratando o nome social de travestis e transexuais desde que foi assinado pelo Governo Estadual o Decreto n. 48.118 que dispõe sobre o tratamento nominal, a inclusão e o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo gaúcho.

posição de deslegitimação da identidade de gênero, é ocupar a posição de ofensor da estima do outro, que reflete na atuação social de quem sofre a ofensa – nos termos do que Nancy Fraser (1997, p. 124-125) define por reconhecimento social:

Equivale, por el contrario, a no ver reconocido el próprio *status de interlocutor/a pleno/a* en la interacción social y verse impedido/a a *participar en igualdad de condiciones* en la vida social, no como consecuencia de una desigualdad en la distribución (como, por ejemplo, verse impedida a recibir una parte justa de los recursos o de los «bienes básicos»), sino, por el contrario, como una consecuencia de patrones de interpretación y evaluación *institucionalizados* que hacen que una persona no sea comparativamente merecedora de respeto o estima. Cuando estos patrones de falta de respeto y estima están institucionalizados, por ejemplo, en la legislación, la ayuda social, la medicina y/o la cultura popular, impiden el ejercicio de una participación igualitaria, seguramente de un modo similar a como sucede en el caso de las desigualdades distributivas. En ambos casos, la ofensa resultante es absolutamente real. Por lo tanto, de acuerdo con mi concepción, la falta de reconocimiento es una relación social institucionalizada y no un estado psicológico.

A relação entre as travestis e seus companheiros com os outros presos também é bastante conflituosa. Como já dito, os presos costumam discriminar os homens que mantêm relacionamento afetivo-sexual com as travestis, não bebendo mais do mesmo copo, não jogando mais futebol junto, além dos constantes deboches e violência psicológica destinados àqueles que assumem esses relacionamentos. Com as travestis acontece pior: antes da criação da ala elas eram submetidas à violência sexual, tinham os cabelos raspados, sofriam espancamentos constantes tanto da polícia quanto dos outros presos e serviam como mulas para o tráfico de drogas. Na comparação entre suas experiências e as dos outros presos, uma das travestis reflete:

[...] a gente tem que se adaptar, porque eles [os homens heterossexuais] são a maioria. Então, tu tem que te adaptar. O que é certo pra gente é errado pra eles, e vice-versa, tá? Então, tu tem que botar um limite teu, e os teus limites são menores ainda. E tem tido muito choque, muito conflito. A gente não pode ter uma opinião própria, tem que mais ou menos se encaixar na opinião deles. (TP02).

Essa fala sugere algumas reflexões sobre como é ser travesti na prisão em comparação às situações que os homens experimentam. Por serem minoria, suas opiniões não são validadas e elas precisam concordar com demandas que não necessariamente as representam. As questões de gênero e das práticas estéticas do corpo, que para elas são muito importantes, para os outros não é. Os limites colocados por elas para que se sintam respeitadas nos seus aspectos básicos, se tornam mínimos.

#### 4.2.3 “Duplo cárcere”: relações afetivas e a produção do gênero na prisão

O PCPA, cenário do presente estudo, está configurado como um estabelecimento prisional exclusivamente masculino. Esse contexto é determinante para a compreensão da

violência de gênero sofrida pelas travestis lá reclusas. As informações coletadas na pesquisa demonstram que as travestis são mais controladas no cárcere do que o restante dos presos, já que não são apenas os mecanismos disciplinares da prisão que recaem sobre elas, mas também os olhares dos presos sobre suas manifestações e práticas sociais. Os relacionamentos entre elas e seus companheiros, por exemplo, passam pelo crivo do chefe da galeria, que é um dos presos que representa o interesse de todos os presos. Ele decide sobre os “casamentos<sup>61</sup>” entre elas e seus companheiros e, se os relacionamentos terminam, a travesti tem que aguardar um tempo até iniciar outro. Só são permitidas relações monogâmicas.

Para ocupar a ala, os homens devem ter algum relacionamento com as travestis ou se reconhecer como homossexual. Fingir para ficar em um lugar melhor, já que a lotação do local é menor e o ambiente mais organizado, não funciona. Antes de ser aceita no espaço, a pessoa é observada por alguns dias pelos outros presos e, quando marido de travesti, deve dar um beijo em uma demonstração pública de afeto, exposto a todos bem no meio do pátio. (GALLI, 2013, p. 9).

E o casamento das travestis era assim, não podia conversar com ninguém. Deus o livre, a travesti que era casada com um cara, que dissesse que era bicha dele, conversar com outra travesti ou com o marido de outra travesti. Não podia. Não podia sair no pátio sozinha, não podia caminhar no corredor sozinha, só pela escolta dele [...]. Eu me senti, ah, estou presa em duas cadeias (TP06).

São relacionamentos que apontam para relações de poder e de submissão das travestis em relação aos seus maridos. Nas palavras de uma delas, “eu fiquei dois meses com aquele cara, mas, sabe, eu tinha que fazer as coisas pra ele, tipo, lavar tudo, limpar tudo, tinha que sair a hora que ele quisesse... eu me sentia presa” (TP06). Além disso, as travestis são, de modo geral, subalternizadas pelos demais presos em razão de suas identidades de gênero. Antes da criação da ala das travestis eram constantes as práticas de violência contra a identidade de gênero feminina e tal discriminação é manifestada na obrigação, por exemplo, de cortar os cabelos e vestir roupas masculinas:

Antes existia corte de cabelo, tudo de facões, tá me entendendo? Davam na cara de várias. Hoje, vou te falar, até existe uns tapinhas ali, uns puxões de orelha aqui, mas que nem era antes não existe mais. (TP01).

---

<sup>61</sup> O ritual do casamento entre as travestis e os homens foi durante muito tempo uma ação bastante curiosa porque, se por um lado dá visibilidade a um relacionamento fora dos padrões heterossexuais, por outro é realizado do ponto de vista da exotização, da comédia. Quando uma travesti e um homem se interessavam um pelo outro, eles tinham que oficializar o relacionamento indo para o corredor de um dos pátios do PCPA e, na frente dos outros presos, se beijavam. O ato era acompanhado por zombarias e deboches, o que fez com que as próprias travestis lutassem para que isso não acontecesse mais: “aquilo ali foi proibido por nós mesmas, sabe? Tipo assim, era constrangimento, porque daí todo mundo olhava, os outros que não eram envolvidos olhavam, na conferência, descia conferência, eles começavam, ‘aí, veado’, sabe? Começavam a folgar a pessoa. Aí todo mundo ficava, ‘ai, que vergonha’. E aquela gritaria de todo mundo, ‘olha lá, estão se beijando’. Eu me sentia como se fosse um circo, sabe, um circo humano.” (TP06).

O último plantão que tinha era ruim, ele raspava a cabeça das bichas, ele fazia um “bolo”. Ai eu pensava: “eu posso até apanhar”, mas muitas tinham que se submeter a fazer coisas... tipo, carregar coisas dentro da gente, em dias de geral<sup>62</sup>. (TP06).

A discriminação da identidade travesti é, portanto, ponto central na discussão quanto à efetivação dos direitos humanos dessa população no PCPA. A estrutura do sistema prisional e da legislação penitenciária no Brasil repete um modelo compulsório de gênero e uma norma heterossexual. A criação da ala das travestis, embora com o propósito de evitar a violência contra essa população, acabou por dificultar suas demandas de educação e geração de renda. Sobre esses aspectos, é importante dizer que a realidade da prisão possui mecanismos distintos para as travestis em comparação ao restante da massa carcerária.

#### 4.2.4 “O alicerce da vida de qualquer ser humano”: relações familiares

O abandono familiar – experimentado pelas mulheres presas e que se repete no caso das travestis – também possui condições distintas. No caso das mulheres presas, ele pode ser considerado consequência de uma nova moralização direcionada a elas por terem transgredido não apenas a lei como também as suas posições de gênero nas quais se presumia bom comportamento e docilidade. Para as travestis (e para os homens que assumem relacionamentos com elas na prisão), o abandono familiar parece ser o reflexo de sexualidades e expressões de gênero dissidentes, o que confere à experiência de privação de liberdade um significado novo. Se antes de ser presa a travesti já era discriminada em razão de gênero/sexualidade, ao ser presa o estigma da criminalização ganha relevância e o que até então era motivo de suspeita (as sexualidades que fogem do padrão heterossexual são sempre colocadas sob suspeita) é “confirmado” ou “corroborado” pelo ingresso das travestis na prisão e a ideia de “sexualidade marginal” é ratificada como verdadeira, recebendo materialidade.

Essas reflexões partiram das conversas trocadas com as próprias travestis e seus companheiros a respeito de suas histórias de vida, especialmente na entrevista em grupo focal ocorrida no primeiro encontro com elas e, posteriormente, nas observações dos grupos ocorridos no PCPA coordenados pelo movimento social organizado<sup>63</sup>. Algumas travestis relataram ter saído de casa já na adolescência, em razão das brigas e discriminações sofridas na

---

<sup>62</sup> Plantão é a designação do preso que coordena os demais reclusos de uma galeria e os representa perante a administração do presídio. Conforme o relato reproduzido, antes da existência da ala das travestis, essas eram obrigadas a esconder dentro de si mesmas objetos proibidos, como drogas e aparelhos celulares.

<sup>63</sup> Esses grupos, chamados de oficinas de saúde e prevenção das DSTs e HIV/aids, foi no período da pesquisa coordenado por um grupo de psicóloga e estudantes de Psicologia que possuíam vínculo universitário e que tinham celebrado termo de cooperação para que a ONG em questão se tornasse campo de estágio para graduandos em Psicologia.

família. Posteriormente a prisão se tornou, para muitos de seus familiares, a gota d'água e o motivo que faltava para não estabelecer qualquer contato com elas. Já com relação aos homens a ordem é alterada: o abandono familiar acontece depois de, na prisão, assumirem seus relacionamentos com as travestis publicamente. Considerados homossexuais, são rechaçados pela família e pelo resto da massa carcerária<sup>64</sup>, conforme manifestaram duas travestis quando questionadas sobre o contato com a família:

Tem muitos aqui que estão abandonados pela família ou às vezes não tem nem contato com a família. (TP01).

Faz três anos e três meses que eu estou aqui e nunca tive [contato com a família]. (TP03).

Se as travestis possuem algum tipo de vínculo familiar antes da experiência prisional (isso quando essa convivência não é cessada em razão do processo de travestilidade), essa convivência é rompida ou fragilizada na prisão, pois aquilo que até então era pensado a respeito de suas sexualidades/gêneros ganha *status* de verdade: “a travesti é mesmo criminosa”. Se o homem até então possui vínculo familiar mesmo depois de ser preso (e muitas vezes as visitas que recebem são femininas – esposa, mãe, irmã), isso é obliterado pela assunção de seus relacionamentos com as travestis e acabam sendo, ainda, excluídos pelos outros presos.

Que nem eu, sempre puxei cadeia do outro lado do muro, do outro lado do muro as leis são diferentes. No outro lado, quer dizer as outras galerias. Nunca tinha me envolvido com homossexual dentro da cadeia, acabei vindo parar por causa de uma Lei Maria da Penha... que eu tenho no meu currículo uma Maria da Penha e me largaram aqui acabei me envolvendo com a [nome da travesti] e estamos aí... Já fiquei mal visto por outros por ter me envolvido com a travesti dentro da cadeia, vários olham pra gente de cara virada. Já não bebem no mesmo caneco que a gente, eles já não comem mais, eles já não fumam o mesmo cigarro que nós. No caso, pra me envolver com ela eu tive que abrir mão de tudo isso. O preconceito é muito grande. Mas muitos que dizem ter o preconceito, é na frente dos outros, porque eles se escondem dentro da cela com nós, eles bebem café na nossa caneca, eles fumam o mesmo cigarro que nós, eles usam até a mesma colher que nós. Mas na frente dos outros, pros outros não dizerem “ah, tá comendo com as bichas”, eles fazem escondido. (CT01).

Percebe-se, portanto, uma interação das categorias de sexualidade, gênero e aprisionamento que produzem como consequência, nesse caso, mais opressão. Essas categorias não podem ser analisadas isoladamente, mas “[...] em e através das relações entre elas” (PISCITELLI, 2012, p. 205). Por isso, são categorias de articulação que aparecem sempre em relações recíprocas e contraditórias.

---

<sup>64</sup> Essa lógica não é uma regra: alguns homens, companheiros das travestis, ainda recebem visitas e ligações de familiares. Mas aqueles que assumem os relacionamentos com as travestis para além dos muros, ou seja, não só publicamente, mas anunciando amplamente aos familiares, se queixam de terem sido abandonados ou terem perdido o contato dos pais, irmãos e esposas.

#### 4.2.5 “Vou inventando coisas pra fazer”: educação, trabalho e geração de renda

Enquanto todos os presos possuem, de modo geral, as mesmas chances de se inserirem no Protocolo de Ação Conjunta (PAC) de empresas que oferecem possibilidades de trabalhos – proporcionando assim salários e remição da pena – as travestis têm essa alternativa restrita sob o discurso da proteção, já que não exercem atividades no cotidiano prisional porque aparentemente sofreriam preconceito dos outros presos ao entrarem em contato com estes. De acordo com essa premissa, aliás, as travestis são impossibilitadas de quaisquer atividades junto dos outros presos, o que torna o cotidiano prisional mais duro e solitário reservado à cela especial criada para as travestis e seus companheiros.

[...] aqui dentro é complicado. Quando não se tem visitas é pior ainda, que tem que sobreviver ou se não é pedindo, é trabalhando. Né, inventando alguma coisa pra fazer. Então é muito doloroso. (TP03).

Por outro lado, nos encontros realizados com as travestis no PCPA em decorrência da pesquisa, foram ditas repetidas vezes por elas o quanto lhes interessava estudar e ter capacitação profissional e técnica que possibilitasse sua inserção no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Mas estudar na prisão não é tão fácil para as travestis: elas relatam constantes assédios dos outros presos quando estão na presença de outros homens que não sejam os da ala que elas ficam, e mesmo que a situação tenha melhorado com o tempo em decorrência da conquista da ala própria, elas ainda não se sentem confortáveis em lidar com os outros presos.

Não podemos estudar por causa da homofobia, do preconceito, no corredor a gente é agredido, dentro de uma sala de aula com outros detentos e em outras galerias a gente não pode ficar em função do preconceito, né. Então deveria ter um horário que descessem só as do terceiro do H<sup>65</sup> pra estudar. (TP01).

Embora a impossibilidade de estudo, assim como o frágil acesso ao mercado de trabalho, não sejam características apenas das travestis reclusas, essas questões são intensificadas na prisão. Em estudo realizado em São Paulo, Navas (2011, p. 99) constatou que

A evasão escolar, a baixa escolaridade e o despreparo técnico e profissional estão muito presentes na vida das travestis. Vale destacar que a discriminação no mercado de trabalho também é relatada por travestis. São frequentes as queixas por não terem conseguido estudar e, conseqüentemente, obter uma profissão que lhes garantisse a sobrevivência, tendo de recorrer à prostituição.

---

<sup>65</sup> A ala onde permanecem as travestis e seus companheiros é conhecida como “terceira do H” por estar situada no terceiro andar da galeria H do PCPA.

A necessidade de prostituição também é apontada na pesquisa de doutorado realizada por Patrício (2008) que retrata a emigração de travestis e transexuais brasileiras para a Europa no intuito de se firmarem no mercado da prostituição como uma das únicas alternativas para subsistência e, ainda assim, para aquelas com perfil estético mais desejado. Quanto à pesquisa que consubstanciou o presente artigo, quase todas as travestis (com exceção de duas que não falaram sobre esse tema, em um universo de nove pessoas) já tinham sido ou eram atualmente profissionais do sexo. Nas suas narrativas isso se deve sempre à baixa escolaridade, à discriminação que sofrem pelas instituições e empregadores e ainda pela carência de formação profissional e técnica. Ao serem capturadas pelo sistema prisional, perdem a possibilidade de trabalhar – novamente sob o discurso da proteção – e acabam se ocupando de atividades de artesanato como única alternativa de geração de renda.

#### 4.2.6 “Bem-vindo à realidade da vida<sup>66</sup>”: os processos de saúde e doença na prisão

Compreendendo a seletividade existente no sistema penal e levando em consideração os pressupostos teóricos aqui construídos sobre as dominações de gênero e determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais, cabe questionar se as pessoas expostas à prisão são sujeitas do mesmo processo de constituição de vulnerabilidades ou se há também no interior do regime prisional uma nova separação entre os mais adaptados e os menos adaptados, de acordo com vulnerabilidades já anteriormente vivenciadas (WOLFF; FERREIRA, 2011).

A realidade de vida das travestis, de um modo geral, é atravessada por discriminações e violências evidenciadas por situações que indicam níveis altos de vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas (PERES, 2008). É sabido, por exemplo, que as travestis geralmente são vulneráveis social e individualmente na busca pela fabricação do feminino nos seus corpos, pois não se pode esquecer que as travestis em fase de transformação do corpo sentem uma profunda urgência em produzirem o quanto antes o feminino em si, o que faz com que recorram, por exemplo, a silicones industriais líquidos em vez de cirúrgicos (por serem mais baratos e menos controlados pelo Estado), a hormônios femininos e outros métodos cirúrgicos que podem provocar danos à saúde. (BENEDETTI, 2005). Mas também existe no contexto da vida das travestis uma certa negligência estrutural do cuidado de si, que possui relação intrínseca com a imagem que fazem de si próprias – reiteradamente bombardeada por

---

<sup>66</sup> Inscrição feita a giz em uma pequena lousa pendurada na parede da paróquia onde ocorrem as oficinas propostas pelo movimento social. Ela é direcionada a outro grupo que acontece ali, de pessoas que se reúnem para falar sobre o uso de drogas.

ataques discriminatórios que as colocam no lugar da “marginal”, da “ladra”, da “bandida”, da “perversa” – e com a maneira como são recebidas na rede de saúde pública.

A maioria esmagadora das travestis, assim como a maioria da população brasileira, não tem acesso aos serviços básicos de saúde. [...] Em um contexto desses, Aids é muito mais uma questão de opinião do que de diagnóstico clínico. A mesma linha de raciocínio é sustentada pelas travestis quando alguém observa que a injeção de silicone pode causar problemas de saúde. Elas sabem que muitas pessoas consideram o silicone injetável em risco. Mas afastam as preocupações, contra-argumentando retoricamente que ninguém pode ter certeza absoluta de que a morte de uma travesti está relacionada à injeção de silicone. (KULICK, 2008, p. 44).

Essas substâncias na grande maioria das vezes são aplicadas pelas próprias travestis ou por outras pessoas que se autointitulam com o conhecimento para tal, recorrentemente chamadas de *bombadeiras*.

Atos cotidianos podem se transformar em complicações para a saúde: ficar muito tempo sentada em cadeira dura provoca dor; dormir regularmente em colchão duro (do tipo ortopédico) é desaconselhável, porque pode alterar as formas originais seringadas pela *bombadeira* (Lopes, 1995). Ginásticas e exercícios corporais, ainda que sejam desejados e considerados importantes para manter a forma, são descartados, pois podem provocar o deslocamento do silicone pelo corpo ou mesmo desconstruir alguma silhueta. Qualquer batida mais forte pode alterar a forma que o silicone produziu. (BENEDETTI, 2005, p. 85).

Por estarem já fragilizadas em decorrência de todas as situações cotidianas carregadas de discriminação e violências a que estão expostas, as travestis acabam por serem associadas a uma imagem pública de delinquência (ZAFFARONI et al., 2003). Além disso, são também marcados os componentes estético e de classe social que atravessam essa imagem pelo fato de as travestis carregarem, na maioria das vezes, traços ambíguos dos gêneros, o que na sociedade brasileira é considerado ainda delituoso e coloca ainda mais esse contingente humano na visibilidade do sistema penal (ZAFFARONI et al., 2003). Essa desqualificação é visível no pouco caso de técnicos em utilizar o nome social de travestis quando essas querem ser reconhecidas por eles, no olhar patologizante sobre seus corpos e no preconceito desses profissionais sobre as práticas sexuais e sociais de travestis, expressos por medo, nojo e repugnância (PERES, 2008).

Os efeitos dessas desigualdades aparecem também na prisão, onde as expressões da violência se intensificam, seja pela vulnerabilidade penal que selecionam as travestis, seja pela vulnerabilidade de um gênero que, mesmo transformado, não é bem aceito como pertencente do feminino. Nesses termos, os processos de adoecimento na prisão se intensificam, gerados muitas vezes em decorrência dos ataques que as autoestimas das travestis sofrem depois de serem presas. A produção do corpo fica limitada à assessórios estéticos e cosméticos que podem ou não entrar na prisão através de familiares ou amigos, ou mesmo através da ONG que faz um

trabalho social na ala onde todas estão. O recurso à hormonoterapia, embora recentemente regulamentado pela Portaria n. 2.803 de 19 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que redefine e amplia a possibilidade de uso orientado de hormônios também por travestis, fica restrito ao processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), o que significa que toda pessoa trans, para ter acesso ao processo transexualizador (e, por extensão, à orientação médica quanto ao uso de hormônios femininos), precisa acessar os programas dos hospitais que tematizam essa questão – como é o caso do Programa de Transtorno de Identidade de Gênero (PROTIG) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA).

Também não existe no sistema penal nada que regulamente ou defina uma atenção orientada à saúde da população trans. Nem os programas de atenção integral à saúde gerenciados pelo Departamento de Tratamento Penal da SUSEPE do Rio Grande do Sul, tampouco o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário do Ministério da Saúde (BRASIL, 2004) tematizam a saúde da população trans encarcerada.

Significa dizer que as questões específicas à saúde da população trans, como o cuidado e orientação quanto ao silicone (na maioria das vezes, industrial) e quanto à possibilidade de uso de hormônios não são recebidas pelos profissionais da saúde que trabalham no PCPA. Na verdade, segundo as narrativas das travestis, nem se houvesse algum tipo de regulamentação elas teriam possibilidade de fazer uso dessas substâncias, uma vez que, segundo elas, os policiais militares seriam os primeiros a barrar a entrada de qualquer substância desse tipo, como elas acreditam que já acontece quando do ingresso, via familiares, de itens destinados à estética feminina. Isso porque, simplesmente, “nenhum policial vai querer transformar um homem numa mulher” (TP10), ou seja, no que depender deles, não haverá contribuição para facilitar o acesso de tecnologias que produzam o corpo travesti. A narrativa de uma travesti em específico ajuda a compreender melhor toda essa questão:

[...] na rua eu era acostumada a tomar hormônio, anticoncepcional, essas coisas, injeção, aquelas Perlutan. E aqui não entra, não pode, nem com visita, por causa da seringa. (TP06).

[...] e o corpo da gente também desacostuma depois. Daí, tipo, um dia eu inventei de tomar dois comprimidos que uma travesti tinha lá, tomei um num dia e o outro no outro. Me encheu de bolota o meu corpo todinho. Por que daí não sabia como é que o meu corpo ia reagir. Daí aqueles dois, tomei só aqueles dois, mas se eu tivesse continuado com aquele comprimido o meu corpo ia aceitar, o meu organismo ia aceitar. Mas eu não tenho, né. (TP06).

Tipo, eu falei com a [nome da técnica] uma vez: “tu não poderia conseguir pra mim?”; “não, isso daí não existe aqui dentro!”. Eu bem assim, “tá, mas se trouxerem da rua?”; “se trouxerem da rua vai ter que ser bem escondido”, ela falou pra mim. Porque não entra. (TP06).

Basicamente, além do preconceito, o que existe também é uma preocupação do Estado em tutelar o corpo das travestis de tal maneira que a prisão se torna responsável por ele, o que significa não permitir que entrem medicamentos sem prescrição médica. Embora na rua as travestis estejam acostumadas a fazerem uso de anticoncepcional para terem o corpo mais feminino, na prisão isso não é possível porque: i) o Estado não oferece; ii) o Estado não se responsabiliza pelo uso orientado, e então não permite a entrada e não possui corpo técnico que saiba prescrever o uso; iii) o uso do contraceptivo é encarado como algo moralmente errado pela Brigada Militar, que evitaria ao máximo que esses medicamentos chegassem às travestis.

Essas conclusões ficam mais evidentes no relato de uma técnica que lembra que se o hormônio fosse prescrito por um médico de fora, o seu uso poderia continuar sendo administrado dentro da prisão, e isso seria feito pela equipe de enfermagem do PCPA. Segundo essa técnica, isso já aconteceu uma vez há aproximadamente nove anos atrás, o que parece querer demonstrar, também, que o acesso à hormonoterapia é frágil a todas as travestis no Brasil, e que se sustenta a ideia de que os médicos do SUS, de modo geral, não garantem a prescrição dessa substância – e por consequência a equipe de saúde do PCPA também não pode garantir.

A questão do silicone industrial aparece também nas narrativas de técnicos e travestis. De acordo com uma das técnicas penitenciárias entrevistadas, “Aqui no Presídio Central [...] não tem nenhuma travesti que tenha nos procurado por problemas de silicone” (GT03). Todavia, essa afirmativa é contradita pelo relato de uma travesti, que recupera diferentes situações com outras travestis presas em que o silicone industrial gerou desconforto no corpo:

A [nome da travesti] reclama de dor naquele silicone dela. Tinha as outras que tinham peito e tudo. Elas também, com um tempo aqui na cadeia, as que têm silicone, elas reclamam. Porque... o calor, sabe, pra dias de visitas tem que todas ficar sentadas no chão no pátio. Bota só uma mantinha, um cobertorzinho, um travesseirinho, e é o dia todo ali, até acabar a visita, até as cinco horas da tarde. Das sete da manhã até as cinco da tarde. E somos obrigadas a ficar ali mesmo sem ter visitas. Daí eles botam, tipo um pano assim, sabe, uns cobertores separando as visitas dos presos. Aí os presos que quiserem dormir, essas coisas, ficam tudo do outro lado. E quando chove... é debaixo da marquise. Quando chove, aí tem que todo mundo se amontoar. (TP06).

Aqui é possível verificar que as travestis que possuem silicone nas nádegas sentem desconforto constante ao serem submetidas a longas horas sentadas no chão duro. Mas essa questão, assim como a manutenção do silicone, não são planejadas pela equipe médica do PCPA. O que se torna bastante evidente para os profissionais de saúde, na verdade, é a associação entre travestis e doenças sexualmente transmissíveis e HIV. Segundo uma técnica,

Algumas são portadoras de HIV, outras sífilis, já teve algumas com tuberculose, e elas mesmas atribuem à promiscuidade, as doenças sexualmente transmissíveis à

promiscuidade. À situação de “bom, tô preso, não tenho visita, e tem mais travestis na mesma galeria que a minha...”. E a dificuldade não é preservativo porque a Marcelly, essa da ONG, tem caixas e caixas e caixas de preservativo. A dificuldade não é acesso à informação, que tu vai conversar com elas e a maioria sabe tudo: como se previne, como se contamina, o que que eles tem que tomar de cuidado, eles sabem tudo. O acesso à informação eles têm e o acesso a preservativo eles tem. Aí fica a pergunta: por que que se expõe ao risco? (GT03).

Alguns entraram portadores e outros se descobriram aqui. E ai tu não sabe se vieram portadores ou se tornaram portadores. Daqui a pouco já eram e não sabiam. Mas o que se vê ali na Terceira do H é muita doença sexualmente transmissível [porque HIV é uma situação geral no Presídio]. Sífilis, gonorreia... (GT03).

Mas o que que eu posso te dizer assim, alguns não recebem visita, então a atividade sexual foi interrompida. Eles não, eles mantêm. E se mantêm e não usa preservativo, se põe em risco toda a hora. Então é provável, vamos dizer assim, que exista uma incidência maior ali por se exporem ao risco e por manterem vida sexual ativa. (GT03).

Há muito o que se pensar a respeito dessa narrativa. Primeiramente, a associação direta entre os comportamentos sexuais das travestis e a infecção pelo HIV, embora fundada em dados reais de infecção, não necessariamente se evidenciaria nesse relato se não fosse uma associação histórica. Desde a epidemia da Aids na década de 1980 no solo brasileiro é que as homossexualidades vem sendo tratadas, em um primeiro momento, como principal causa da transmissão do vírus do HIV. Na contemporaneidade esse estigma ainda é presente, embora seja reapresentado de forma mais discreta através de discursos que tendem a compreender o tema como causa de comportamentos de risco ou ainda de grupos de risco. Pois se, como diz a técnica, a existência de presos que vivem com HIV é uma situação do presídio como um todo, por que então é a primeira coisa que aparece na narrativa dela quando se pensa na saúde das travestis?

Outra consideração que merece atenção é a pergunta feita pela técnica: “se há acesso à informação e o acesso ao preservativo, por que elas e eles se expõe ao risco?” Ora, não é por acaso que a resposta a essa pergunta vem sendo buscada por diferentes especialistas sobre o tema e sem dúvida é uma pergunta emblemática a todos os ativistas, gestores e pesquisadores que tematizam a prevenção do HIV/aids. Mas é preciso considerar alguns pressupostos e encontrar na produção de conhecimento da área algumas pistas que ajudam a pensar sobre essa questão. A primeira delas é abandonar a concepção de que existem grupos ou comportamentos que colocam os sujeitos em maior ou menor grau de risco, e olhar para essa questão do ponto de vista das *vulnerabilidades*.

[...] a vulnerabilidade nunca é uma identidade do sujeito, pois as pessoas não são vulneráveis, elas estão vulneráveis a algo e em algum grau e forma [...]. Dessa maneira, pode-se afirmar que a vulnerabilidade, em sua análise, envolve [...] uma dimensão individual e cognitiva, que diz respeito ao grau e à qualidade da informação

que os indivíduos dispõem, à capacidade de elaborar e incorporar essas informações no cotidiano e ao interesse e possibilidades efetivas de transformação [...]; uma dimensão social e cultural, [...] dependendo, nesse sentido, de acesso a meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos materiais, poder de influência sob decisões políticas [...]; e uma dimensão programática e política, que diz respeito a [...] recursos, gerência e monitoramento de programas nacionais, regionais ou locais [...]. (FERREIRA, 2012, p. 25)

Trabalhar teoricamente com o conceito de vulnerabilidade ajuda a pensar que não basta informação e não basta ter o preservativo para que a prevenção ao HIV e às DSTs aconteça. Na maioria das vezes as pessoas sabem como se prevenir e quais são as consequências da infecção pelo HIV, mas essas ideias são tão abstratamente construídas (não somente pelas pessoas como pelas campanhas de prevenção<sup>67</sup>) que a ideia da morte, da doença, do desconforto, se tornam distantes da vida real das pessoas. Ao contrário, a aposta deveria ser naquilo que realmente faz com que as pessoas deixem de usar o preservativo, e que pode se relacionar, muitas vezes, com a ideia delas sobre o seu corpo e que importância ele assume nas suas vidas; na ideia de que correr riscos faz parte de estar e de se sentir vivo; na romantização que é construída sobre o desuso do preservativo como “prova de amor” ou “prova de confiança” no parceiro; e, o mais óbvio, na sensação prazerosa que o sexo sem preservativo proporciona e que na maioria das vezes é negado – mas que poderia ser potente para se falar de prevenção como ato que proporciona prazer a longo prazo, porque mantém o corpo saudável para diferentes atividades da vida.

No campo da prevenção do HIV/aids, é comum termos em mente discursos que falem sobre os aspectos negativos da doença [...]. Esquecemos, todavia, de falar do tesão do momento, do esquecimento do preservativo, da sensação gostosa que algumas pessoas podem ter ao preterirem o preservativo; deixamos de falar do que leva as pessoas a não usarem o preservativo durante o sexo. [...] embora haja uma ideia social de que a responsabilidade do cuidado com o corpo é da própria pessoa e do seu subjetivo, não podemos esquecer os contextos que cercam os sujeitos em suas relações e que os subjetivam para o uso do preservativo, seja quando dizem que seus corpos não tem valor, seja quando monitoram esses corpos para um modo de vida abstrato. (FERREIRA; GALVÃO, 2012, p. 17-18).

Na relação das travestis com os seus companheiros, por exemplo, é comum que elas sejam as responsáveis por pensar e materializar o uso do preservativo. Esse uso é sempre negociado, pois, não só para elas como para muitas pessoas, o preservativo tende a deixar de

---

<sup>67</sup> Um exemplo bem interessante pode ser encontrado na campanha da Prefeitura de Porto Alegre contra a Aids de 2011. Com o slogan “Não deixe a dúvida tomar conta da sua vida. Use sempre camisinha”, a cidade foi tomada por cartazes e outdoors que mostravam pessoas em situações cotidianas ao lado de um bolha gigante, verde e de aspecto doentio, representativo da doença. Além de não dialogar com a vida concreta dos sujeitos – quem pensa numa bolha de doença no momento do sexo, um ato que dá prazer ao corpo? – sem dúvida a campanha teve um impacto negativo nas pessoas que vivem com HIV e que tiveram reforçados os estigmas de que conviver com soropositivos é algo contaminador. A campanha pode ser acessada aqui: <<http://www.adonline.com.br/ad2005/upload/0466.JPG>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

ser parte do sexo depois de algum tempo de relacionamento – porque representa desconfiança no parceiro, empecilho quando o sexo não é planejado e até mesmo desconforto para algumas pessoas. No depoimento abaixo, é possível analisar melhor um caso de negociação do não uso, que embora seja parte de um dos contratos do relacionamento (o sexo monogâmico), continua a conviver com desconfianças e apreensões.

Eu uso, eu uso mesmo... eu mandei o meu marido, que eu casei com ele, já faz oito meses que eu estou casada com ele. Então eu disse pra ele: "faz exame, faz exame de sangue; depois de três meses, a gente pode até manter uma relação sem preservativo, mas eu tenho que estar bem consciente de que tu não tenha nada". Uma sífilis, uma doença assim, que contagia, né? Já me apavora. Eu quero sair pra rua. Assim como eu entrei aqui dentro bem de saúde, eu quero sair também. Aí ele foi, fez o exame dele e tudo, deu tudo não-reagente, sabe, tudo normal. Aí eu fui e fiz os meus. Mesmo eu vendo os dele, fui lá e fiz os meus pra comprovar pra ele que eu também né... exigi dele, mas mostrei pra ele que não estava ofendendo, e sim uma segurança. Aí a gente transou sem camisinha. Mas também, volta e meia eu digo pra ele: "ai, não, vamos usar preservativo". Que daí eu fico naquela desconfiança assim, "ai, tipo, eu dormi a tarde toda hoje dentro da cela, meu marido ficou acordado, daí caminhou pelo corredor, ou foi lá em outra cela". Daí eu fico imaginando, porque bicha, travesti, é fogo do diabo [risos]. Aí, uma sempre no cantinho, "ai, vem cá". Aí quando vê, né, vai que na empolgação ou na rapidez ali, pode achar que não, mas até no sexo oral é transmitido. Aí quando vê tá ele lá, com outra, eu dormindo. (TP06).

É preciso considerar, ainda, que as práticas sexuais na galeria das travestis, seus companheiros e homossexuais são potencialmente controladas, porque suas relações já são mediadas pela direção do Presídio Central e são públicas. Isso reflete na opinião que os técnicos tem a respeito das relações entre essas pessoas, porque é uma população em número restrito, porque são relações expostas em uma vitrine e de fato porque são relações ativas que se mantêm mais facilmente pela possibilidade de convivência cotidiana entre eles. No entanto, das relações sexuais de todo o restante da massa carcerária pouco se sabe ou se perscruta.

Uma última análise é necessária para compreender, por fim, que o diagnóstico positivo para o HIV pode ser considerado, na prisão, uma estratégia de acesso à saúde, ao contrário do que as pessoas pensam (um agravamento à saúde). Um dos entrevistados, um homossexual, narra em entrevista que algumas pessoas dizem ser bom ter o HIV pois assim o presídio oferece um kit de alimentação diferenciada, que pode ser usufruído ou comercializado por outros itens de necessidade dos presos. Além disso,

Tudo o presídio dá, os coquetéis, os tratamentos, direitinho. Eu não tenho. Graças à Deus. Mas é um custo pra eu conseguir uma enfermaria. Eu tenho que chegar lá no portão e dizer: "ô da Brigada, eu quero descer lá na enfermaria". "O que tu tem?". "Ai, eu tô sentindo tal dor aqui, ou tô com dor de dente, ou tô mal". [...] Mas quem tem doença, tipo HIV, essas coisas, todos eles, todos os dias, ou duas em duas vezes na semana, eles tem marcado ali os dias em que eles tem que descer. Daí é uma leva só. Tipo, têm oito lá em cima que tem HIV. Daí eles dividem os horários só. Se tem oito, tira quatro lá de cima e manda pra enfermaria. Daí depois que aqueles quatro voltaram, vai mais quatro. Ali é onde eles pegam os coquetéis, essas coisas. Porque daí a

enfermaria mesmo já tem lá, a enfermaria manda chamar, entendeu? Agora, quem não tem doença nenhuma, só se disser que está com dor par descer. (TP06).

Isso significa que ser soropositivo na prisão pode ser considerado como uma condição de acesso mais qualificado aos recursos da saúde, na medida em que o preso é mais vezes atendido e sente que sua saúde é monitorada; sente-se *cuidado*, coisa que para muitas travestis e homossexuais é um sentimento raro, ainda mais vindo da política de saúde pública, local frequentemente conhecido pelas discriminações e patologizações das identidades trans. Assim, se antes tinham suas identidades deslegitimadas, o que refletia na autoestima e no próprio cuidado de si, com o diagnóstico positivo para o HIV as travestis podem, talvez, se sentir usuárias desses serviços e terem suas demandas atendidas de maneira integral por conta do monitoramento de suas condições de saúde.

Peres (2008) e Lionço (2008) concordam que as práticas discriminatórias presentes nas relações sociais das travestis possuem responsabilidade central para o aparecimento de agravos à saúde, que estão, na maioria das vezes, socialmente determinados. Tais violências acarretam desde sofrimentos psíquicos como depressão, ansiedades, desânimos, como também se relacionam com o uso e abuso de álcool, cigarro e outras drogas, alcançando o próprio sistema de saúde através da desqualificação da atenção dos seus serviços dispensados à população de travestis (LIONÇO, 2008). Essa desqualificação é visível no pouco caso de técnicos em utilizar o nome social de travestis quando essas querem ser reconhecidas por ele, no olhar patologizante sobre seus corpos e no preconceito desses profissionais sobre as práticas sexuais e sociais de travestis, expressos por atitudes que demonstram medo, nojo e repugnância (PERES, 2008).

Nesse cenário de perda de diversos direitos, dentre os quais está a saúde, é balizar reafirmar a universalidade dos direitos humanos, evidenciando a necessidade de uma política de saúde específica a essa população encarcerada, que abra precedentes para o cuidado ainda mais focalizado nas situações de agravos à saúde considerado o seu conceito ampliado. A universalidade do direito à saúde é um direito de cidadania, e embora o conceito ampliado em saúde preconizado pelo Sistema Único de Saúde requisite o entendimento de que esta só existe se aliada à qualidade de vida como produto social, quer dizer, a saúde não como a ausência de doenças, mas como um completo bem-estar físico, mental e social, essas determinações não estão sendo pensadas junto às situações que acometem a população LGBT privada de liberdade, em especial a de travestis.

Sem contar as condições de higiene e insalubridade que são interpostas a toda a população prisional. Para Wacquant (2001a, p. 11), as condições de vida e de higiene das

pessoas presas no Brasil, em razão da superpopulação carcerária e do sucateamento das instituições prisionais, chega a situação de calamidade e abominação,

caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação [...]; negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados elementares de saúde cujo resultado é a aceleração dramática da difusão da tuberculose e do vírus HIV [...]; violência pandêmica entre detentos, sob forma de maus-tratos, extorsões, sovas, estupros e assassinatos, em razão da superpopulação supracitada [...], da inatividade forçada (embora a lei estipule que todos os prisioneiros devam participar de programas de educação ou de formação) e das carências da supervisão.

Essas situações são totalmente percebidas no PCPA e na ala das travestis. De todas as requisições por acesso a direitos, a saúde é, disparado, o que mais as travestis e seus companheiros demandam (o que se traduz em pedidos por dentistas, médicos-geral e enfermeiros) e no decorrer da pesquisa pelo menos dois casos de tuberculose, um de hepatite e dez resultados positivos para o HIV foram identificados. Além disso, não foram raros os casos de braços e pernas feridos por percevejos, de dias em que simplesmente a água era cortada, de falta de geladeira para refrigerar os alimentos e escassez de produtos de higiene e prevenção como xampu, pasta de dente, sabonete e também preservativos (itens, aliás, levados pela ONG no decorrer das oficinas).

#### 4.3 Em nome do bem: proteção, visibilidade perversa, isolamentos e margens

Viu-se, no decorrer desse trabalho, que muitas ações realizadas por parte da “política penitenciária” – nesse caso, especificamente se tratado do interior do Presídio Central – são proclamadas “em nome do bem”, quer dizer, são articuladas na intenção (ou apenas no discurso) de que tragam melhores condições de vida às pessoas presas. Mas na verdade essa discussão não se restringe apenas ao sistema penal, como se evidencia em todo sistema estatal que procura intervir na vida ou nos aspectos da vida privada das pessoas tornando-as como coisa pública, ou considerando pública. O sexo e a sexualidade historicamente são capturados por esse paradoxo, na medida em que, por um lado, são considerados por uma certa ideologia como de ordem do privado, na intenção de impedir “o surgimento da solidariedade entre os oprimidos e, nesta medida, ao desenvolvimento, entre eles, de uma consciência política” (OLIVARES, 1989, p. 33).

Um exemplo desse argumento pode ser visto quando alguém diz que ninguém é obrigado a ver dois homens se beijando ou que para se exigir respeito, as sexualidades (mas na verdade somente aquelas diferentes da heterossexual) devem ser expressadas “entre quadro paredes” (como se a heterossexualidade não fosse frequentemente expressada no espaço

público). Fica claro que a reprodução do interesse de uma classe heterossexual dominante está sendo afirmada nesses dizeres, já que o afeto e o desejo heterossexuais não são questionados ao serem manifestados em razão da característica de coerência que lhes é atribuída pela heteronormatividade. E as sexualidades divergentes da heterossexual, aqui, são tratadas como do campo privado apenas para que não sejam reconhecidas e legitimadas politicamente. Por outro lado, com o avanço do capitalismo avançam também “suas técnicas de controle social e seus aparatos de dominação ideológica se sofisticam [...] [de modo que] cada vez mais nossa vida pessoal é menos ‘pessoalmente decidida’ e mais controlada” (OLIVARES, 1989, p. 33). Assim, outros argumentos reivindicam a sexualidade como coisa pública na intenção de controlá-la e perscrutá-la, discriminando determinadas práticas e debatendo-as para produção de regulamentos e normatizações, o que Foucault (1988) reconhecerá como *dispositivo de sexualidade* segundo as instituições, práticas sociais e saberes que recaem e intervêm sobre o corpo, o sexo e a sexualidade produzindo discursos de verdade.

O termo "dispositivos" aparece em Foucault nos anos 70 e designa inicialmente os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. [...] Eles são, por definição, de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo o caso, de "dispositivos de poder", de "dispositivos de saber", de "dispositivos disciplinares", de "dispositivos de sexualidade" etc. (REVEL, 2005, p. 39-40).

Um exemplo que pode ser considerado aqui é o da prostituição de mulheres. Frequentemente ele é considerado um tema público, pois é da intenção do Estado que este intervenha sobre isso “em nome do bem”, tratando o corpo da mulher como corpo alienado e esquecendo sua potência de corpo emancipado, apropriado pela mulher para fazer dele o que ela quiser<sup>68</sup>. Esquece-se, propositalmente, de analisar a questão do ponto de vista do contraditório, e discursa sobre a escravidão patriarcal das mulheres prostitutas sem notar deliberadamente os movimentos organizados de profissionais do sexo que dizem, por si próprias, que esse debate pertence ao mundo do trabalho e que boa parte da reflexão teórica a respeito reside na moralidade sobre o sexo e a sexualidade feminina.

No caso das travestis e seus companheiros presos, essa intervenção acontece de maneira muito mais aprofundada já que a vida pública e privada se confundem e todos os

---

<sup>68</sup> Não se está dizendo com isso que existe completa liberdade na escolha do trabalho sexual. É claro que a decisão de trocar sexo por dinheiro é uma escolha negociada e mediada por distintas determinações, desde condições precárias de vida até processos de alienação e subalternização e também concepções e relações distintas a respeito do uso do corpo. Mas é preciso ouvir as próprias pessoas que ingressam no mercado do sexo e entender que não se pode afirmar que todas as prostitutas foram levadas ou obrigadas a realizar o trabalho sexual. Se o corpo é tratado como mercadoria, é da mesma maneira verdade que toda a força de trabalho é mercadoria, donde se conclui que o trabalho sexual não é mais perverso ou degradante que todo o trabalho precarizado na ordem do capital.

âmbitos de vida das pessoas presas são tutelados pelo Estado Penal. Em nome do bem as travestis são separadas dos outros presos, mas historicamente no Brasil são conduzidas a celas junto dos que cometem crimes sexuais por não haver estrutura que comporte alas somente delas; em nome do bem o PCPA cria uma ala só para elas, mas as impede de trabalhar e estudar na prisão por não prever policiais que as protejam do escárnio que sofreriam dos outros presos (aliás, possivelmente os próprios policiais fariam “vista grossa” e contribuiriam com esse escárnio); em nome do bem os acessos à galeria das travestis é fechado, mas a galeria não possui geladeira própria que refrigere os alimentos desse contingente humano no verão; em nome do bem permitem que haja uma oficina quinzenal com o movimento social de travestis de Porto Alegre, mas o único dia disponível para este intento é justamente o dia de atendimentos técnicos à elas e seus companheiros, o que as obriga a sair no meio do encontro ou mesmo não descer por já terem requisição de atendimento; em nome do bem as travestis não podem ter mais de um companheiro e precisam se manter solteiras por um tempo determinado entre um relacionamento afetivo e outro, pois do contrário a prisão não poderá garantir que o preso que está na ala está lá porque se atrai por travestis ou para aproveitar os benefícios que o trabalho da ONG oferece; em suma, em nome do bem se exclui para se proteger, se isola como medida de segurança, e se repreende e controla para manter o *status quo*.

## **5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O LUSCO-FUSCO E VIDAS (HIPER)PRECÁRIAS: ALGUMAS POSSÍVEIS SÍNTESES**

No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. [...] Para que referir tudo no narrar, por menos e menor? Aquele encontro nosso se deu sem o razoável comum, sobrefalseado, como do que só em jornal e livro é que se lê. Mesmo o que estou contando, depois é que eu pude reunir lembrado e verdadeiramente entendido – porque, enquanto coisa assim se ata, a gente sente mais é o que o corpo a próprio é: coração bem batendo. Do que o que: o real roda e põe diante. (ROSA, 1994, p. 113-189).

A experiência de pesquisar a/na prisão implica saber defrontar-se com um peso diferenciado do real, um peso que se manifesta em todos os espaços da prisão. Peso esse manifesto nas celas, nas grades, no reboco das paredes, na pintura cor-de-rosa da sala de atendimento técnico e seus objetos decorativos contrastando com a cal bruta das paredes do corredor; que está no ar das galerias e nos rostos das pessoas que vivem modos de vida específicos de uma sociabilidade particular, e que sobrevivem e enfrentam o jugo de um sistema desejando estarem do outro lado, muito embora a prisão seja experiência tão transformadora que o lado de fora quase nunca é o mesmo depois.

Essas vidas que habitam a prisão são vidas cujos direitos são reiteradamente violados, como se sem importância fossem. Vidas incluídas precariamente na reprodução capitalista, e que embora sejam muito importantes para o processo de acumulação do capital, são desqualificadas, tidas como de menor relevância, menor valor. Participam assim do social como classe dominada e interpretando tal dominação como natural. Mesmo assim, é classe potencialmente revolucionária porque apesar de humilhada, joga a vida com o que tem e quase sempre o que tem a perder são suas vidas.

Essa realidade é ainda mais perversa no caso das travestis, tendo em vista que seus corpos recebem a marca da abjeção unicamente porque reinterpretam as normas de gênero diferentemente do pressuposto dicotômico e binário de uma sociedade cissexista e heteronormativa, borrando as fronteiras desses pressupostos com identidades fluídas que acompanham a processualidade do real. Atiradas na prisão, são esquecidas e deslegitimadas, enfrentam uma transfobia cotidiana que é líder no mundo em se tratando de assassinatos (325

casos documentados de 2008 a 2011<sup>69</sup>) (BALZER; HUTTA, 2012) e que recebe a naturalização da violência *sine qua non* às prisões, mas que para elas se evidenciou mais profunda e perversa.

O estudo aqui apresentado teve quatro principais objetivos que serão aqui retomados e relacionados de acordo com os resultados obtidos das análises teóricas. O primeiro deles aponta justamente para os significados atribuídos pelas travestis e seus companheiros de galeria à experiência prisional. O que significa ser travesti na prisão? Como a instituição prisional experimenta as travestilidades e como ela responde a essas pessoas?

Foram insistentes as narrativas que afirmaram ser a prisão “o pior lugar do mundo” (CT01). Lugar no qual as relações não podem ser baseadas senão em violência, presente nos diálogos até chegar ao castigo corporal, e onde “as mentalidades são repressoras” (TP03). Lugar onde “não existe um consenso de melhoria: aqui é ruim e vamos fazer pior. Tudo que se tenta fazer menos ruim é banido” (TP03). Lugar, em suma, “totalmente diferente que a vida de vocês lá fora” (TP01), com pessoas que estão tentando sobreviver e “*tentando se adaptar*” como disse uma travesti: adaptação às normas, às leis, aos ditos e escritos, ao jogo, à pobreza, à violência, à invisibilidade, à inclusão precária. E que, na prisão... “estão a mil graus, assim, uma confusão”. (TP01).

Se o espaço da prisão por si só é violador, para as travestis, que se sentem minoria, parece que “pra tu não se atrapalhar dentro do sistema carcerário é tipo um quebra-cabeça, é tipo um labirinto, só que tu nunca consegue achar a saída. E nós somos a minoria. (TP01), uma vez que “o que é certo pra gente é errado pra eles, e vice-versa” (TP02). “E no caso, as punições das bichas o que eram? Raspar a cabeça das bichas. Raspa a cabeça e passa a gilete, entendeu? O que a gente tinha que fazer? Descer conferência, sem touca, sem nada. Imagina, de noite tu ter o cabelo comprido. Tu chegar no dia, tu estar careca.” (TP06). Sem contar os casos de prostituição e troca de travestis por drogas, ou quando as próprias eram usadas como mulas para o tráfico – tudo isso aponta para os significados de ser travesti na prisão: uma experiência, em uma expressão, de *tornar-se inumano*.

A experiência dos seus companheiros e homens homossexuais é também representativa de discriminação. Um homem que “casou com bicha, é separado” (TP06), quer dizer, “a partir do momento que eles têm a opção de conviver dentro dessa galeria eles já ficam sendo observados de uma outra forma” (GT02): não compartilham mais do mesmo caneco com os antigos companheiros de cela, não jogam mais futebol juntos, não podem mais voltar para a

---

<sup>69</sup> O Brasil lidera o *ranking* de assassinatos contra pessoas trans. De 57 assassinatos em 2008, o último ano avaliado teve quase o dobro de mortes (101), sem contar os casos que não chegaram à imprensa. O México é o segundo na lista de países que mais matam pessoas trans, com 60 casos no mesmo período. (BALZER; HUTTA, 2012).

antiga galeria. São apartados de conviverem com os outros presos no momento que assumem relacionamentos com as travestis e vão viver com elas na Terceira do H, pois os antigos companheiros não os aceitam de volta – nem mesmo se o relacionamento com a travesti terminar.

Já as técnicas penitenciárias entrevistadas não veem, de modo geral, alternativas para resolver os processos de violência que se evidenciam no cotidiano. Conscientes desses processos, sabem que eles fazem parte do contexto geral das prisões e, assim como o movimento social e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, comemoram o feito de ter sido angariada uma galeria específica para elas e seus companheiros. Evidentemente a criação da galeria é um fato que precisa ser comemorado e encarado, no contexto atual, como uma vitória da luta por direitos humanos. Mas não é o bastante para que as travestis acessem um padrão melhor de cidadania, uma vez que o discurso da proteção e da segurança que a galeria traz não é de modo algum plenamente garantido pelo Estado, já que elas abrem mão de acessar outros direitos em detrimento de um reduto menos violento: passam a maior parte do dia enclausuradas, são impedidas de exercer atividades laborais e de formação profissionalizante e educacional dentro do PCPA (tendo em vista que a convivência com os outros presos gera temor e violência); não lhes é oferecido o direito de remição de pena (como consequência de suas não inclusões nas atividades de trabalho e estudo).

E quando lhes é oferecido alguma possibilidade de trabalho e geração de renda através dos materiais de artesanato e costura doados pela ONG (tarefa que também não é cogitada como possibilidade de remição de pena), parece haver nisso uma referência aos estereótipos de gênero muito presentes no contexto prisional, onde às travestis são pensadas atividades consideradas “femininas” e onde seus padrões de comportamento devem ser condizentes com a subordinação e amabilidade, tidas como características femininas natas.

Tais estereótipos de gênero, aliás, dizem respeito às opiniões históricas da sociedade cissexista e heteronormativa a respeito das identidades travestis brasileiras. Foi possível verificar que as concepções que perpassam o reconhecimento das identidades travestis expressam noções biologistas e essencialistas do gênero, como se o gênero respondesse àquilo que é da biologia, do corpo considerado “natural”, “original”, “genuíno” – e, quando muito, expressaram noções do fundacionalismo de gênero. Como se as travestis não deixassem nunca de serem “homens vestidos de mulher”, o que pode ser percebido nas falas cruas como “tu abstrai que tu tá falando com alguém que na verdade nasceu com o sexo... porque as demandas são completamente femininas” (GT01), nas referências às travestis com os pronomes masculinos (“eles”, “os travestis”, etc.) e ainda no não reconhecimento ao nome social dentro

do PCPA, mesmo com o Decreto n. 48.118 do Governo do Estado que institui a Carteira de Nome Social.

Por outro lado, também foi encontrada opinião divergente dessas que demonstrou respeito às identidades e conhecimento das discussões de gênero: “eu acho que deveria ser uma questão de opção; se fosse pelo sentido de liberdade mesmo, de poder optar, ‘olha eu prefiro ficar no presídio feminino, ou prefiro ficar aqui...’.” (GT02). Mesmo assim, essa e outras opiniões quase sempre foram ditas com as ressalvas “eu não estava preparada pra trabalhar com travestis” (GT01); “acho que eu não estou preparada, acho que falta estudo” (GT01); “nessa questão eu até sou um pouco leiga” (GT02). A educação brasileira historicamente não prepara as pessoas para os temas de gênero/sexualidade, no entanto, a enunciação discursiva “eu não sei falar sobre isso” expressa sim um conhecimento, atravessado que é muitas vezes por estereótipos, como se viu até agora.

Isso tudo se relaciona ao segundo objetivo do estudo, que pretendeu analisar as percepções das travestis, técnicos penitenciários e outros presos com relação às identidades de gênero no contexto da prisão masculina. Os estereótipos e concepções de gênero, dentro da prisão, expressam relações de poder e de subalternidade que impedem as travestis de acessarem certos espaços e impele-as a outros. Sobretudo nas suas relações com seus “maridos”, as travestis demonstraram se submeter a condições de violência e subserviência, como quando deixam de falar com outros homens para não provocar ciúmes, deixam de passear sozinhas no pátio ou mesmo quando elas acabam por se submeter ao sexo sem preservativo como prova de confiança; são padrões historicamente remetidos ao feminino e ao dominado: “Não podia. Não podia sair no pátio sozinha, não podia caminhar no corredor sozinha, só pela escolta dele” (TP06).

Da mesma forma os seus companheiros buscam nas travestis esses padrões. “Quando ela me fala que é pra eu ter cuidado com ela porque ela ainda é homem, eu fico maluco!” (CT03, Diário de campo). Também entre os homossexuais isso foi identificado no único casal formado na cela: os dois tinham o mesmo prenome, mas um deles assumia a versão feminina do seu prenome. Enquanto o considerado por eles o “homem da relação” podia flertar com outros rapazes, o outro, ao sair da prisão, foi acusado de ter se envolvido com outra pessoa na rua e isso gerou o término do relacionamento. Essas e outras características das relações de gênero das travestis com seus companheiros e entre os homossexuais na prisão expressam *performances de gênero* que colocam as travestis algumas vezes no lugar de dominadas e subalternas. São características, no ponto de vista desse trabalho, recuperadas pelas travestis porque são historicamente reiteradas pela classe dominante como parte do que é “ser mulher”,

sendo, daí, reinterpretadas por uma cultura popular que aceita aquilo que não é seu como se fosse.

A representação da ala por uma travesti em vez de um homem cisgênero e heterossexual expressa, por outro lado, um reconhecimento identitário e das suas próprias trajetórias de vida, pois “quem comanda a galeria não pode ser um homem; se o homem gosta da travesti, ele tem que ser companheiro dela, mas ele não pode comandar, isso tem que ser das travestis” (TP06, Diário de campo). A própria criação de uma ala específica, fruto das lutas das próprias presas por reconhecimento identitário, é um marco no processo civilizatório por cidadania, respondendo ao terceiro objetivo do estudo que buscava identificar as formas de organização coletiva das travestis com relação ao funcionamento e aos processos internos da prisão.

Por outro lado, da mesma forma que a ala representou um fortalecimento do coletivo das travestis que puderam decidir sobre suas formas de organização e de enfrentamento aos padrões transfóbicos e cissexistas, a lógica da segurança presente na criação desta ala específica também passa pela entrada/saída de travestis, que confere poder de decisão à representante sobre quem fica e quem sai e que faz com que, em alguma medida, as outras travestis tenham a representante e seus ditames sobre como todas devem se comportar para se manterem ali. É, nas palavras de uma travesti, “um país que é pra ser teu, mas onde tu é oprimida” (TP10, Diário de campo). Essa e outras características, como os ditames do movimento social a respeito de como as travestis devem ou não se comportar na frente das câmeras e da mídia de um modo geral, são representativas da captura que a galeria sofreu pelos aparelhos repressores e de controle do sistema penal; na verdade, essa é uma característica de todos os sistemas penais, especialmente os latino-americanos, uma vez que eles só podem funcionar com violência e mesmo os espaços ditos pró-cidadania acabam sendo cooptados por padrões de docilização e moralização do corpo.

A pesquisa também evidenciou através do seu quarto objetivo (verificar como se expressam e são reconhecidas as demandas e requisições por acessos a direitos) que são diversos os direitos não garantidos e tampouco reconhecidos no que se refere à permanência das travestis e homossexuais no cárcere. Embora a Lei de Execução Penal (LEP) preveja a assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa em seus Art. 10 e 11, evidenciou-se não só o descumprimento geral desses direitos como também a invisibilidade de previsão de direitos específicos a que as travestis teriam acesso caso não estivessem privadas de liberdade, e que não se materializam pela carência de um trabalho *intersectorial*.

No primeiro caso, em se tratando de direitos gerais, as travestis não conseguem acessar a escola e as oportunidades de trabalho através dos Protocolos de Ação Conjunta (PACs) em razão de um discurso de proteção que diz que elas sofrerão agressões ao estarem em contato com os outros presos. No entanto, o PCPA se organiza para que elas tenham os atendimentos técnicos e os passeios ao pátio em horários diferentes dos outros presos, o que parece demonstrar que não necessariamente elas não tenham acesso à educação e ao trabalho por falta de estrutura institucional ou de corpo policial que mantivesse-as protegidas. Além disso, assim como todos os presos, elas também sofrem com a falta de atendimento jurídico, social e psicológico de qualidade, uma vez que o número de profissionais é irrisório perto do número de presos – no caso das psicólogas, por exemplo, são apenas seis trabalhadoras para mais de 4.000 presos entre reclusos e detentos.

Os recursos materiais também são escassos aos presos, o que é resolvido, em parte, pelas visitas dos familiares que muitos recebem. No caso das travestis, no entanto, são poucas as que mantêm vínculo familiar e as que dispõem disso ainda são obrigadas a se angustiarem se a roupa feminina chegará nas suas mãos ou se será interceptada pelo policial transfóbico. Quanto à assistência religiosa, àquelas que quiserem participar de culto religioso serão oferecidas as reuniões na capela, com santos orientação católica/evangélica. Embora, por interpretação jurídica, a assistência religiosa devesse ser por demanda, não há nenhum debate que discuta a defesa de outras práticas religiosas na prisão senão a católica e evangélica, muito menos religiões consideradas periféricas como as de tradição africanista. A saúde também não é assegurada, seja para atenção à saúde de todos os presos, seja para atenção das especificidades do corpo travesti, que requer orientação médica para o uso de hormônios e algumas vezes para o cuidado do silicone.

Além da necessidade de garantir o que está previsto em lei, a aposta no trabalho em rede e em ações intersetoriais também contribuiria para o acesso real das travestis e seus companheiros aos direitos sociais. O Rio Grande do Sul, por exemplo, através HCPA, é um dos Estados brasileiros que possui o programa para atendimento ao processo transexualizador do SUS, que segundo a nova Portaria n. 2.803 amplia o tratamento integral às travestis – além dele, somente o Hospital Universitário Pedro Ernesto no Rio de Janeiro, o Instituto de Psiquiatria da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo e o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás estão cadastrados para atender o processo transexualizador. Nesse sentido, a entrada de hormônios femininos no PCPA e a medicalização das travestis com os hormônios não requisita nada mais do que um trabalho intersetorial entre essas duas instituições, na medida em que a população travesti carcerária é pequena e só precisa de um primeiro atendimento

especializado para garantia da requisição médica que viabilizaria a oferta futura pelo próprio Setor de Enfermagem do PCPA.

\*\*\*

É preciso considerar, diante de tudo o que foi dito, que as prisões possuem um modo de funcionamento geral que reflete na experiência de todos os sujeitos presos, e outro particular, fruto das interseções de raça/etnia e classe social com os marcadores de gênero e sexualidade no caso das travestis, seus companheiros e homossexuais. As violências contra essa população também têm origem na interseção dessas categorias, que conferem uma experiência única com a prisão. A captura especialmente das travestis pela prisão, lhes confere padrões distintos de controle sobre os corpos, até então não experimentados por outras pessoas (nem pelas mulheres, embora haja discursos que tentem produzir similitudes às experiências dessas duas populações). Para as travestis, a experiência prisional é um instrumento de corroboração e aprofundamento da violência sofrida no cotidiano, pois serve de dispositivo de legitimação, para o senso comum, do *status quo* que lhes conferem o lugar da pervertida, da marginal, da obscena, da ladra. Isso acontece porque suas próprias seleções pelo sistema penal consideram marcadores sociais de raça/etnia, classe social e faixa etária, quer dizer, determinações que já as colocam anteriormente vulneráveis socialmente. Essa vulnerabilidade, evidentemente, se aprofunda, se especializa e recebe requintes outros em razão das identidades de gênero dessas pessoas, que não são reconhecidas como legítimas e são interpretadas de acordo com teorias biologizantes e que essencializam o gênero. Também não são reconhecidas suas identidades através do desuso dos seus nomes sociais e das referências terminológicas que insistentemente as designam como homens.

A própria criação de uma ala específica, todavia, é um modo de enfrentamento organizado coletivamente por elas de acordo com os seus interesses de maior proteção institucional. Assim, lidam melhor com o modo de funcionamento geral e particular da prisão, por outro lado esse mesmo modo de funcionamento oprime de formas mais perversas as travestis através do não acesso à educação e ao trabalho dentro do cárcere; na relação com os outros presos e na transfobia institucional; nos modelos de comportamento ditados; no abandono familiar; no aumento de controle penal. Mais do que uma ala específica, as travestis e seus companheiros encarcerados querem tomar sol, querem estudar, se profissionalizar, querem poder ter remição de pena, querem rezar para as suas divindades, ser atendidas e obter informações dos seus processos. Parece óbvio, mas o que elas querem é a garantia de seus

direitos – no final das contas, nada mais do que o previsto na LEP – e a garantia de uma sociabilidade que efetivamente respeite o diverso, o múltiplo, o dissidente.

A proposta desse trabalho, assim, foi desvendar esses processos de violência que se já são historicamente invisibilizados, são também mascarados por outros processos contemporâneos que procuram pintar a experiência com o cárcere como algo “bom” e “cidadão” para as travestis com o advento de uma galeria específica. Em último caso esse trabalho, se não servir para contribuir para melhores condições de aprisionamento às travestis, se não servir para denunciar essa realidade e defender um outro modo de funcionamento das prisões, um modo que caminhe na mesma mão do processo civilizatório e do desenvolvimento de toda a humanidade – se é que esse caminho é para a busca de melhores padrões de vida e de relações –, então esse trabalho servirá ao menos para que essa história seja reconhecida por “todos lá na rua, e que eles nunca se esqueçam da gente aqui dentro”. (TP06).

## REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Fernando. **Triângulo das águas**. Porto Alegre: L&PM, 2011 (Coleção L&PM Pocket).

AGUINSKY, Beatriz Gershenson; FERREIRA, Guilherme Gomes; RODRIGUES, Marcelli Cipriani. Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 12, n. 1, p. 47-54, jan./jun. 2013.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Técnicas de investigación social**. Buenos Aires: Lumen, 1995.

ARUZZA, Cinzia. Rumo a uma “união *queer*” de marxismo e feminismo? **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 27, p.159-171, ago./dez. 2011.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Justiça penal e segurança pública no Brasil: causas e consequências da demanda punitiva. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, a. 3, ed. 4, p. 94-113, fev./mar. 2009.

BAGAGLI, Bia Pagliarini. **Pensando além da invisibilidade**. Transfeminismo, [2013]. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/2013/01/29/pensando-alem-da-invisibilidade/>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

BALZER, Carsten; HUTTA, Jan Simon. **Transrespect versus transphobia worldwide**. A comparativa review of the human-rights situation of gender-variant/trans people. Berlin: Transgender Europe, 2012.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia / Editora Revan, 2002 (Coleção Pensamento Criminológico).

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo I**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo II**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005 (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2006. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

\_\_\_\_\_; PELÚCIO, Larissa. Despatologização dos gêneros: a política das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, mai./ago. 2012

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sexo en público. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. (org.). **Sexualidades transgressoras**: una antología de estudios *queer*. Traducción de Maria Antònia Oliver-Rotger. Barcelona: Icaria, 2002.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 16, n. 2, p. 409-432, mai./ago. 2006.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares Azevedo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. Brasília: Departamento de Ações Programáticas Estratégicas / Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário, 2004.

BUTLER, Judith. Merely cultural. **New Left Review**, n. 2, p. 109-121, mai./jun, 2000.

\_\_\_\_\_. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAMPUZANO, Giuseppe. Recuperação das histórias travestis. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (orgs.). **Questões de sexualidade**: ensaios transculturais. Tradução de Jones de Freitas. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

CARRARA, Sérgio Luis et. al. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, orientação Sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

\_\_\_\_\_, Sérgio Luis; VIANNA, Adriana Resende Barreto “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, ago./dez. 2006.

CARVALHO, Salo de. Sobre as possibilidades de uma criminologia *queer*. **Sistema Penal e Violência**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 151-168, jul./dez. 2012.

CASTELLS, Carme. **Perspectivas feministas en teoria política**. Espanha: Paidós Ibérica, 1996.

CASTRO, Ana Lúcia de. Culto ao corpo e estilos de vida: o jogo da construção de identidades na cultura contemporânea. **Perspectivas**, São Paulo, v. 31, p. 137-168, jan./jun. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980 (Coleção Primeiros Passos).

\_\_\_\_\_. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

COLLING, Leandro. O que a política trans do Equador tem a nos ensinar? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 1-10.

DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 11, n. 2, p.523-531, jul./dez. 2003.

DUTRAS, Domingos. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do sistema carcerário**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

ENGELS, Friedrich, 1880 apud FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**: um estudo da revolução feminista. Tradução de Vera Regina Rebello Terra. Rio de Janeiro: Editora Labor do Brasil, 1976.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESPINOZA, Olga Mavila. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

\_\_\_\_\_. A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 35-60, 2002.

EXAME. **Conheça de uma tacada só meio milhão de brasileiros presos**. Disponível em: Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/conheca-de-uma-tacada-so-meio-milhao-de-brasileiros-presos>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

FERNANDES, Idilia. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 1-12, ago./dez. 2006.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976

FERREIRA, Guilherme Gomes. Diversidade sexual e Serviço Social: elementos de uma prática profissional para o enfrentamento à violência contra LGBT. 2011. 120f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. Como trabalhar a prevenção entre pares? O horizonte das vulnerabilidades juvenis à infecção pelo HIV sob o olhar da juventude gay. In: CASTRO, Camila. PEDROSA, Francisco (Orgs.). **Rede SAGAS Brasil: interações preventivas com juventudes homossexuais, mulheres lésbicas e pessoas vivendo com HIV/aids**. Fortaleza: Grupo de Resistência Asa Branca, 2012.

\_\_\_\_\_; GALVÃO, Aline Aiko Yoshida. Pra não dizer que não falamos de camisinha: a importância de se trabalhar com a vida em um projeto de prevenção voltado aos jovens gays. In: PENALVO, Claudia; FERREIRA, Guilherme Gomes (Orgs.). **Transviados: deslocamentos em saúde na perspectiva da arte**. Porto Alegre: SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade, 2012.

FERREIRA, Jaqueline. O corpo sígnico. In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista**. Tradução de Vera Regina Rebello Terra. Rio de Janeiro: Editora Labor do Brasil, 1976.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Homem grávido” dá à luz em parto natural nos EUA**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u418988.shtml>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FRASER, Nancy. Heterossexismo, falta de reconhecimento y capitalismo: uma respuesta a Judith Butler. **Social Text**, n. 52-53, p. 279-289, jan./jul. 1997.

FREEDMAN, Estelle. **No turning back: the history of feminism and the future of women**. Nova Iorque: Ballantine Books, 2003.

FROEMMING, Cecília Nunes. **O sujeito de direitos fora da heterossexualidade: diversidade sexual e política de assistência social**. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Tradução de Octavio Alves Velho. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Tradução de Eric Nepomuceno. 5. ed. Porto Alegre: L&PM, 2007 (Coleção L&PM Pocket).

\_\_\_\_\_. **O livro dos abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002 (Coleção L&PM Pocket).

GALLI, Gabriel. Dignidade entre grades. **Revista Experiência** - Famecos PUCRS, Porto Alegre, p. 6-10, jul. 2013.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 597-618, out./dez. 2009.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GODINHO, Tatau. **Apresentação**. Cadernos Democracia Socialista, Vol. 8. São Paulo: Editora Gráfica Sariema, 1989.

GREEN, James Naylor. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 271- 295, jan./jun. 2000.

GUINDANI, Miriam Krenzinger. A violência simbólica e a prisão contemporânea. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, a. 1, n. 2, dez. 2001.

GUTIÉRREZ, Rachel. **O feminismo é um humanismo**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1985.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, jan./abr. 2009.

HEYES, Cressida. **Self-Transformations: Foucault, ethics and normalized bodies**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HOBERMAN, John. **Testosterone dreams: rejuvenation, afrodisia, doping**. Los Angeles: University of California Press, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

ILGA - INTERNACIONAL LESBIAN, GAY, BISSEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION. **Penalização de relação de homens com outros homens**. Bruxelas. Disponível em: <<http://ilga.org/ilga/pt/index.html>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

INFOPEN, Ministério da Justiça. **População prisional do Presídio Central de Porto Alegre**. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1376081734\\_Presidio%20Central%20de%20Porto%20Alegre.pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1376081734_Presidio%20Central%20de%20Porto%20Alegre.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2013.

JARDIM, Ana Caroline Montezano Gonsales. **Famílias e prisões: (sobre)vivências de tratamento penal**. 2008. 151f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidades de gênero e políticas de afirmação identitária. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 2012, Salvador. **Anais eletrônicos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 1-15.

\_\_\_\_\_.; KAAS, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2010.

KAAS, Hailey. **Introdução ao transfeminismo**. Transfeminismo, [2012]. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/2012/10/01/introducao-ao-transfeminismo/>>. Acesso em: 6 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Porque o transfeminismo deve englobar todas as outras lutas e todas as outras lutas devem englobar o transfeminismo**. Gênero à deriva, [2013]. Disponível em: <<http://generoaderiva.wordpress.com/2013/07/14/porque-o-transfeminismo-deve-englobar-todas-as-outras-lutas-e-todas-as-outras-lutas-devem-englobar-o-transfeminismo/>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Guerra, 1976.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Tradução de Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud**. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Rei. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Anhembi, 1957.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21, jan./jun. 2008.

LORDE, Audre. There is no hierarchy of oppressions. In: GORDON, Leonore. (ed.). **Homophobia and education. Bulletin**. New York: Council on Interracial Books for Children, 1983.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Teoria *queer* – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Porto Alegre: Autêntica, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999 (Série Núcleos de Pesquisa).

\_\_\_\_\_. **Serviço Social:** identidade e alienação. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política.** Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital, vol. I. Os Economistas.** Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Um estudo teórico na perspectiva historiográfica: articulando gênero e classe no processo de produção e reprodução da força de trabalho. **Antíteses**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 497-520, jul./dez. 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

MUNDO NEGRO. “**Seus pelos lá de baixo devem ser duros como os da sua cabeça**”, diz dono de restaurante à professora negra da USP. Disponível em: <<http://www.mundonegro.inf.br/portal/2013/11/seus-pelos-la-debaixo-devem-ser-duros-como-os-da-sua-cabeca-diz-dono-de-restaurante-a-professora-negra-da-usp/>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

NAVAS, Kleber de Mascarenhas. **Travestilidades**: trajetórias de vida, lutas e resistências de travestis como construção de sociabilidade. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, jan./jul. 2000, p. 8-41.

NUNES, César Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. 1996. 330f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

NYLUND, Dave; JULIE, Tilsen. Resisting normativity: queer musings on politics, identity, and the performance of therapy. **The International Journal of Narrative Therapy and Community Work**, n. 3, p. 66-72, 2010.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade**: da opressão à libertação. São Paulo: Sundermann, 2007.

OLIVARES, Rosa. Por uma abordagem revolucionária da questão sexual. In: GODINHO, Tatau; VINTEUIL, Frédérique; OLIVARES, Rosa (orgs.). **Marxismo e feminismo**. São Paulo: Editora Aparte, 1989 (Cadernos Democracia Socialista).

PATRÍCIO, Maria Cecília. **No truque**: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras. 279f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. Experiências plurais em categorias singulares: problematizando a materialização das travestilidades. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008, p. 1-6.

PERES, Wiliam Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. 202f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008, p. 1-7.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, direitos humanos e vítimas. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (orgs.). **Discursos fora da ordem: sexualidades, sabers e direitos**. São Paulo: Annablume, 2012.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **Vítima de homofobia, Willian Santos é covardemente espancado e tem rosto desfigurado**. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/02/vitima-de-homofobia-willian-santos-e-covardemente-espancado-e-tem-rosto-desfigurado.html>>. Acesso em: 6 dez. 2013

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 2, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jul. 2002.

REIS, Lorena Mochel. Sexo com classe: um diálogo entre consumo e gênero no mercado de produtos eróticos. **IX POSCOM – Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio**. Disponível em: <<http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2012/12/5-Lorena-Mochel-Reis.pdf>>. Acesso em: 23 jun 2013.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: ClaraLuz, 2005

ROHDEN, Fabíola. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p.133-152, jun. 2008.

ROJAS, Juana Eugenia Arias. O indizível e o dizível na história oral. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999 (Série Núcleos de Pesquisa).

ROSA, Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

\_\_\_\_\_. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole (org.). **Pleasure and danger: exploring female sexuality**. Boston: Routledge, 1984.

RUDNICK, Dani. Comida e direitos humanos no Presídio Central de Porto Alegre. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 515-538, jul./dez. 2011.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, ju./dez. 2010.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza da Silveira. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. **Revista Outubro**, n. 7, p. 103-113, 2002.

SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. **De tudo fica um pouco**: a construção social da identidade do transexual. 2006. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SMITH, Andrea. **El problema con el privilegio**. Taller de Teoria Queer, [2013]. Disponível em: <<http://tallerdeteoriaqueer.files.wordpress.com/2013/10/smith-el-problema-con-el-privilegio.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

SOARES, Luiz Eduardo; GUINDANI, Miriam Krenzinger A. A violência do Estado e da sociedade no Brasil contemporâneo. **Nueva Sociedad**, Argentina, n. 208, p. 1-27, mar./abr. 2007.

SOUZA, Camila Stephane Cardoso; MOURA, Glenda Miranda. A construção da autoria feminina em dedicatórias e agradecimentos de trabalhos de conclusão de curso. **A margem, sessão estudos**, Uberlândia, a. 2, n. 4, p. 1-23, jul./dez., 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ULLMANN, Reinhold. **Amor e sexo na Grécia Antiga**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007 (Coleção Filosofia 194).

UOL MULHER. **Mito do instinto materno gera culpa em mulher que não quer ter filhos**. Disponível em: <<http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2013/05/07/mito-do-instinto-materno-gera-culpa-em-mulher-que-nao-quer-ter-filhos.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia / Editora Revan, 2001a (Coleção Pensamento Criminológico).

\_\_\_\_\_. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.

\_\_\_\_\_. **As duas faces do gueto**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

WIJNGAARD, Marianne Van Den. **Reinventing the sexes**: the biomedical construction of femininity and masculinity. Indiana: Indiana University Press, 1997.

WOLFF, Maria Palma. **Antologia de vidas e histórias na prisão**: emergência e injeção de controle social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005

\_\_\_\_\_. et al (coord.). **Mulheres e prisão**: a experiência do Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2007.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Guilherme Gomes. Vulnerabilidade penal no contexto das penas e medidas alternativas. In: SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade. **Construindo ELOS – Um debate sobre gênero, violência e direitos humanos em penas e medidas alternativas**, p. 47-55. Porto Alegre: SOMOS, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Serviço Social e pobreza. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 153-154, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas do seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema pena. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

\_\_\_\_\_. et al. **Direito penal brasileiro, primeiro volume**. Tradução de Helena Ferreira. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - TCLE - Travestis e outros apenados em cumprimento de pena privativa de liberdade no Presídio Central de Porto Alegre/RS

Você está sendo convidada(o) como voluntária(o) a participar da pesquisa “**A experiência social de travestis com a questão prisional**”. Meu nome é Guilherme Gomes Ferreira, sou Pesquisador/Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Estou desenvolvendo este estudo sob orientação da Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aginsky. Você pode escolher se quer participar ou não. Poderá haver algumas palavras que você não entenda ou coisas que você tenha ficado mais interessada(o) ou preocupada(o) e queira que eu explique mais detalhadamente. Por favor, peça que eu pare a qualquer momento e explicarei.

**Justificativa e objetivos:** Neste estudo pretendemos analisar as experiências sociais de travestis e outros apenados que cumprem pena privativa de liberdade na ala de travestis do Presídio Central de Porto Alegre. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é produzir conhecimentos que possam contribuir para qualificação de políticas públicas na garantia de direitos das travestis e outros apenados que experienciam a realidade social da prisão.

**Procedimentos:** Para realizar este estudo estamos entrevistando travestis e outros apenados que estão cumprindo pena privativa de liberdade em ala específica no Presídio Central de Porto Alegre, bem como familiares de travestis privadas de liberdade, travestis que já passaram pelo Sistema Prisional, técnicos que atendem essas pessoas no Presídio Central e gestores da Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul e do Conselho Penitenciário da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. A coleta de informações com você será realizada através de entrevistas em grupos focais e individualmente. Primeiro você está sendo convidada(o) a participar das entrevistas em grupo junto com outras travestis e homens apenados que também desejarem participar, e pedirei novamente sua permissão para que eu a(o) entreviste individualmente. As entrevistas terão duração de 01 a 02 horas. As entrevistas ocorrerão no próprio Presídio Central de Porto Alegre, em local onde seja resguardada sua privacidade. Estas entrevistas serão gravadas e o material das entrevistas será guardado com todo o sigilo pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS na sala 346, e será destruído após 05 anos.

**Riscos e desconfortos:** A participação na pesquisa não oferece riscos a você. Entretanto, caso ocorra algum desconforto, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa sem quaisquer prejuízos.

**Benefícios:** A participação na pesquisa não irá ter influência na avaliação do seu cumprimento de pena privativa de liberdade nem proporcionará remição da pena cumprida por você. A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento e qualificação das políticas públicas voltadas à cidadania de travestis privadas de liberdade. Neste sentido, salienta-se que não haverá nenhum tipo de benefício financeiro, emocional ou de outra natureza para você.

---

Rubrica do Pesquisador

---

Rubrica da(o) Pesquisada(o)

**Garantia de respostas a qualquer pergunta:** Esta pesquisa está sob a responsabilidade do Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Assistente Social Guilherme Gomes Ferreira, sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aguinsky.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser oferecidos no momento da pesquisa ou posteriormente através dos seguintes contatos: Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aguinsky (Orientadora da pesquisa) e Guilherme Gomes Ferreira (Mestrando pesquisador), através do telefone: (51) 3320-3546. Se você considerar que seus direitos como participante da pesquisa não estão sendo respeitados, é possível contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, através do telefone (51) 3320-3345.

**Voluntariedade da participação e Liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si:** A sua participação é voluntária, não precisa participar desta pesquisa se não quiser. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito e nada mudará no seu atendimento institucional. Até mesmo se disser “sim” agora, poderá mudar de ideia depois, sem nenhum problema.

**Garantia de privacidade:** Não será mencionada, em hipótese alguma, a identidade das(os) participantes, seja em apresentações orais ou escritas que venham a ser divulgadas, bem como a assinatura deste termo será mantida sob sigilo.

**Consentimento:** Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, \_\_\_\_\_ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informada(o) sobre seu objetivo de maneira clara e detalhada, esclarecendo minhas dúvidas e tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante na pesquisa

\_\_\_\_\_  
Guilherme Gomes Ferreira  
Assistente Social – Mestrando Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Beatriz Gershenson Aguinsky  
Profa. Dra. em Serviço Social – Orientadora

## APÊNDICE B - TCLE - Travestis que já passaram pela experiência social na prisão

Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “**A experiência social de travestis com a questão prisional**”. Meu nome é Guilherme Gomes Ferreira, sou Pesquisador/Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Estou desenvolvendo este estudo sob orientação da Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aginsky. Você pode escolher se quer participar ou não. Poderá haver algumas palavras que você não entenda ou coisas que você tenha ficado mais interessada ou preocupada e queira que eu explique mais detalhadamente. Por favor, peça que eu pare a qualquer momento e explicarei.

**Justificativa e objetivos:** Neste estudo pretendemos analisar as experiências sociais de travestis e outros apenados que cumprem pena privativa de liberdade na ala de travestis do Presídio Central de Porto Alegre. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é produzir conhecimentos que possam contribuir para qualificação de políticas públicas na garantia de direitos das travestis e outros apenados que experienciam a realidade social da prisão.

**Procedimentos:** Para realizar este estudo estamos entrevistando travestis e outros apenados que estão cumprindo pena privativa de liberdade em ala específica no Presídio Central de Porto Alegre, bem como familiares de travestis privadas de liberdade, travestis que já passaram pelo Sistema Prisional, técnicos que atendem essas pessoas no Presídio Central e gestores da Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul e do Conselho Penitenciário da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. A coleta de informações com você será realizada através de entrevistas individuais, com duração aproximada de 01 hora. As entrevistas poderão ser realizadas na sede da Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul ou, se você preferir, poderá ser realizada em outro local de melhor acesso a você. Estas entrevistas serão gravadas e o material das entrevistas será guardado com todo o sigilo pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS na sala 346, e será destruído após 05 anos.

**Riscos e desconfortos:** A participação na pesquisa não oferece riscos a você. Entretanto, caso ocorra algum desconforto, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa sem quaisquer prejuízos.

**Benefícios:** A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento e qualificação das políticas públicas voltadas à cidadania de travestis privadas de liberdade. Neste sentido, salienta-se que não haverá nenhum tipo de benefício financeiro, emocional ou de outra natureza para você.

---

Rubrica do Pesquisador

---

Rubrica da(o) Pesquisada(o)

**Garantia de respostas a qualquer pergunta:** Esta pesquisa está sob a responsabilidade do Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Assistente Social Guilherme Gomes Ferreira, sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aguiusky.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser oferecidos no momento da pesquisa ou posteriormente através dos seguintes contatos: Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aguiusky (Orientadora da pesquisa) e Guilherme Gomes Ferreira (Mestrando pesquisador), através do telefone: (51) 3320-3546. Se você considerar que seus direitos como participante da pesquisa não estão sendo respeitados, é possível contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, através do telefone (51) 3320-3345.

**Voluntariedade da participação e Liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si:** A sua participação é voluntária, não precisa participar desta pesquisa se não quiser. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito e nada mudará na sua participação nos grupos oferecidos pela Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul. Até mesmo se disser “sim” agora, poderá mudar de ideia depois, sem nenhum problema.

**Garantia de privacidade:** Não será mencionada, em hipótese alguma, a identidade das participantes, seja em apresentações orais ou escritas que venham a ser divulgadas, bem como a assinatura deste termo será mantida sob sigilo.

**Consentimento:** Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, \_\_\_\_\_ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informada sobre seu objetivo de maneira clara e detalhada, esclarecendo minhas dúvidas e tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante na pesquisa

\_\_\_\_\_  
Guilherme Gomes Ferreira  
Assistente Social – Mestrando Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Beatriz Gershenson Aguiusky  
Profa. Dra. em Serviço Social – Orientadora

### APÊNDICE C - TCLE - Gestores e técnicos(as) do Sistema Prisional e Sistema de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**A experiência social de travestis com a questão prisional**”. Meu nome é Guilherme Gomes Ferreira, sou Pesquisador/Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Estou desenvolvendo este estudo sob orientação da Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aginsky.

**Justificativa e objetivos:** Neste estudo pretendemos analisar as experiências sociais de travestis e outros apenados que cumprem pena privativa de liberdade na ala de travestis do Presídio Central de Porto Alegre. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é produzir conhecimentos que possam contribuir para qualificação de políticas públicas na garantia de direitos das travestis e outros apenados que experienciam a realidade social da prisão.

**Procedimentos:** Para realizar este estudo estamos entrevistando travestis e outros apenados que estão cumprindo pena privativa de liberdade em ala específica no Presídio Central de Porto Alegre, bem como familiares de travestis privadas de liberdade, travestis que já passaram pelo Sistema Prisional, técnicos que atendem essas pessoas no Presídio Central e gestores da Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul e do Conselho Penitenciário da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. A coleta de informações com você será realizada através de entrevistas individuais, com duração aproximada de 01 hora. As entrevistas poderão ser realizadas na instituição onde você atua ou, se você preferir, poderá ser realizada em outro local de melhor acesso a você. Estas entrevistas serão gravadas e o material das entrevistas será guardado com todo o sigilo pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS na sala 346, e será destruído após 05 anos.

**Riscos e desconfortos:** A participação na pesquisa não oferece riscos a você. Entretanto, caso ocorra algum desconforto, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa sem quaisquer prejuízos.

**Benefícios:** A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento e qualificação das políticas públicas voltadas à cidadania de travestis privadas de liberdade

---

Rubrica do Pesquisador

---

Rubrica da(o) Pesquisada(o)

**Garantia de respostas a qualquer pergunta:** Esta pesquisa está sob a responsabilidade do Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Assistente Social Guilherme Gomes Ferreira, sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aguinsky.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser oferecidos no momento da pesquisa ou posteriormente através dos seguintes contatos: Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aguinsky (Orientadora da pesquisa) e Guilherme Gomes Ferreira (Mestrando pesquisador), através do telefone: (51) 3320-3546. Se você considerar que seus direitos como participante da pesquisa não estão sendo respeitados, é possível contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, através do telefone (51) 3320-3345.

**Voluntariedade da participação e Liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si:** A sua participação é voluntária, não precisa participar desta pesquisa se não quiser. Se decidir não participar da pesquisa, é seu direito. Até mesmo se disser “sim” agora, poderá mudar de ideia depois, sem nenhum problema.

**Garantia de privacidade:** Não será mencionada, em hipótese alguma, a identidade dos(as) participantes, seja em apresentações orais ou escritas que venham a ser divulgadas, bem como a assinatura deste termo será mantida sob sigilo.

**Consentimento:** Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informado(a) sobre seu objetivo de maneira clara e detalhada, esclarecendo minhas dúvidas e tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante na pesquisa

\_\_\_\_\_  
Guilherme Gomes Ferreira  
Assistente Social – Mestrando Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Beatriz Gershenson Aguinsky  
Profa. Dra. em Serviço Social – Orientadora

**APÊNDICE D - Autorização institucional para realização da pesquisa**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS  
ESCOLA DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO



**AUTORIZAÇÃO**

Na data do dia 12/06/2012 a Escola do Serviço Penitenciário (setor responsável pelas pesquisas e convênios entre a SUSEPE e as Instituições de Ensino Superior) autoriza o pesquisador **Guilherme Gomes Ferreira** a realizar a pesquisa sob o título “**A experiência social de travestis com a questão prisional**” junto ao Presídio Central de Porto Alegre.

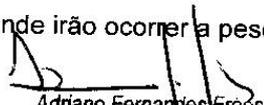
O projeto de pesquisa está vinculado a Instituição de Ensino Superior Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC – Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós Graduação, sob orientação acadêmica da Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aginsky.

Salientamos que para realização da coleta dos dados necessários ao andamento da pesquisa, é necessário que o pesquisador agende previamente a data da visita ao estabelecimento com o Administrador do Estabelecimento Prisional acima citado.

Mediante esta autorização, solicitamos que após o termino da pesquisa o aluno envie cópia da monografia (tese) para a Escola do Serviço Penitenciário, uma vez que estamos estruturando um núcleo de pesquisas e trabalhos científicos, e entendemos ser de extrema importância à socialização dos resultados alcançados com o trabalho.

Destacamos que o pesquisador deverá respeitar, rigorosamente, os procedimentos operacionais e de segurança de acordo com a Administração dos Estabelecimentos Prisionais onde irão ocorrer a pesquisa.

Atenciosamente,

  
Adriano Fernandes Froes  
Vice-Diretor da Escola Penitenciária  
Id. Func. 1806190/01

  
Christiane Russomano Freire

Diretora da Escola do Serviço Penitenciário

**APÊNDICE E - Roteiro de tópicos guia para as entrevistas com travestis privadas de liberdade e que já passaram pela experiência social da prisão**

**Pesquisa:** A experiência social de travestis com a questão prisional

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS  
ESBOÇO DE ROTEIRO DE TÓPICOS PARA ENTREVISTAS NÃO ESTRUTURADAS DO  
TIPO FOCALIZADAS COM TRAVESTIS PRIVADAS DE LIBERDADE E QUE JÁ  
PASSARAM PELA EXPERIÊNCIA SOCIAL DA PRISÃO**

---

**IDENTIFICAÇÃO DA COLETA**

Pesquisador: Guilherme Gomes Ferreira

Data:

Local da coleta de dados:

---

**IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

Nome social:

Tempo de permanência na prisão:

Data de entrada e previsão de saída da prisão:

- **Tópico 1:** A produção e ressignificação de vulnerabilidades já experimentadas por processos de discriminação, pobreza e deficiência de acesso a direitos e serviços e os processo de resistência a essas violações de direitos;
- **Tópico 2:** Os arranjos institucionais do Sistema Penitenciário no que diz respeito ao tratamento de pessoas de identidades transgêneras quando de suas experiências com a prisão, e suas necessidades de acessar os mesmos direitos de todos nesse contexto;
- **Tópico 3:** As formas, os limites e as possibilidades que assumem as relações sociais entre as travestis e entre elas e os outros presos e profissionais na prisão, bem como o vínculo dessas com suas famílias e amigos.

**APÊNDICE F - Roteiro de formulário para as entrevistas com familiares de travestis**

**Pesquisa:** A experiência social de travestis com a questão prisional

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS  
ROTEIRO DE FORMULÁRIO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM  
FAMILIARES DE TRAVESTIS**

**IDENTIFICAÇÃO DA COLETA**

Pesquisador: Guilherme Gomes Ferreira

Data:

Local da coleta de dados:

**IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

Nome:

Relação familiar com as travestis privadas de liberdade:

**I – ARRANJOS INSTITUCIONAIS**

1. Como era a vida da sua familiar travesti antes de entrar no Presídio? Você poderia falar sobre a entrada da sua familiar na prisão?

2. Você poderia falar um pouco sobre a criação da ala específica para as travestis e seus companheiros no Presídio Central de Porto Alegre? O que você acha dessa divisão?

**II – SAÚDE E DIREITOS**

3. Como era, antes de entrar na prisão, o cuidado com o corpo e com a saúde da sua familiar travesti? Que métodos ela utilizava e utiliza para modificar o seu corpo?

4. Quais são, para você, as condições de saúde da população travesti privada de liberdade? Como é o cuidado com o corpo delas na prisão atualmente?

5. Quais são, pra você, as maiores ou mais recorrentes demandas da população travesti dentro da prisão? A que essas demandas se referem (saúde, direitos, etc.)?

**III – EXPERIÊNCIA SOCIAL NA PRISÃO**

6. Levando em consideração o seu vínculo com a travesti privada de liberdade no Presídio Central de Porto Alegre, como você acha que elas se organizam no cotidiano, como coletivo, na ala onde estão?

7. Você sabe se as travestis podem se organizar sozinhas dentro da ala onde ficam, no que diz respeito a decisões sobre dormitórios, divisão de tarefas, alimentação, quem fica ou não na ala, etc.?

8. Quais são, para você, os modos de vida dessa população na prisão? Há códigos de conduta, de relacionamentos, há carência de serviços, de direitos, há preconceito, etc.?

9. Você sabe qual é a relação que se mantém entre as travestis e os demais presos?

10. O que você acha dessa discussão sobre identidade de gênero? Como você vê a presença de pessoas com identidade feminina em uma prisão masculina?

**APÊNDICE G - Roteiro de formulário para as entrevistas com gestores e técnicos**

**Pesquisa:** A experiência social de travestis com a questão prisional

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS  
ROTEIRO DE FORMULÁRIO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM  
GESTORES E TÉCNICOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E DE SEGURANÇA**

**IDENTIFICAÇÃO DA COLETA**

Pesquisador: Guilherme Gomes Ferreira

Data:

Local da coleta de dados:

**IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

Nome:

Instituição | Cargo:

**I – ARRANJOS INSTITUCIONAIS**

1. Você poderia falar um pouco sobre a criação da ala específica para as travestis e seus companheiros no Presídio Central de Porto Alegre?
  
2. O que você acha dessa discussão sobre identidade de gênero? Como você vê a presença de pessoas com identidade feminina em uma prisão masculina?
  
3. Para onde você acha que deveriam ir as travestis privadas de liberdade? Deveriam continuar indo para o presídio masculino, deveriam ir para o feminino ou para mistos?

**II – SAÚDE E DIREITOS**

4. Quais são, para você, as condições de saúde da população travesti privada de liberdade? Como é o cuidado com o corpo delas na prisão atualmente?
  
5. Quais são, pra você, as maiores ou mais recorrentes demandas da população travesti dentro da prisão? A que essas demandas se referem (saúde, direitos, etc.)?
6. Como são atendidas as requisições dessa população no que se referem às necessidades sociais, médicas, psicológicas e jurídicas?

**III – EXPERIÊNCIA SOCIAL NA PRISÃO**

7. Levando em consideração o atendimento que você presta ou que você administra com relação a população travesti privada de liberdade no Presídio Central de Porto Alegre, como você acha que elas se organizam no cotidiano, como coletivo, na ala onde estão?
  
8. Você sabe se as travestis podem se organizar sozinhas dentro da ala onde ficam, no que diz respeito a decisões sobre dormitórios, divisão de tarefas, alimentação, quem fica ou não na ala, etc.?
  
9. Quais são, institucionalmente, as tarefas dirigidas às travestis? Como você compreende a designação dessas tarefas?
  
10. Quais são, para você, os modos de vida dessa população na prisão? Há códigos de conduta, de relacionamentos, há carência de serviços, de direitos, há preconceito, etc.?